



As várias formas de mudar o Brasil

A Juventude Conquista
seus direitos

- ENTREVISTA / Márcio Pochmann fala sobre mercado de trabalho juvenil **Página 45**
- A luta contra a opressão e marginalização do segmento LGBT aponta para o que? **Página 52**
- PL 6.840/2013: reforma curricular ou retrocesso do Ensino Médio? **Página 21**

Conteúdo

- 03 EDITORIAL / AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL**
Euzébio Jorge Silveira de Souza
- 07 OCUPAR E RESISITIR**
Luana Bonone
- 09 O PROTAGONISMO JUVENIL NA ESFERA PÚBLICA: DEMARCAÇÕES LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS**
Maria Alda de Sousa Alves
- 21 PROJETO DE LEI 6.840/2013: REFORMA CURRICULAR OU RETROCESSO DO ENSINO MÉDIO?**
Dirce Djanira Pacheco e Zan; Danielle de Sousa Santos & Luciano Nascimento Corsino
- 31 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE**
Fabiana de Souza Costa
- 42 A CIÊNCIA E A PESQUISA NO PAÍS E OS DIREITOS DOS PÓS-GRADUANDOS**
Tamara Naiz da Silva
- 45 ENTREVISTA / MÁRCIO POCHMANN**
Euzébio Jorge Silveira de Souza
- 52 A LUTA CONTRA A OPRESSÃO E MARGINALIZAÇÃO DO SEGMENTO LGBT APONTA PARA O QUE?**
Danieli C. Balbi
- 55 #PRIMAVERAFEMINISTA: NÓS SOMOS LIVRES!**
Maria das Neves
- 60 UMA DÉCADA DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL E JUVENTUDE, PARA ONDE CAMINHAMOS??**
Ângela Guimarães
- 71 PELO DIREITO À VIDA E CIDADANIA DO NEGRO**
Richard Santos & Maria do Carmo Rebouças
- 75 AS JUVENTUDES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – O SONHO DE UM PAÍS FORTE, SOLIDÁRIO E SAUDÁVEL**
Dalmare Anderson Bezerra de Oliveira Sá & Michely Ribeiro da Silva
- 81 QUEM PRODUZ A INFORMAÇÃO QUE ESTÁ NA REDE?**
Luana Meneguelli Bonone
- 86 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER PARA A JUVENTUDE: "PARA ALÉM DO CAPITAL"**
Alexandre Machado Rosa
- 91 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, JUVENTUDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE**
Pedro Luiz Teixeira de Camargo
- 96 SOBRE A INVISIBILIDADE SOCIAL DAS JUVENTUDES RURAIS**
Nilson Weisheimer
- 101 DO CAOS À LAMA**
Toni C



AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL

Euzébio Jorge Silveira de Souza
Presidente do CEMJ

Euzébio Jorge Silveira de Souza é Presidente do CEMJ; Mestre em Economia Política pela PUCSP e Doutorando em desenvolvimento Econômico pela Unicamp; Membro do Conselho Nacional de Juventude – Membro da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) foi criado em 1984, no final da ditadura militar, com o objetivo de resgatar a história dos movimentos sociais juvenis. Movimentos como o estudantil e os diversos movimentos culturais foram determinantes na construção da democracia brasileira e precisavam ter sua memória e suas lutas resgatadas e divulgadas. Em 2002 o CEMJ se reorganiza para se transformar também em um centro de estudos sobre juventude, criando pesquisas e diálogos entre os movimentos sociais, os pesquisadores da temática de juventude e entre políticas públicas de juventude. O instrumento criado para permitir a intersecção entre estas três dimensões da ação do CEMJ foi a Revista Juventude.br.

A revista Juventude.br foi lançada em fevereiro de 2006 com um Dossiê Juventude e Rock, nestes quase 10 anos tratou das mais diversas temáticas que envolvem a juventude, como a Juventude e Drogas, Educação e Trabalho, Juventude e Cultura popular, Juventude e participação. A 13ª edição da Juventude.br é publicada em um momento emblemático para as políticas públicas de juventude. Após substanciais avanços políticos e sociais no Brasil, o quadro passa a se inverter, e um conjunto de direitos sociais são colocados em risco.



“O poder mobilizador das manifestações de junho de 2013 reafirmou a capacidade de pressão da juventude”.

Dos anos 2000 para cá, vimos uma melhora substancial no mercado de trabalho, atenuando problemas estruturais do padrão ocupacional no país. O salário mínimo registrou uma elevação substancial, a desigualdade caiu e o IDH se elevou - fruto de um conjunto de políticas de transferência de renda e elevação da renda média. Segundo a PNAD, o desemprego entre os jovens entre 16 e 29 anos reduziu 17% de 2006 a 2013 e a informalidade entre a juventude 24% no mesmo período. A PNAD também aponta que entre 2006 e 2013, o Brasil elevou em 53,9% a quantidade de jovens com idade entre 25 e 29 anos com ensino superior completo e em 85,1% entre os jovens 18 e 24 anos.

Ainda assim, nos últimos anos a crise econômica mundial tem gerado uma simbiose perversa entre instabilidade econômica e política no Brasil. A polarização das opiniões na sociedade traz à tona argumentos neoliberais que responsabilizam políticas sociais pela crise, e estimulam saídas como terceirização e outras reduções de direitos trabalhistas e previdenciários, que além de serem ineficazes para retomar a atividade econômica, destroem direitos sociais que atenuam o sofrimento do povo nos momentos de maior desemprego e incerteza com relação ao futuro. Na crise, a juventude que pôde retardar seu ingresso no mercado de trabalho para se dedicar aos estudos, são compelidas a buscarem emprego para contribuir com a renda familiar, dado o

desemprego de outros membros da família. Lembrando que o ingresso muito cedo no mercado de trabalho é um problema estrutural no Brasil, que não só reduz o tempo dedicado a formação, como também reduz a mobilidade social, levando jovens pobres a ocuparem os piores empregos.

Em 2013 milhões de jovens saíram as ruas reivindicando direito a cidade, melhores serviços públicos e espaços para incidir nos rumos políticos do país. Segundo a pesquisa “Retrato da Juventude Brasileira” os problemas que mais preocupam os jovens são respectivamente: a violência, o desemprego, a saúde e a educação. A pesquisa aponta também que 40% dos jovens brasileiros acreditam que a desigualdade social e a pobreza são os principais assuntos a serem discutidos pela sociedade. O poder mobilizador das manifestações de junho de 2013 reafirmou a capacidade de pressão da juventude. Foram conquistas das manifestações: a redução das passagens de transporte coletivo e o passe-livre em muitas cidades; e na esfera federal, a institucionalização dos recursos do fundo social do pré-sal para educação - bandeira largamente encampada pela UNE, UBES e ANPG - e a aprovação e sanção do Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude surge em um período de expansão das políticas públicas de juventude na primeira

metade dos anos 2000, assumindo a forma de um projeto de lei em 2004. O documento articula um conjunto de bandeiras dos movimentos sociais juvenis, buscando firmar os jovens como sujeito de direitos, em uma fase de formação, experimentação e de construção de autonomia. A necessidade de transformar políticas de governo, em políticas de Estado era uma das motivações da aprovação e implementação do Estatuto.

Além da autonomia e da emancipação, o Estatuto da juventude traz como princípio “promoção da participação social e política”, dividindo-se em 11 seções de direitos, estas são: Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Educação; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito à Saúde; Direito à Cultura; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e, por fim, Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

A 3ª Conferência Nacional de Juventude possui o temário subdividido pelos mesmos eixos do Estatuto, com o objetivo de consolidar os direitos conquistados e fazer frente a onda conservadora que tem atacado os direitos das mulheres sobre seus corpos com o PL 5.069, dos trabalhadores por meio do

PL 4.330 da terceirização e do direito da juventude com a PEC 171 que propõem a redução da maioria penal. A participação da Juventude não tem se restringido a espaços institucionais como conferências, conselhos de políticas públicas, ou sites de consultas digitais, jovens mulheres têm realizados grandes manifestações para denunciar os ataques aos direitos das mulheres - orquestrado pelo Presidente da Câmara Federal Eduardo Cunha -; e os estudantes secundaristas em conjunto com entidades UBES, UPES, UMES's e grêmios estudantis, têm ocupados centenas de escolas exigindo do governador de São Paulo Gerando Alckmin mais recursos para educação e que desiste de sua reforma educacional que fechará escolas por todo estado de SP.

A presente edição da revista juventude.br buscou contemplar de forma interdisciplinar os eixos do Estatuto da Juventude e da 3ª conferência nacional de juventude. Dado a vastidão dos temas elencados no Estatuto buscamos contemplar, prioritariamente, jovens pesquisadores. Muitos temas terão que ser tratados nas próximas edições da revista, ainda assim, nós do CEMJ, acreditamos que a 13ª edição teve êxito em fornecer uma publicação capaz de dar substanciais contribuições aos desafios postos ao novo momento das políticas públicas de Juventude no Brasil.

Boa leitura!

Juventude.br 

ISSN 1809-9564

EDITORA
Elisangela Lizardo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luana Meneguelli Bonone

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
José Jance Marques

TIRAGEM
5 mil exemplares

COMISSÃO EDITORIAL
Alexandre Machado, Angélica Müller, Christian Lindberg, Euzébio Jorge, Fabiana Costa, Felipe Maia, Kathia Dudyk, Luana Meneguelli Bonone, Luísa Barbosa e Raísa Marques.

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ
André Tokarski, Fabio Pereira Garcia, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Felipe Maia, Elisangela Lizardo de Oliveira, Fabiana Costa, Monique Lemos de Lima, Felipe Spadari da Silva, Fernando Garcia de Faria, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishiyama, Lauro Castro, Alexandre Machado Rosa, Raísa Marques, Anne Cristine Silva Cabral, Marcelo Marigliani Arias, Renata Czkay, Luana Bonone, Carla Santos, Ronaldo Carmona, Rubens Diniz, Toni Carlos Pereira, Marcio Ortiz Meinberg.

DIRETORIA EXECUTIVA
PRESIDENTE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PATRIMÔNIO
Larissa Miho Nishiyama

PRESIDENTE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

SECRETÁRIO GERAL
Marcio Ortiz Meinberg

DIRETORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Márcelo Marigliani Arias

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Felipe Maia

DIRETORA DE MEMÓRIA
Raísa Marques

DIRETORA DE CULTURA
Renata Czkay

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO
Lauro Castro

DIRETORA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E ESPORTIVAS
Alexandre Machado Rosa



Ocupar e resistir

Estudantes fazem ocupações em São Paulo e conquistam revogação do decreto que ameaçava fechar 93 escolas pelo estado

Por **LUANA BONONE**, com informações do Portal Vermelho e G1



O governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), publicou a revogação do Decreto 61.672, que previa aquilo que o governo chamou de “reorganização” das escolas, anunciado em setembro e transformado em decreto em 30 de novembro deste ano. De acordo com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o projeto “tem o objetivo de diminuir a quantidade de segmentos nas escolas e, quando possível, colocar alunos da mesma faixa etária estudando na mesma unidade”. Ocorre que o governo não esclareceu detalhes do plano, não debateu com as entidades educacionais, nem com pais, alunos e professores, e anunciou que 93 escolas seriam “disponibilizadas” (eufemismo para “fechadas”) para outras finalidades educacionais, como creches e escolas técnicas, o que afetaria 311 mil estudantes. Diante do não diálogo e da possibilidade concreta de ter suas escolas fechadas, os estudantes ocupam, desde 9 de novembro, cerca de 200 escolas em ao menos 6 municípios de São Paulo.

Após ter vazado a notícia de que em uma reunião com diretores de escola o governo declarou guerra aos estudantes, o governo de São Paulo perdeu na justiça o pedido de reintegração de posse das escolas da capital e a decisão acabou impactando os demais municípios. No final de novembro e início de dezembro houve uma série de ações de repressão da polícia militar a manifestações pacíficas dos estudantes. Em uma delas, 4 estudantes foram presos, incluindo a presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Camila Lanes. Em 3 de dezembro o governador anunciou a suspensão do plano de reorganização e o então secretário da educação, Herman Voorwald, pediu demissão.

Mesmo assim os estudantes decidiram manter as ocupações, e a presidenta da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) explicou o motivo: „A gente precisa ter mais fundamento, inclusive ele (o governador) precisa publicar um decreto dizendo sobre a suspensão. Todo mundo tem um monte de coisa pra perguntar. E a gente não conseguiu entender qual é a proposta. Até quando vai suspender? É o ano de 2016 inteiro? Pra fazer quais tipos de debate? Quantas audiências públicas? A gente precisa saber de tudo isso pra saber se a gente vai desocupar ou não as escolas”, questionou. No dia seguinte, 4 de dezembro, o governador revogou o Decreto.

Enquanto os estudantes ocupados contam com o apoio de professores, pais e comunidades vizinhas às escolas para cuidar dos jardins, limpar as salas e banheiros, organizar atividades culturais e almoços comunitários nas escolas, o governador Alckmin respondeu com repressão policial. O resultado é uma pesquisa da DataFolha, a qual divulga que a sua popularidade despencou, em menos de 1 ano, de 48% para 28%. Além disso, 30% dos paulistas classificam sua gestão como ruim ou péssima.

“Mexeu com os estudantes, você vai sair perdendo. Foi uma grande vitória dos estudantes para marcar que pela primeira vez em 23 anos o seu governo teve uma grande derrota para provar que ele pode mexer com a água, com o metrô, com a PM, mas se ele mexeu com o estudante ele vai ter essa resposta. Ocupar e resistir e só desistir quando retroceder”, afirmou a presidenta da UBES, Camila Lanes, vitoriosa.



O PROTAGONISMO JUVENIL NA ESFERA PÚBLICA: DEMARCAÇÕES LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS¹

Maria Alda de Sousa Alves
é Doutoranda pelo Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará
e integrante do Laboratório das
Juventudes (LAJUS/UFC). E-mail:
aldasousaalves@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Cada um de nós deve acordar amanhã e dizer: devemos e podemos fazer escolhas; podemos ser atores de nosso futuro. Não nos deixemos arrastar pela falsa idéia de nossa impotência.” (Alain Touraine)

Na sociedade brasileira, a partir de fins da década da década de 1980, contexto caracterizado pelo processo de redemocratização do país, torna-se presente a imagem do jovem, especificamente aquela que remete a infância e adolescência, como um sujeito de direitos, criando uma contraposição à imagem até então predominante do jovem como problema social. A recorrência a esta representação, na qual se enfatiza a condição de cidadania de grupos sociais, portanto, detentores de

direitos, remete ao jovem como um “protagonista”, palavra etimologicamente definida como “lutador principal”, “personagem principal”, “ator principal”. Tal representação é realçada tanto pelo discurso oficial, como por análises sociológicas, especificamente a que trata da ação do ator social.

Nos discursos de organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO, o jovem, na condição de sujeito de direitos, protagonista, ocupa um lugar de centralidade, sendo entendido como um recurso importante de mobilização social e de enfrentamento de problemas. Para isso, não só os processos educativos, mas também os canais específicos de participação, assim como a atuação numa rede de relações sociais e a negociação com outros atores sociais são considerados elementos essenciais.

¹ Este artigo resulta de leituras e discussões presentes em pesquisa de mestrado concluída em 2011 pela Universidade Federal do Ceará (UFC).



Nas análises acadêmicas, estudos da área da sociologia, baseados na idéia do ator social, atribuíram novos significados ao termo protagonismo, denominando como atores protagônicos os agentes principais de um movimento social².

No entanto, antes de uma análise interpretativa conceitual, no sentido de compreender o que significa ser um protagonista na atualidade, é necessário ressaltar duas imagens construídas acerca da própria idéia de juventude. A primeira destas imagens refere-se ao entendimento da juventude como categoria social, homogênea e unitária, concepção surgida na modernidade e que tem como base a corrente geracional funcionalista. Já a segunda imagem refere-se à juventude como construção sócio-cultural e histórica, representação na qual se enfatiza o caráter de heterogeneidade deste segmento com base na classe social, mas também em fatores como gênero, etnia, escolaridade, territorialidade, etc.

Deste ponto de vista, pode-se dizer que a juventude como construção sócio-cultural e histórica referia-se, até bem pouco tempo no Brasil, ao jovem pertencente às classes médias urbanas, não havendo uma maior visibilidade desta condição em relação aos jovens de classes populares, inseridos num outro universo social.

No contexto brasileiro, o discurso acerca dos jovens, sobretudo em relação à criança e ao adolescente, como sujeitos de direitos, remete a fins da década de 1970 e década de 1980. Uma nova legislação entra em vigor; primeiro, a Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, trazendo novos desenhos de políticas públicas e, em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990. Este, ao substituir a Doutrina da Situação Irregular, baseada no Código de Menores, pela Doutrina da Proteção Integral, passa a entender o jovem como sujeito de direitos e deveres, sendo esta uma condição ampliada aos jovens de diferentes classes sociais.

Acrescentando-se a estes marcos legais, recentemente, a partir de 2000, viu-se na sociedade brasileira a formulação de uma Proposta de Emenda Constitucional (nº 138-A de 2003) para inclusão do termo “juventude” e a incorporação de políticas de Estado que contemplem especificamente indivíduos dos 15 aos 29 anos, somando-se, assim, aos direitos e deveres

relacionados à infância e adolescência no Brasil. Também se constatou a tramitação, no Congresso Nacional, de Projeto de Lei que cria o Estatuto da Juventude (nº 4529 de 2004) e o Plano Nacional de Juventude (nº 4530 de 2004). Estes dois últimos documentos brasileiros são os primeiros onde há o registro da expressão “protagonismo juvenil”, e conseqüentemente sua definição.

Este artigo trata de enfatizar uma imagem de juventude como construção sócio-cultural. Destaco como o segmento juvenil tem sido considerado no campo das políticas públicas, no Brasil, apresentando os principais marcos legais direcionados aos jovens brasileiros a partir de fins da década de 1980. Pontuo algumas iniciativas governamentais de âmbito nacional datadas dos anos 2000, como a realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude e a aprovação do Estatuto da Juventude Brasileira, (Lei nº 12.852/2013) visando compreender as formas de participação política da juventude na contemporaneidade e sua relação com o Estado. Busco, por fim, analisar os sentidos de “protagonismo” (o juvenil) por meio de demarcações discursivas presentes em documentos governamentais.

1. A juventude como categoria social e como construção sócio-cultural

Ao se propor entender o protagonismo de algo, neste caso o de jovens, é importante ter em vista as próprias imagens construídas acerca destes sujeitos. Nesse sentido, as idéias recorrentes quanto à explicação do que é ser jovem referem-se ao enquadramento de indivíduos em faixas de idade. Se entendida apenas por um critério etário, a juventude é normalmente associada à idade de 15 a 24/29 anos, sendo esta uma representação baseada na chamada corrente geracional, na qual a juventude é interpretada como um momento de transição no ciclo da vida. Aqui, os indivíduos processam sua integração, tornando-se membros da sociedade, conforme a aquisição de elementos de sua cultura e da assimilação de papéis adultos.

Nessa perspectiva de análise, a juventude é entendida como uma categoria social, sendo, portanto, a delimitação de indivíduos em grupos etários homogêneos

² Ressalto, por exemplo, as obras de Alain Touraine, O retorno do ator: ensaios sobre sociologia, 1984; Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina, 1989; Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante, 2009.



o principal eixo de abordagem. Eisenstadt³ (apud ABRAMO, 1994), nesse sentido, afirma que cada sociedade define as etapas do ciclo da vida, crescimento e envelhecimento, porém, atribuindo-lhes significados diferentes. Nas sociedades “primitivas”, por exemplo, a passagem entre o universo infantil/juvenil e o mundo adulto é fortemente institucionalizada e os grupos etários têm funções e lugares definidos no sistema social. Algo que é diferente nas sociedades modernas, caracterizadas por um forte grau de diferenciação, acentuada divisão do trabalho, especialização econômica e a segregação da família de outras esferas institucionais.

As diferentes formas de inserção dos jovens, através de suas origens sociais e posição de classe, são determinantes para se saber de que jovem se fala. De fato, ao recorrer a História é possível perceber como se processaram as diferentes construções acerca da juventude e como elas se apresentam hoje.

A concepção da juventude como categoria social é destacada por Áries, em História Social da Criança e da Família (1981), ao registrar que a juventude, como fase socialmente distinta, processou-se a partir do desenvolvimento da sociedade moderna ocidental, com a progressiva instituição de um espaço específico de preparação do jovem para a vida adulta. Anteriormente ao século XVII, na Europa ocidental, o processo de socialização da criança/jovem se dava por meio de uma aprendizagem junto aos adultos, não apenas a família, mas um espaço coletivo mais amplo.

Áries destaca, no entanto, que na transição da sociedade tradicional para a moderna, a juventude referia-se a segmentos sociais que podiam manter seus filhos afastados da vida produtiva e social, a fim de permitir sua preparação para o futuro, isto é, esta condição era possível apenas aos filhos da burguesia e setores da aristocracia. Estabelecia-se, nesse sentido, uma dicotomia, na qual, de um lado, ficava a população escolarizada, e de outro, aqueles que entravam diretamente na vida adulta muito cedo. (ÁRIES, 1981).

Com o advento da industrialização na Europa, caracterizado por um forte distanciamento das classes sociais e por uma utilização mais intensiva da tecnologia

no processo produtivo, é possível às famílias de maior poder aquisitivo afastar seus jovens do mundo do trabalho, já que havia um excedente de recursos de posse dessas famílias. Um caminho então seria o prolongamento dos estudos dos jovens oriundos dessas famílias. Dessa forma, surge a escolarização serial e regular. No século XVIII “a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário). O secundário é um ensino longo. O primário durante muito tempo foi um ensino curto. (ÁRIES, 1981). Até o século XVIII, no entanto, a escolarização era monopólio do sexo masculino, “as meninas de todas as classes eram preparadas para se comportarem muito cedo como adultas” (ÁRIES, 1981). O casamento era, assim, um dos principais destinos das jovens mulheres, e, mesmo quando ocupadas nas fábricas, encontravam-se quase sempre restritas ao universo doméstico.

No início da era moderna, com a sociedade industrial dividida em classes, é que se desenvolve, em grande medida, a dramaturgia da juventude como portadora de esperanças e de ameaças sociais latentes (Shindler, 1996). Isto porque, nos primórdios da modernidade, havia um relacionamento relativamente flexível do mundo adulto com relação aos mais jovens. Tal relação baseava-se não só num conceito de ordem hierarquicamente bem estruturado, mas também pela idéia essencial, orientada para um modelo social quase familiar, de um crescimento gradual no interior das relações sociais (Shindler, 1996).

1.1. A juventude como invenção moderna

É no transcorrer das transformações socioeconômicas e políticas, que marcaram a era industrial capitalista do século XIX, que o conceito de juventude adquire uma nova dimensão social no mundo ocidental, passando o jovem a ser objeto de interesse não apenas da família e da igreja, mas uma questão de cunho social, de competência do Estado.

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos

³ S. N. Eisenstadt, ao utilizar contribuições de Talcott Parsons e sua sociologia estrutural-funcionalista, e ao pesquisar grupos etários juvenis, comparou-os a partir das sociedades modernas e tradicionais. Ver artigo Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas. Textos Básicos de Ciências Sociais, Vol. IV, 1968. Coleção Sociologia da Juventude.

ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades, ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre as quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e mundo do trabalho industrial. (GROPPO, 2000, p. 77)

É, também como fenômeno da sociedade moderna, que a juventude passa a ser considerada um problema social e objeto de estudos sociológicos. Conforme sublinha Abramo (1994), a juventude torna-se preocupação e tema de estudos na medida em que os chamados delinquentes, excêntricos e contestadores começam a problematizar o processo de transmissão das normas sociais, revelando comportamentos discordantes dos padrões de socialização de suas sociedades.

Na modernidade, acrescenta Abramo (1994) há uma segmentação dos espaços de elaboração das identidades e das relações solidárias necessárias à transição de uma faixa etária para outra. A preparação de tal rito de transição é delegada, sobretudo, à instituição escolar, que tem a função de socialização das novas gerações e da transmissão de conhecimentos e valores para o desempenho da vida futura, incluindo aqui a vida profissional. Em sendo a juventude uma invenção moderna ela é, portanto, “tecida em um terreno de constantes transformações” (DIÓGENES, 1998). Neste sentido, qualquer busca de registro e conceituação de sua condição e de seus modos de atuação deve ter como referenciais suas práticas, movimentos e esferas de sociabilidade.



A perspectiva de análise sobre a juventude a qual assumo neste texto é a que a define como uma construção sócio-cultural. Para autores como Levi e Schmitt, tem-se que a juventude, assim como outros momentos da vida, é uma construção social e cultural, ressaltando que nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas, segundo o modo pelo qual tratam de identificar, de atribuir ordem e sentido a algo que parece tipicamente transitório (LEVI E SCHMITT, 1996).

Esta imagem da juventude com base numa construção social é destacada por Touraine (1998, 1989) quando pensa sobre jovens latino-americanos. Afirma o autor que a juventude, nos países da América Latina, não é uma categoria social, mas uma construção cultural,

parte de uma imagem que a sociedade tem de si mesma. Touraine⁴ fala que as imagens construídas sobre a juventude, a partir de estatísticas oficiais, confundem de modo arbitrário, realidades muito diversas. Um estudante chileno, cita como exemplo, se identifica bem mais com um engenheiro

ou advogado que se tornará, enquanto que o “jovem de um povoado”, por sua vez, terá mais afinidades com o trabalhador informal em que provavelmente se converterá. E o que pode haver em comum entre um rapaz ou moça de quinze anos e jovens adultos de 28 anos, que, em geral tem, desde cedo, uma vida profissional e familiar? Trata-se, portanto, conclui o autor, de refletir sobre as diversas representações de juventude, a fim de escolher um enfoque

⁴ Trata-se, aqui, de afirmações presentes no artigo “Juventud y Democracia em Chile”, de 1990. Este artigo provém de uma consultoria prestada pelo autor ao governo do Chile, sob encargo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO). In: Revista última década. Centro de Investigacion y Difusión Poblacional de Achupallas - CIDPA. Viña Del Mar. Chile, nº 8, 1998. Disponível em <http://cidpa.cl>. Acesso: 21/01/08. Já no livro Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina, parte II, cap. I “As formas de ação coletiva”, Touraine (1989) afirma que os jovens latino-americanos não atuam somente enquanto operários ou estudantes, mas também enquanto atores políticos. “Uns defendendo ou transformando a ordem social; outros manifestando, através de sua marginalidade, de sua violência ou de sua defesa comunitária, a presença dos excluídos às portas da cidade.” (TOURAINÉ, 1989, p. 138).



que corresponda à situação atual.

Tal perspectiva de entendimento da juventude difere da chamada corrente geracional, aproximando-se da *corrente classista*⁵, cuja ênfase de análise é a classe social, e não somente o grupo etário. Na corrente geracional a idade, como elemento classificatório, funciona diferentemente do enquadramento em uma classe social, da diferença de definição sexual, da classificação étnica, entre outros. Assim, na ótica desta corrente, a noção de transição, predominante da condição juvenil, parece ser uma visão reducionista, não dando conta de explicar a diversidade que esse conceito congrega, podendo-se então argumentar que condição juvenil é socialmente variável.

Cabe aqui, citar Bourdieu (1983) que, ao atribuir maior ênfase ao caráter de reprodução das relações sociais, chama atenção para o fato de que falar dos jovens como se fosse uma unidade social, um grupo constituído, como os mesmos interesses, e relacionar esses interesses somente a uma idade definida biologicamente constitui uma manipulação evidente, portanto, defende o autor, é preciso estar atento aos diferentes universos sociais que permitem pensar a condição juvenil.

2. A juventude na esfera das políticas públicas: marcos legais e ações governamentais

Spósito (2003) em artigo intitulado Juventude e políticas públicas no Brasil, destaca um conceito de políticas públicas que, para fins deste artigo será utilizado. A autora define políticas públicas como um conjunto de ações articuladas com recursos financeiros e humanos próprios. Estas possuem uma dimensão temporal, isto é,

têm um tempo de duração previsto e alguma capacidade de impacto. Estão além da implantação de serviços, abrangendo, também, projetos de natureza ético-política e compreendem níveis variados de relações entre Estado e sociedade civil na sua constituição. Situam-se ainda no campo de conflitos entre atores da esfera pública, que disputam sobre as orientações e os recursos destinados à sua implantação.

Além destas características, há outra dimensão fundamental para o entendimento de políticas públicas: a presença do aparelho público-estatal na definição, acompanhamento e avaliação de tais políticas, assegurando seu caráter público, ainda que, em sua realização, sejam firmadas parcerias com entidades privadas ou organizações não-governamentais.

No Brasil, ao se buscar contextualizar historicamente as políticas públicas destinadas ao segmento jovem, inicialmente a criança e ao adolescente, cabe enfatizar determinados marcos legais que configuram os parâmetros de tratamento conferido aos jovens pelo Estado e pela sociedade⁶. O primeiro desses marcos é o chamado Código de Menores, ou Código Mello de Matos, sancionado em 1927, marcando o início da intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas destinadas à juventude. Orientado pela ideia de “saneamento social” de tipos indesejáveis, o Código de Menores baseava-se na “moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social”, implicando medidas corretivas a estes jovens, a fim de devolvê-los adaptados à sociedade. (ABROMAVAY; CASTRO, 2004).

Em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), instituição responsável

⁵ Como bem destaca Pais (2003) estas são as duas principais correntes teóricas da sociologia da juventude. Na corrente geracional é enfatizado um caráter unitário da juventude, na medida em que ela é entendida como fase de vida. Segundo esta corrente admite-se a existência de uma cultura juvenil que, de certa maneira, se oporia à cultura das gerações adultas. Tal oposição poderá assumir diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais, ora falando-se de uma socialização contínua, ora de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais. Já na chamada corrente classista, na qual se é enfatizada a questão da classe social, a transição dos jovens para a vida adulta é pautada por desigualdades sociais, seja quanto a divisão sexual do trabalho, seja, principalmente, quanto à condição social. Nesta corrente, explica Pais, as culturas juvenis são sempre culturas de classes, entendidas como produto de relações antagônicas. São culturas juvenis apresentadas como “culturas de resistências”, ou seja, culturas negociadas a partir de um contexto cultural determinado por relações de classe. (PAIS, 2003, p. 61).

⁶ Cabe lembrar que a juventude, para além da fase da vida compreendida por adolescência, só emergiu como segmento específico, o qual demandava políticas públicas específicas, a partir da década de 1990, num momento, segundo Carrano (2015), em que a exclusão social de parcela significativa desta população se tornou parte da questão social. Portanto, a preocupação com a questão da juventude, como pauta de agenda pública de governos, ocorreu mais tardiamente, se comparado a outros segmentos sociais, como as mulheres e a infância e adolescência.



pela Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM). Os princípios desta política baseavam-se no Código de Menores e na Lei de Segurança Nacional, implantada no Brasil na década de 1960, durante o regime militar. Assim, estabelece-se uma política nacional de atenção à infância e à adolescência, alicerçada no controle, vigilância e confinamento, sendo o uso da repressão uma prática freqüente.

O Código de Menores vigorou até fins da década de 1970, sendo extinto no âmbito do processo de democratização do país. Nesse contexto, ganham visibilidade movimentos em defesa dos direitos humanos e sociais, especificamente da criança e do adolescente, reivindicando a condição de pessoa humana e cidadania destes sujeitos.

Até o final da década de 1970, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, não dispunha de leis que aglutinassem uma perspectiva ampla de políticas públicas destinadas a jovens, nas áreas da saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, etc. Somente a partir da década de 1980 é que se constatam mobilizações da sociedade civil no sentido de propor políticas de proteção e atenção na área da infância e adolescência, na tentativa de tornar

visível a representação do jovem como sujeito de direitos.

A partir do processo de democratização do país – que começa nos anos de 1970 e vai se desenvolvendo nas décadas de 80, 90 e anos 2000- surgem canais de participação da sociedade civil na formulação e na gestão das políticas públicas. Particularmente as políticas destinadas a crianças e adolescentes, a legislação que passa a vigorar a partir da década de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - traz uma abertura para a sociedade civil com a criação de conselhos representativos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, os quais são instituídos buscando viabilizar uma perspectiva de cidadania em face de perspectivas discriminatórias e excludentes.

O princípio da descentralização é também um dos elementos que dão forma às políticas públicas em fins da década de 1980 e início da década de 1990. Tal princípio é anunciado na própria Constituição Federal de 1988, como ressalta Gohn (2001) ao pensar em termos de uma nova institucionalidade pública. Segundo a autora, a Constituição Federal de 1988⁷ trouxe duas importantes mudanças no processo de elaboração das políticas governamentais: a primeira foi à descentralização, ou seja, a transferência de responsabilidade decisória para estados e municípios, ao que Spósito (2004) define como “municipalização democrática”⁸; a segunda mudança refere-se ao viés participativo que passou a caracterizar o processo decisório. Para Gohn a expressão fundamental dessas mudanças institucionais foi à criação de diversos conselhos gestores de políticas públicas, tais como os conselhos de direitos, os conselhos de educação, de assistência social, de saúde, cultura, meio ambiente, etc.

2.2 A emergência de ações governamentais direcionadas aos jovens brasileiros (período 1999-2015)

Em fins da década de 1990, período correspondente ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso

⁷ Ver, nesse sentido, artigo 204, sobre a participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas públicas e controle de ações implementadas nos diferentes níveis de governo.

⁸ Conforme Spósito, o poder municipal apresenta-se como um campo privilegiado de análise das políticas públicas. É através dele que as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara. Defende ainda a autora que, “o poder municipal aparece como interlocutor dos grupos organizados, sobretudo quando as demandas giram em torno da qualidade de vida e de novas apropriações cidadinas.” (SPÓSITO, 2003, p.32).



na Presidência da República, modificam-se o quadro de ausência de foco das políticas públicas direcionadas ao segmento jovem⁹, observando-se o surgimento de ações públicas no âmbito do governo federal, estas desenvolvidas em parceria com governos estaduais, municipais e organizações não-governamentais. O foco nas populações em condição de vulnerabilidade e risco social, a diminuição do aparato estatal e a realização de parcerias entre os setores público e privado foram alguns dos princípios que nortearam o “fazer política pública” no Brasil dos anos 90 (BRENNER, LÂNES, et al, 2005).

Estudos de pesquisadores como Spósito e Carrano (2003) identificaram a existência, no final de 2002, de trinta e três programas/projetos governamentais (embora fragmentados setorialmente e com pouca consistência conceitual e programática) direcionados ao público jovem, sendo dezoito destes programas criados no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Uma das características deste período foi à focalização de ações governamentais voltadas para jovens denominados em situação de risco social. Acrescentam os referidos autores que os programas dirigidos a jovens considerados “carentes” ou em situação de “risco social”, com delimitação geográfica em municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi uma expressão de políticas de focalização no combate à pobreza, que predominaram nos governos Fernando Henrique Cardoso, em detrimento das políticas de caráter universal. Tal estratégia de ação teve sua continuidade no governo Lula.

Em 2003, início da primeira gestão do governo Lula, a questão da juventude entrou na pauta de discussões da agenda pública com a criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego- PNPE¹⁰, em outubro do referido ano. Para Brenner, Lânes, et al (2005) foram três

os processos de âmbito nacional que exerceram forte influência em torno do debate sobre as políticas públicas de juventude nos dois primeiros anos do governo Lula, quais sejam: o Projeto Juventude, desenvolvido pelo Instituto Cidadania, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados (CEJUVENT) e o Grupo Interministerial de Juventude.

O Projeto Juventude foi iniciado em 2003 pelo Instituto Cidadania¹¹, organização não-governamental fundada por Luiz Inácio Lula da Silva, em 1991. Assim como as demais temáticas adotadas por este Instituto, o tema juventude passou a fazer parte da pauta de reuniões, dos seminários, fóruns e pesquisas desenvolvidas em âmbito nacional no sentido de consolidar uma proposta nacional de política pública de juventude. Em linhas gerais, o objetivo do Projeto Juventude foi o de apresentar ao Estado, nas diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal) e nos diferentes níveis de poder (legislativo, executivo e judiciário), bem como a sociedade civil, um conjunto de subsídios, estudos, informações, sugestões e propostas relativas à situação da juventude no país. Sobre isso, Brenner, Lanês, et al (2005) destacam que:

Após um ano de trabalho, a proposta preliminar que resultou dessa iniciativa foi publicada e entregue ao presidente Lula no dia 16 de junho de 2004. Nesta publicação encontra-se um diagnóstico geral com dados sobre jovens no Brasil; diretrizes gerais para uma política nacional de juventude; agenda de ações, incluindo diagnósticos, recomendações e propostas para 19 áreas (educação, trabalho, cultura, participação, esporte, saúde, drogas, sexualidade, prevenção da violência, mulheres jovens, desigualdade racial, meio ambiente, jovens da área rural, juventude indígena, espaços urbanos, desenvolvimento social, previdência, turismo e defesa); (...)

⁹ Conforme Rua (apud Spósito e Carrano, 2003, p. 17) até a metade da década de 90, no Brasil, não havia políticas públicas destinadas especificamente aos jovens, uma vez que as mesmas eram dirigidas ao conjunto da população. Para a autora, os jovens não entram na agenda das políticas públicas como problemas políticos, como atores passíveis de participação, entendimento e diálogo, permanecendo como “estado de coisas”.

¹⁰ Programa que visa reforçar a qualificação sócio-profissional e a inserção do jovem de 16 a 24 anos no mercado de trabalho. Dentre as seis modalidades que compõem este programa, destacam-se o Consórcio Social da Juventude, o Empreendedorismo Juvenil e o Jovem Aprendiz. Fonte: Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

¹¹ Conforme Brenner, et al (2005) desde seu surgimento as propostas do Instituto Cidadania trataram de abranger temas como segurança alimentar, habitação, segurança pública, energia, reforma política e fome. Até o final de 2002, Lula esteve na coordenação do referido instituto, afastando-se, posteriormente, para assumir a Presidência da República.

O documento aborda, também, questões institucionais ligadas à implementação de uma política de juventude, ou seja, organismos gestores do executivo, instâncias no legislativo (pontuando o debate sobre o Plano Nacional de Juventude) e conselhos de juventude. (BRENNER, LANÊS, 2005, p. 210).

A criação de uma Comissão de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados foi outra iniciativa de âmbito nacional, datada de 2003, que influenciou o debate sobre as políticas públicas de juventude no início da primeira gestão do governo Lula. Esta Comissão, composta por um número de 43 deputados federais, teve como um dos principais objetivos a elaboração de um Plano Nacional de Juventude que fosse implementado pelo poder executivo num período de até 10 anos.

Ainda como parte de ações governamentais, em 2004, foi instalado pelo governo federal o Grupo Interministerial de Juventude, tendo como atribuição a definição de uma Política Nacional Integrada de Juventude. Em sua formação, este grupo era composto por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais. O grupo tratou de apresentar dados sobre as condições de vida dos jovens brasileiros, os programas federais direcionados a este segmento, os desafios para construção de uma política nacional de juventude, bem como recomendações sobre formas de elaboração desta política.

Dois encontros de âmbito nacional, que congregaram jovens de diferentes regiões do país, foram realizados entre 2003 e 2008. Trata-se do Seminário Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ocorrido em setembro de 2003, e a da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, datada de 2008. Estes dois encontros, destacam Brenner, et al (2005), “marcaram o início e o final de um processo de consulta pública que contou, ainda, com conferências estaduais realizadas em todas as capitais brasileiras, organizadas e coordenadas pelos deputados federais dos respectivos estados que compunham a comissão.” (BRENNER, et al, 2005).

A partir da 1ª Conferência Nacional de Juventude, e com base em consultas regionais, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude propôs a criação de uma

Secretaria Especial de Políticas de Juventude, vinculada ao poder executivo federal, do Instituto Brasileiro de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. Como parte dos trabalhos desta Comissão foi elaborada uma Proposta de Emenda Constitucional (nº 138-A de 2003) para inclusão do termo juventude e a incorporação de políticas de Estado que contemplem especificamente indivíduos dos 15 aos 29 anos, somando-se, assim, aos direitos e deveres relacionados à infância e adolescência no Brasil, o Projeto de Lei que cria o Estatuto da Juventude (nº 4529 de 2004), o e o Plano Nacional de Juventude (nº 4530 de 2004).

No desenrolar dessas ações, em julho de 2010, o Senado Federal aprovou a referida Proposta de Emenda Constitucional, a chamada PEC da Juventude, motivo de comemoração para diferentes atores engajados no processo de formulação de políticas públicas para juventude na sociedade brasileira atual, bem como foi assinado decreto pelo ex-presidente Lula, convocando a 2ª Conferência Nacional de Juventude para 2011, com o tema: “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos” e lema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil!”. Também foi aprovado o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), dispositivo legal que elenca diretrizes e direitos relacionados ao segmento juventude¹².

Em continuidade as ações desenvolvidas no governo Lula, como a própria implantação de uma política de Estado direcionada aos jovens brasileiros, observa-se no atual governo de Dilma Rousseff, a continuidade e ampliação de importantes programas destinados ao segmento juvenil, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM)¹³, implementado em 2005; o Plano Juventude Viva, implementado em 2012, visando o enfrentamento da violência contra os jovens negros; Cotas no ensino superior, destinando 25% das vagas nas universidades e institutos federais para alunos de escolas públicas; a elaboração em parceria com o Organização Internacional do Trabalho (OIT) de um Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, além de outros programas não mencionados. Vale ressaltar, também, que a 3ª Conferência Nacional de Juventude, cujo lema é “As

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm Acesso: 04/11/2015.

¹³ Programa de inclusão social direcionado a jovens situados na faixa etária dos 18 a 29 anos, visando elevar a escolaridade de jovens que não concluíram o ensino fundamental. Possui três modalidades: PROJOVEM Adolescente, Trabalhador, Urbano e Campo.



várias formas de mudar o Brasil” está prevista acontecer em dezembro de 2015, em Brasília-DF.

3. Protagonismo juvenil: demarcações discursivas

Ao se buscar compreender os sentidos de “protagonismo juvenil” por meio de discursos oficiais, pode-se constatar, a princípio, que esta expressão ora confunde-se com “participação”, ora com “autonomia”, ora é tida como sinônimo de “ator social”, indicando “ação individual” ou “coletiva”. A Organização das Nações Unidas - ONU, por exemplo, ao tentar viabilizar experiências de protagonismo juvenil, elaborou, em 1995, o Programa de Ação Mundial para os Jovens até o ano 2000 e anos subsequentes. Nesse programa, sobressai a idéia de “autonomização” da juventude como um conceito que abrange participação, direitos e responsabilidades, formação de capacidades e integração social, implicando “transferência de poder”, para os jovens como indivíduos e para organizações de juventude.

No contexto brasileiro, embora se constate a

recorrência ao termo “protagonismo” em documentos governamentais referentes à política educacional do país na década de 1990, como a Resolução CEB/CNE de 1998¹⁴, é somente a partir dos anos 2000 que se tem o registro da expressão completa “protagonismo juvenil” em documentos governamentais, tais como a Proposta de Emenda Constitucional nº 138-A de 2003, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude brasileira, o Projeto de Lei nº 4529 de 2004, que institui o Estatuto da Juventude e o Projeto de Lei nº 4530 de 2004 sobre o Plano Nacional de Juventude.

Na Proposta de Emenda Constitucional de 2003 (PEC-138) advoga-se a necessidade do termo “jovens” e “juventude” no texto constitucional no sentido de reconhecê-los como um segmento social específico, demandando assim, políticas de Estado específicas. O argumento desta proposta de emenda, aprovada em 07/07/2010 pelo Congresso Nacional, é que a Constituição Federal de 1988 refere-se à expressão “juventude” apenas em seu artigo 24, cap. XV, ao afirmar que “compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente

¹⁴ Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

sobre a proteção à infância e à juventude.” De outro modo, as expressões “criança”, “infância”, “adolescente” e “adolescência” são recorrentes no texto constitucional. (ver p.ex. Cap. VII, Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso).

Para efeitos jurídicos, a legislação específica sobre a infância e adolescência, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, diz em seu artigo 2º que criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Cabe notar que a discussão sobre a ampliação do conceito “juventude”, a partir do critério etário, é recente na sociedade brasileira. Tal discussão parece justificar-se quanto à elaboração de políticas públicas.

Assim como nesta proposta de emenda constitucional, no projeto de lei sobre o Plano Nacional de Juventude (2004), o qual estabelece metas à União e governos locais nos próximos dez anos, referentes à educação, formação da cidadania, saúde, trabalho e cultura para o segmento juvenil, no Brasil, tem-se, dentre os seus objetivos, a proposição de políticas públicas de juventude como responsabilidade do Estado, e não de governos, efetivando-se nos diferentes níveis institucionais (federal, estadual, municipal) assim como a articulação entre distintos atores da sociedade (governos, organizações não-governamentais, jovens), na construção destas políticas.

O referido plano, ao enfatizar o “desenvolvimento da cidadania e organização juvenil” (2004, p. 19), aponta como algumas de suas metas a criação de espaços nos quais os jovens possam “participar da formação de políticas que concernem à juventude”, estimulando o chamado “protagonismo juvenil”, bem como a “promoção” e “formação” de cidadãos que atuam nestes espaços, no sentido de reconhecê-los como “atores sociais”. Além do que, observa-se, no documento, uma ênfase na política de educação como uma das principais maneiras de promover a “emancipação juvenil” (2004, p.5). Desta forma, as três primeiras prioridades elencadas neste projeto de lei referem-se à educação básica e superior, sendo elas: a erradicação do analfabetismo da população jovem; a garantia de universalização do ensino médio (público e

gratuito); e a concessão de bolsas de estudo para ingresso, manutenção e permanência no ensino superior.

Cabe destacar, ainda, citação encontrada em texto de Projeto de Lei sobre a criação do Estatuto da Juventude¹⁵, aprovado em julho de 2013, o qual, ao buscar definir o conceito de “protagonismo juvenil” e as formas atuais de participação de jovens, atribui ao próprio poder público o dever de incentivar, fortalecer e possibilitar o “associativismo” juvenil.

Entende-se por protagonismo juvenil: I - a participação do jovem em ações que contemplem a procura pelo bem comum nos estabelecimentos de ensino e na sociedade; II - a concepção do jovem como pessoa ativa, livre e responsável; III - a percepção do jovem como pessoa capaz de ocupar uma posição central nos processos político e social; IV - a ação, a interlocução e o posicionamento do jovem com respeito ao conhecimento e sua aquisição responsável e necessária à sua formação e crescimento como cidadão; V - o estímulo à participação ativa dos jovens em benefício próprio, de suas comunidades, cidades, regiões e país; VI - a participação dos jovens nos temas nacionais e estruturais.
(Projeto de Lei nº 4529, de 2004, cap. II, Art. 10).

Segundo o texto, a interlocução entre setores da sociedade civil, no caso, o segmento jovem, e o Estado, aparece como algo que deve ser assegurado como um direito, sendo dever do poder público incentivar, fortalecer e subsidiar o associativismo juvenil. Diz o texto:

São diretrizes da interlocução institucional juvenil: 1- Criação da Secretaria Especial de Políticas de Juventude; 2- Criação dos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Juventude; 3- Criação de Fundos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municípios vinculados aos respectivos Conselhos de Juventude. (Cap. VII Do Direito à Representação Juvenil, Art. 28).

Considerando estas afirmações, e especificamente quanto ao exercício do “protagonismo” a partir da ação coletiva de jovens no planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, um questionamento que pode ser feito é no sentido de saber se estas formas atuais de negociação

¹⁵ Quanto a este Estatuto, consta que o seu texto foi elaborado com base em experiências europeias e em dois documentos internacionais: a Declaração de Lisboa, decorrente da Conferência Mundial dos Ministros de Juventude, conforme recomendações do Programa Mundial para Juventude até os anos 2000 e anos subsequentes, da Organização das Nações Unidas - ONU, e o Plano de Ação de Praga, ambos os documentos datados de 1998. Fonte: <http://www.consciencia.net/2003> e <http://www.juventude.gov.pt/NR>. Acessos: 19/12/2009 e 26/03/2010.



entre diferentes atores sociais, cujo elenco é composto por representantes da sociedade civil (ONG's, movimento estudantil, movimentos sociais, etc.) e do Estado, atuando num cenário público, como os Conselhos de Juventude e as Conferências Nacionais de Juventude, significam mudanças nas relações de poder entre estas duas instâncias. E ainda, em que medida a proposição de um “empoderamento” para jovens organizados, implica não apenas um mecanismo de integração social do jovem como objeto de intervenção (SOUZA, 2008), mas a transformação e emergência de uma nova cultura política.

Neste sentido, destaco Martins (2006) quando defende que o Poder Executivo apresenta-se como uma instância que atua de forma relevante, porém não determinante, no fortalecimento ou enfraquecimento de esferas de transformação e participação social. Estas baseadas nos referenciais da democracia participativa. Cabe ao Estado a implantação de políticas públicas mais abrangentes e efetivas, que contemplem, de fato, o segmento juvenil como interlocutores capazes de planejar e concretizar seus projetos, de integrar-se positivamente na sociedade, sendo protagonistas na construção de suas trajetórias de vida. Concorro, assim, com Touraine (1998) quando afirma que necessário se faz fortalecer nestes jovens a capacidade de serem atores de sua própria vida, de terem projetos, de serem capazes de julgarem de modo positivo e negativo, como também se serem capazes de tecer relações sociais de cooperação, de consenso ou conflitivas. (TOURAINÉ, 1998).

Considero ainda, quanto à produção dos discursos oficiais, duas questões fundamentais: a primeira é a percepção de que se trata de um discurso cuja ênfase é na construção da imagem do jovem como um ator, sujeito de direitos, protagonista, e não como problema, podendo ser, assim, um interlocutor em questões de interesse público. A segunda questão diz respeito à idéia de um espaço público constituído de diferentes atores sociais, seja indivíduos, ONG's, ou Estado, ao tornar legítima a participação de jovens em processos de tomada de decisão, leva-nos a pensar em relações sociais enquanto relações horizontalizadas tecidas por conflito de interesses, que podem ser objeto de negociação entre as instâncias política e cidadã. (Charadeau, 2006), ou seja, Estado e sociedade civil.

Na construção dos sentidos do “protagonismo juvenil”, longe de se chegar a uma conclusão final, vejo que este conceito remete a um significado sociológico,

político, e, também, pedagógico. Podemos falar, assim, de “protagonismo juvenil”, sobretudo, na esfera pública dos Conselhos e Conferências Nacionais de Juventude, como um processo em construção, com avanços, recuos e limites, mas, principalmente, como uma possibilidade real a ser trabalhada na perspectiva de consolidação de uma nova cultura política na sociedade brasileira. Como bem nos diz Santos (2002) “é na originalidade das novas formas de experimentação institucional que podem estar os potenciais emancipatórios ainda presentes nas sociedades contemporâneas”. (SANTOS, et al, 2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABROMAVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia et al. Políticas públicas de/para/com juventudes. 2 ed. Brasília:UNESCO, 2004.
- ABRAMO, Helena Wendel. Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, Anpocs, 1994.
- ÀRIES, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983. P.112-121.
- BRASIL. Resolução CEB/ CNE nº 3, de 26 de Junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso: 01/01/2010.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude. Disponível em: Secretaria Geral da Presidência da República: www.presidencia.gov.br. Acesso: 13/05/2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa (1988). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2008. 464p.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069/1990. Fortaleza: Fórum DCA.
- _____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4530/04. Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso: 11/01/2010.
- _____. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda Constitucional nº 138-A, de 2003. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg. Acesso: 15/05/2010.
- _____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4529/04. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras



- providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso: 11/01/2010.
- BRENNER, Ana Karina, LÂNES, Patrícia, CARRANO, Paulo César R. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. In: Revista de Estudos sobre Juventud. 9 ed, nº 22, México, DF, janeiro-junho, 2005. p.202-219.
- CARRANO, Paulo. Por uma Política e uma Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <https://www.change.org/p/nilma-lino-gomes-ministra-da-cidadania-por-uma-pol%C3%ADtica-e-uma-secretaria-nacional-de-juventude>. Acesso: 03/11/2015.
- CHARADEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2006. p. 52- 64.
- DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.
- EISENSTADT, S.N. Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas. In: BRITO, Sulamita. (org). Sociologia da Juventude. Vol.III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ong's e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 123).
- GROPPO, Luís Antônio. Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. (Coleção Enfoques-Sociologia).
- LEVI, Giovanni, SCHIMITT, Jean – Claude (org). História dos jovens: da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia das letras, 1996. V.1
- MARTINS, Aline de Carvalho. Conselhos de direitos: democracia e participação popular. In: SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro, et al. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.
- ONU. Organização das Nações Unidas. Autonomizar a juventude mundial para agir. Centro de informação das Nações Unidas em Portugal, 2001. Disponível em: www.onuportugal.pt.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. Revista Análise Social, Vol. XXV, 1990, p. 139-165. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso: 19/08/2014.
- _____. Culturas juvenis. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2003.
- SPÓSITO, Marília Pontes, et al. Juventudes e políticas públicas no Brasil. In: Revista brasileira de educação. Set/out/nov/dez, 2003, nº 24.
- _____, et al. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. Revista Brasileira de Educação. V. 11, nº 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32>. Acesso: 18/04/2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Col. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos). p. 39 a 78.
- SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: 2006.
- SOUZA, Regina Magalhães. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Ciências Sociais).
- SHINDLER, Nobert. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, Giovanni, SCHIMITT, Jean-Claude. História dos jovens: da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- TOURAINÉ, Alain. Juventud y democracia en Chile. Revista última década. Centro de Investigacion y Difusión Poblacional de Achupallas - CIDPA. Viña Del Mar. Chile, nº 8, 1998. Disponível em <http://cidpa.cl>. Acesso: 21/01/08.
- _____. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas – SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. 552p.

Projeto de Lei 6.840/2013: reforma curricular ou retrocesso do Ensino Médio?

Dirce Djanira Pacheco e Zan¹
Danielle de Sousa Santos²
Luciano Nascimento Corsino³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de construção do Projeto de Lei nº 6.840/2013, apresentar a sua proposta e apontar as suas contradições e inconsistências. Ao analisar o plano de trabalho organizado pela Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reforma do Ensino Médio – CEENSI e o projeto de reforma curricular, entende-se que por meio de discursos contraditórios, o PL em questão desconsidera importantes contribuições das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e sua aprovação pode representar um retrocesso com sérias implicações para educação da juventude brasileira que frequenta o Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino Médio. Currículo. Políticas Educacionais.

Bill 6.840/2013: curriculum reform or regress in high school?

¹ **DIRCE DJANIRA PACHECO e Zan** é Docente do Departamento de Ensino e Práticas Culturais (FE/Unicamp), coordenadora do grupo VIOLAR (Laboratório de Estudos sobre Violência, Cultura e Juventude) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp.

² **DANIELLE DE SOUSA SANTOS** é Doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas, Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e pesquisadora do Grupo de Estudos Laboratório de Estudos sobre Violência, Cultura e Juventude – VIOLAR do programa de pós-graduação em Educação da Unicamp.

³ **LUCIANO NASCIMENTO CORSINO** é Professor de Educação Física na Prefeitura de São Paulo - SME/SP, mestre em Educação e Saúde pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e cursa doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the process of construction of the Bill No. 6.840/2013, submitting its proposal and point out its contradictions and inconsistencies. To analyze the plan of work organized by Special Committee Aimed at Promoting Studies and Proposals for Reform of Secondary Education - CEENSI and the proposed curriculum reform, it is understood that by contradictory discourses, the project ignores important contributions of the National Curriculum Guidelines for High School and its adoption can be a setback with serious implications for Brazilian youth education in high school.

Keywords: High School. Curriculum. Educational Policies.



INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é considerado como etapa final da educação básica desde a Constituição Federal de 1988, mas só a partir de 2013, com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, tornou-se etapa obrigatória em nosso país⁴. A universalização tardia do Ensino Médio, no Brasil, vem acompanhada de um debate sobre a sua função e eficiência, surgindo questões relativas a evasão e a queda na taxa de matrícula, as quais atribuem à presente situação desse nível de ensino “um caráter de ‘crise’, ‘apagão’ ou ‘falência’”. Todavia, outras temáticas importantes devem ser consideradas nesse cenário, como, por exemplo, “a persistência de problemas de fluxos e progressão dos estudantes do ensino fundamental” e o aumento das matrículas de jovens na Educação de Jovens e Adultos – EJA, (SPOSITO e SOUZA, 2014). Uma reflexão sobre a situação do Ensino Médio no Brasil também deve considerar questões como o recente acesso a essa etapa de ensino por jovens de uma camada da sociedade que, até então, era alijada desse direito. Na busca de compreender esse contexto atual, deve-se considerar, principalmente, a relação da organização e expansão dos sistemas de ensino com as demandas e necessidades de produção do sistema capitalista.

Neste sentido, Enguita (1989 p.131) destaca que

o capitalismo exerce grande influência nas mudanças do sistema escolar, em virtude da sua necessidade de formação de mão de obra. Segundo o autor, o capitalismo influencia o sistema escolar devido à necessidade de formar o trabalhador assalariado e pelo fato de as escolas, em razão de sua organização, serem vistas pelas empresas como campo de treinamento. Essa influência ocorre por meio do controle das grandes empresas no poder político e pelas grandes doações filantrópicas feitas por essas empresas. Cabe frisar que, para o autor, as escolas são frutos de conflitos ideológicos.

Compreendemos, desse modo, que são justamente esses conflitos que estão no centro da discussão sobre a reformulação do Ensino Médio brasileiro na atualidade, ou seja, a complexidade do atual cenário é maior do que talvez possa aparentar, um olhar superficial não nos permite identificar todos os processos responsáveis pelas tomadas de decisão no âmbito de uma ampla reformulação do currículo de um nível de ensino, por exemplo.

Ainda nessa perspectiva, Mészáros (2005, p.25) deixa claro que uma reformulação significativa no sistema educativo pressupõe necessariamente uma correspondente transformação no quadro social, caso contrário “tais reformas têm apenas como objetivo corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida”, de forma que sejam garantidas as

⁴ Ao analisarmos a legislação, encontramos um descompasso entre a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, no seu Art. 4º, I que estabelece: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio”; e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 em sua Meta 3 que prevê “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)”.

estruturas fundamentais da sociedade, em conformidade com atual sistema de produção.

No que se refere à reformulação do Ensino Médio, diversos trabalhos têm apontado que essa etapa é hoje uma das principais pautas de discussão, tanto na Europa como nas Américas. Entendemos que, nesse caso, o que está no centro desses debates é, na verdade, a disputa por um modelo de sociedade. Como assinala Feldeber (2008) no prólogo do livro Políticas públicas e educação: Debates contemporâneos é possível afirmar que as recentes transformações dos sistemas educativos na América Latina, ocorridas no contexto “dos processos de reestruturação dos Estados Nacionais”, sofrem influência de diferentes concepções de pensar “o Estado, a sociedade e a função da educação”.

A partir dessa noção, nosso objetivo, neste texto, é discutir a proposta de reformulação do Ensino Médio apresentada pelo Projeto de Lei nº 6.840/2013,

que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no Ensino Médio, dispor sobre a organização dos currículos do Ensino Médio em áreas do conhecimento e dá outras providências (PL 6.840/2013).

Para alcançarmos tal objetivo, analisaremos o plano de trabalho organizado e realizado pela Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reforma do Ensino Médio – CEENSI, elaborado pelo Deputado Federal Wilson Filho (PTB/PB), como também analisaremos o texto da proposta de lei, a fim de identificar as suas contradições e inconsistências.

O contexto de elaboração do PL

Foi por meio do Requerimento 4.337 de 2012 de iniciativa do Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais Reginaldo Lopes (PT), que foi criada em 15 de março de 2012 a CEENSI que foi instalada em 23 de maio, sendo composta por vinte e oito membros titulares e por igual número de suplentes. O objetivo da comissão era mobilizar os parlamentares para o debate. Conforme a justificativa do requerimento 4.337 de 2012.

[...] a estrutura do Ensino Médio oferecido pelo poder público de hoje não vem produzindo resultados que possam sustentar o crescimento social e econômico do país. Um dos principais desafios da educação hoje consiste no estabelecimento do significado dessa etapa: uma

mera passagem para o ensino superior ou inserção na vida econômico-produtiva? É preciso uma nova concepção inovadora do Ensino Médio, com a formação integral do estudante, estruturada na ciência, cultura, trabalho, tecnologia e esporte. Estabelecer um significado mais amplo e reconhecer na integração à educação profissional técnica uma importante política pública, mas que precisa ser complementada com a mudança curricular do Ensino Médio “tradicional” não profissionalizante (Req. 4.337/2012 p.02).

Para discutir as proposições para reformulação do Ensino Médio, foram realizadas várias audiências públicas e cinco seminários, descritos no relatório da CEENSI. Conforme o relatório, as discussões nas audiências públicas e seminários contaram com a participação de diferentes setores interessados:

representantes dos diversos órgãos do Poder Executivo Federal, das associações estudantis, de entidades sindicais, da iniciativa privada, bem como Secretários Estaduais de Educação, gestores dos sistemas de ensino, pesquisadores e especialistas na área (p.03).

Informamos que os participantes citados nesse texto são os mesmos que aparecem no texto do relatório, neste sentido, consideramos que o relato das atividades, audiências e seminários, representam uma escolha feita pelo deputado Wilson Filho, dentre outras possíveis, pois sabemos que nem todas as vozes que participaram das diversas atividades realizadas para discutir o projeto ganharam visibilidade no texto do relator, o que valeria uma pesquisa para identificar quais vozes foram silenciadas e por que essas vozes não aparecem no texto do relatório da Comissão.

Ainda segundo o relatório da Comissão, os debates foram permeados por uma longa pauta de temas, entre eles:

[...] a estrutura física, administrativa e pedagógica das escolas; a falta de espaços de aprendizagem; a formação de professores e gestores para a educação básica, especialmente para o Ensino Médio; as formas de avaliação; os programas de apoio ao estudante e aos professores; a integração com a educação profissional; e a baixa atratividade do Ensino Médio no cenário atual. (p.02).

O Relatório da CEENSI apresenta as informações sobre as audiências realizadas em Brasília e seminários estaduais realizados, como seguem:

- Na primeira audiência pública – 07 de novembro de 2012 – estavam presentes: Antônio César Russi Callegari, na época



Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, José Fernandes de Lima Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Luiz Cláudio Costa, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);

- **Segunda audiência pública** – 28 de novembro de 2012 –, presenças: Professora Carmem Sylvia Vidigal Moraes, representante do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), e do Professor Dante Henrique Moura, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED);

- Terceira audiência pública – 4 de dezembro de 2012, presença do Professor Moaci Alves Carneiro, autor do livro O nó do Ensino Médio;

- **Quarta audiência pública** – 11 de dezembro de 2012, presentes: Sra. Antônia das Graças Santos Silva, da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), e Sr. Antonio Lidio de Mattos Zambon, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC (SECADI);

- **Quinta audiência pública** – 19 de fevereiro de 2013 participaram: Professora Carmen Moreira de Castro Neves, Diretora de Formação de Professores da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

- **Sexta audiência pública** – 19 de março de 2013 – participação de Daniel Queiroz Sant'Ana secretário de Educação do Estado do Acre e representante do CONSED;

- **Sétima audiência pública** – 26 de março de 2013, com a presença do Sr. Marco Antonio de Oliveira, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC;

- **Oitava audiência pública** – 9 de abril de 2013, teve a participação de Catarina Almeida, representante da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE);

- **Nona audiência pública** – 7 de maio de 2013 – presença de João Batista de Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto (IAB);

- **Décima audiência pública** – 14 de maio de 2013 – participaram: Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, Secretária de Educação do Estado do Ceará, Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, Herman Jacobus Cornelis Voodwarld, Secretário de Educação do Estado de São Paulo;

- **Décima primeira audiência pública** – 28 de maio de 2013 – estavam presentes: Ângela Fátima Soligo, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Silvia Maria Cintra da Silva, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Tânia Suely Azevedo Brasileiro, do

Conselho Federal de Psicologia (CFP);

- **Décima segunda audiência pública** – 4 de junho de 2013 – foi realizada com a presença de Roberto Geraldo de Paiva Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN);

- **Décima terceira audiência pública** – 25 de junho de 2013 – participação de Helena Wendel Abramo, Coordenadora-Geral de Políticas Setoriais da Secretaria Nacional de Juventude;

- **Décima quarta audiência pública** – 13 de agosto de 2013 – presença de Simon Schwartzman, cientista político, sociólogo e pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS);

- **Décima quinta audiência pública** – 21 de agosto de 2013 – realizada com a presença de Aloizio Mercadante, naquele momento, Ministro de Estado da Educação;

- **Décima sexta audiência pública** – 3 de setembro de 2013 – realizada com a presença da Professora Selene Barboza Michielin Rodrigues, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

- **Décima sétima audiência pública** – 10 de setembro de 2013 – presença de José Antonio Küller, representante da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO);

- **Décima oitava audiência pública** – 24 de setembro de 2013 – realizada com a presença de Marilza Regattieri, pesquisadora da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO);

- **Décima nona audiência pública** – 1 de outubro de 2013, participação de Priscila Fonseca da Cruz, Diretora-Executiva do Movimento Todos pela Educação;

- **Vigésima audiência pública** – 22 de outubro de 2013 – participaram de Antonio Ilbañez Ruiz, ex-reitor da Universidade de Brasília (UNB) e membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do professor Pedro Paulu Ciprestes do Programa de Física (Pró-física) e do professor Ronaldo Marchezini do CEFET de Minas Gerais.

Dia 3 de outubro foi realizada uma Audiência pública, em Belo Horizonte – MG na qual participaram o Deputado federal Reginaldo Lopes, Ana Lucia Gazzola secretária de educação do Estado de Minas Gerais, o deputado estadual Duarte Bechir, presidente da comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, o deputado estadual Paulo Lamac, membro desta comissão, Beatriz Cerqueira coordenadora do Sind-UTE, e Manuela Braga presidente da UBES.

Tabela 01 – Número de participantes das audiências públicas realizadas em Brasília

Grupos	Número de participantes
Órgãos governamentais (MEC, CNE, INEP e Capes)	10
Secretários Estaduais/ CONSED	04
Professores/pesquisadores	09
ONG's e Consultores de Educação	11

Dados organizados pelos pesquisadores

O Relatório também apresenta os seminários estaduais que foram realizados⁵:

1. Em 10 de junho de 2013, foi realizado o Seminário Estadual no Piauí, coordenado pelo Deputado Jesus Rodrigues. **Primeiro painel:** Formação inicial e continuada de professores para o Ensino Médio, palestrante Sra. Marta Freitas; Segunda palestrante Marcoeli Moura, tema: “Currículo – As novas diretrizes curriculares e as atuais necessidades do Ensino Médio”. Terceiro palestrante Cássio Borges, formado em Licenciatura em História, pela UFPI, tema: Escola e comunidade e violência nas escolas.

Segundo painel (período da tarde) primeira palestrante Eliana Sampaio, tema: Condições de oferta do Ensino Médio, segundo tema período da tarde: os instrumentos de avaliação do Ensino Médio utilizados pelo MEC/INEP, palestrante Antônio José Medeiros ex-Secretário da Educação; terceiro palestrante Marcos Aurélio, tema: Integração do Ensino Médio com a educação profissional técnica de nível médio. Quarto palestrante Dalton Leal, o tema: Infraestrutura: espaços de aprendizagem diversificados (laboratórios, quadras desportivas, bibliotecas); recursos humanos.

2. Em 27 de junho de 2013, foi realizado no Distrito Federal o primeiro seminário, sob a coordenação do Deputado Izalci.

Conforme o relatório o seminário “pautou-se pelas conclusões e diagnósticos para melhoria da educação no Brasil do CONSED (Conselho Nacional de secretários de Educação)”

O texto destaca as falas dos seguintes participantes:

Raquel de Souza (ONG Ação Educativa), Nora Krawczyk (Faculdade de Educação da Unicamp), Priscila Cruz (Movimento Todos pela Educação) e Celso Ferretti (Universidade de Tecnologia do Paraná – UTFPR).

3. O segundo seminário foi realizado no Acre sob a coordenação do Deputado Sibá Machado em 19 de setembro de 2013. Os temas debatidos neste seminário, segundo o relator, foram:

“currículo; integração do Ensino Médio com a educação profissional técnica de nível médio; condições de oferta; avaliações; escola e comunidade; línguas estrangeiras no Ensino Médio; e infraestrutura” (p.53)

De acordo com os temas debatidos foi apresentado um rol de propostas para reformulação do Ensino Médio.

4. Em 27 de setembro de 2013, foi realizado o Seminário Estadual em Mato Grosso, sob a coordenação do Deputado Nilson Leitão e relatoria do Deputado Eliene Lima.

Este seminário foi organizado em dois painéis temáticos, o primeiro: Currículo do Ensino Médio, Modalidades e Avaliações, o segundo: Escola e comunidade. Para cada painel foi apresentado um conjunto de proposições.

5. Nos dias 15 e 16 de outubro, foi realizado o Seminário Nacional, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Numa grande síntese dos principais temas debatidos nesta Comissão Especial, o Seminário Nacional trouxe em seus painéis representantes do MEC e seus diversos órgãos vinculados, do CONSED, do Conjuve, da Anpae, da Anfope, da Anped, da CNTE, do Cedes, da Ubes e do Movimento Todos pela Educação

Foram apresentados os seguintes painéis: currículo e diretrizes curriculares; integração do Ensino Médio com a educação profissional; formação de professores e gestores; condições de oferta do Ensino Médio e infraestrutura; e instrumentos de avaliação utilizados pelo MEC.

O relator destaca a participação nas discussões populares por meio virtual, o texto afirma que foram realizadas vinte audiências públicas virtuais com a participação de duzentos e sessenta e seis pessoas, além de dois fóruns. Em um dos fóruns, o tema teria sido escolhido pelos próprios internautas, porém, o texto não diz qual foi o tema escolhido, no outro fórum foram propostos nove tópicos para serem debatidos:

⁵ Nos relatos dos seminários e também nas audiências públicas encontramos algumas descrições mais minuciosas e outras bem sucintas, tal situação foi reproduzida em nosso trabalho.

- 
1. Influência da educação no desenvolvimento social do País;
 2. Avaliação e Aprendizagem;
 3. Formação Pessoal;
 4. Competência estadual e o pacto federativo;
 5. A educação básica e o básico na educação;
 6. Ensino Noturno
 7. Educação básica: Reconceituação
 8. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB
 9. Evasão Escolar

No item voto do relator, o Deputado Wilson Filho inicia a justificativa do seu voto afirmando que

o Ensino Médio oferecido atualmente no Brasil não corresponde às expectativas dos jovens, especialmente no tocante à sua inserção na vida profissional, também, segundo o deputado, este nível de ensino vem apresentando resultados que não correspondem ao crescimento social e econômico do país. (p. 74).

Em seguida, o relator apresenta dados sobre o Ensino Médio no Brasil, apontando para o que ele chama de um avanço quantitativo nas matrículas e nas condições de oferta, porém, o mesmo chama atenção para os dados de abandono e aprovação ainda muito altos neste nível de ensino.

Conforme o Deputado Wilson Filho (p.75-76), os temas mais recorrentes nas audiências públicas e nos seminários foram organizados em cinco grandes eixos, são eles: O currículo; a integração do Ensino Médio com a educação profissional; a formação de professores; as condições de oferta e a infraestrutura e os instrumentos de avaliação do Ensino Médio utilizados pelo MEC. Como tornar o Ensino Médio mais atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, sem que isso signifique o abandono escolar, foi o ponto central das discussões. Em seguida, o relator apresenta as propostas que vão culminar no texto do Projeto de Lei.

Contradições e inconsistências no âmbito do PL

O relatório sinaliza que algumas questões sobre o currículo do Ensino Médio que parecem consenso entre a maioria dos participantes das audiências e seminários. Nesse sentido, o documento aponta que a sua atual organização é ultrapassada e não tem permitido nenhum tipo de avanço ou mudança no Ensino Médio.

Sugere que o currículo do Ensino Médio é extremamente carregado, com excesso de conteúdos. Segundo

o documento, o currículo é formal e padronizado, possui muitas disciplinas obrigatórias e não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos.

Diante dessas afirmativas, o documento passa a sugerir uma reformulação do Ensino Médio a fim de suprir aquilo que foi chamado de ultrapassado. Inicialmente, propõe-se a organização dos currículos do Ensino Médio por áreas (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas). Nesse sentido, as disciplinas devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar e transdisciplinar no interior de cada área, de modo a promover a articulação entre as diversas disciplinas, sem que se perca a sua especificidade.

§ 2º Os currículos do Ensino Médio contemplarão as quatro áreas do conhecimento e adotarão metodologias de ensino e de avaliação que evidenciem a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade, bem como outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos (PL 6.840/2013, p.2).

Outro aspecto apontado na reorganização curricular é a inserção daquilo que é conhecido como Temas Transversais, esses temas podem ser entendidos como um conjunto de conteúdos que atravessam todas as áreas e, portanto, todos os professores podem abordá-los em suas aulas. Esses temas estão assim definidos: prevenção ao uso de drogas e álcool; educação ambiental; educação para o trânsito; educação sexual; cultura da paz; empreendedorismo; noções básicas da Constituição Federal; noções básicas do Código de Defesa do Consumidor; importância do exercício da cidadania; ética na política; e participação política e democracia.

Apesar de apontar como consenso nos debates realizados nas audiências e nos seminários o fato de que o currículo do Ensino Médio é ultrapassado e carregado de disciplinas e conteúdos, o documento retorna aos Temas Transversais, inicialmente, sugerido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais nos anos de 1990 e propõe mais uma gama de temas/conteúdos responsáveis por continuar sobrecarregando o currículo.

Tratam-se de temas/conteúdos escolhidos aleatoriamente, que muito pouco ou nada contribuirão para o trabalho desenvolvido no Ensino Médio, tendo em vista que muitos deles já são abordados pelos professores nesse nível de ensino de diversas formas e de acordo com as necessidades locais. Questiona-se, entretanto, a que se deve a escolha desses temas e não de outros? Quais foram os critérios utilizados na escolha de temas como empreendedorismo, por exemplo?



Quem são os maiores interessados na escolha de determinados temas em detrimento de outros? São questionamentos dos quais as respostas não são reveladas no corpo do relatório e não podem ser desconsideradas em uma análise sobre o documento, que se mostra obscuro e invisibiliza as disputas e relações de poder envolvidas na elaboração do documento ao longo das audiências e dos seminários.

Ao chegar ao último ano do Ensino Médio, os alunos têm a possibilidade de optar pela ênfase em uma formação específica (linguagens, matemática, ciências da natureza, e ciências humanas ou uma formação profissional). No entanto, é possível que o aluno concluinte escolha outra área no ano seguinte e retorne à escola.

§ 6º A ênfase na formação por áreas do conhecimento ou profissional não exclui componentes e conteúdos curriculares com especificidades e saberes próprios, construídos e sistematizados, implicando o fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores (PL 6.840/2013, p. 3).

Tiramonti (2014 p. 189), ao citar o trabalho de Grupo Viernes (2008) lembra que para atender as pressões por inclusão, mas, sem abandonar sua função diferenciadora, a escola média encontra na segregação, por meio da oferta de “diferentes circuitos escolares”, a “possibilidade de manter ao mesmo tempo as suas funções de incorporação e seleção”. Neste contexto, considera-se que a proposta de diferentes itinerários formativos, tal como apontado no projeto, pode ser uma forma de segregação e, portanto, de diferenciação.

A proposta de diferentes itinerários formativos também vai ao encontro da leitura de Viñao (2006) sobre o duplo processo de sistematização e segmentação dos sistemas educativos modernos, para o autor, a escola adota ao mesmo tempo a uniformização, inclusão de todos os alunos, e a diferenciação, exclusão/segmentação. Deste modo, ao propor uma reformulação no Ensino Médio que tem como objetivo garantir a permanência dos alunos, ou seja, incluir, mas, que ao mesmo tempo propõe que esses alunos tenham diferentes percursos formativos, incluindo a formação profissional como forma de antecipar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, o projeto de lei pode se constituir em uma forma de diferenciação e hierarquização interna, ou seja, de uma segmentação horizontal (VIÑAO, 2006).

O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) também sofre alterações significativas com o projeto de lei, pois passa a ser obrigatório, assim como ocorre com o Exame Nacional

de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no Ensino Superior e deverá contemplar as quatro áreas do conhecimento. A participação no ENEM será registrada no histórico escolar dos jovens estudantes, que terá validade de três anos e poderá ser repetida a qualquer tempo, sendo que para o ingresso no Ensino Superior será considerada a maior nota.

§ 12º O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM é componente obrigatório dos cursos de Ensino Médio, sendo registrada no histórico escolar do aluno somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma do regulamento (PL 6.840/2013, p. 4).

A jornada escolar do Ensino Médio também sofrerá grandes mudanças, pois passará para, no mínimo, sete horas diárias em sala de aula, que poderá ser ampliada a critério de cada sistema de ensino. Quanto ao Ensino Médio noturno, a maior mudança consiste na admissão apenas de alunos maiores de 18 anos e no aumento de três para quatro anos de curso, com 3.200 (três mil e duzentas) horas em jornada escolar e mais 1.000 (mil) horas a critério dos sistemas de ensino. Assim como no ensino noturno, todo o Ensino Médio, independentemente do turno, está previsto um aumento de carga horária total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas para 4.200 (quatro mil e duzentas) horas.

No entanto, entende-se que há um grave problema na afirmação de que não serão admitidos jovens com menos de 18 anos de idade no ensino noturno, pois é sabido que muitos dos jovens estudantes do ensino noturno trabalham durante o dia e, muitas vezes, vivem em condições precárias em que o sustento de sua família conta com a sua renda. Sendo assim, a lei estaria promovendo um retrocesso no sentido daquilo que Viñao (2006) chamou de processo de exclusão do sistema de ensino, de modo a não garantir o Ensino Médio para uma parcela da população jovem menor de dezoito anos que necessita do trabalho.

A exclusão dos alunos menores de 18 anos do Ensino Médio noturno se contrapõe ao próprio discurso encontrado no relatório, segundo o qual a reformulação sugerida caminha no sentido de proporcionar aos jovens estudantes maiores condições de não abandono da escola e ao mesmo tempo possibilitar e potencializar a sua inserção no mercado de trabalho.

A necessidade de readequação curricular no Ensino Médio, de forma a torná-lo atraente para os jovens e possibilitar sua inserção no mercado de trabalho, sem que isso signifique o abandono da escola, foi, sem dúvida, o

ponto mais debatido nas reuniões de Audiências Públicas desta CEENSI (p. 73).

No que se refere aos prazos, a partir da data de publicação da lei, os sistemas de ensino terão dez anos para implantar a jornada escolar prevista em, no mínimo, 50% das matrículas do Ensino Médio, de modo que abranja, no mínimo, 50% das escolas de Ensino Médio e um prazo de vinte anos para contemplar a totalidade das escolas. Quanto ao ENEM, terá um prazo de cinco anos para que se inicie a aplicação por séries e as condições de oferta do Ensino Médio vigentes serão mantidas por, no máximo, três anos, para que os sistemas possam garantir a continuidade dos estudos daqueles alunos anteriormente matriculados no Ensino Médio.

Em decorrência do surgimento do PL analisado, engendraram-se diversos movimentos apontando múltiplos motivos para a não aprovação do PL, dentre os quais é possível destacar o Manifesto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que entre outras formulações, considera que a reformulação do Ensino Médio sugerida pelo PL propõe alterações que implicam o retrocesso da Política Educacional Brasileira e desconsidera importantes avanços presentes em outros documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por exemplo.

A Sociedade Brasileira de Física também se manifesta contrária ao PL, chamando a atenção para a possibilidade de desqualificação dos cursos de formação, que deverão ser reformulados, segundo a nova lógica da organização do currículo por áreas. De acordo com o documento elaborado, a organização por área de conhecimento pode trazer graves problemas, pois os professores responsáveis pela área Ciências da Natureza, por exemplo, podem concentrar os conteúdos apenas nas disciplinas em que são especialistas, promovendo grandes lacunas na formação dos estudantes.

A Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) enfatiza aspectos relacionados à formação e valorização dos profissionais da educação, apontando três principais questões que, segundo a ANFOPE, são desconsideradas pelo PL. A primeira questão refere-se à necessidade de “implementação urgente e integral da Lei do Piso e de Planos de Carreira que estabeleçam metas para cumprimento da jornada integral e permanência dos professores em apenas uma escola [...]”. Outro aspecto apontado pela Associação é a “organização de um currículo que integre de forma orgânica e consistente ciência, tecnologia, cultura e trabalho, superando as concepções etapistas e

profissionalizantes de caráter reducionista que pretendem a preparação para o mercado de trabalho” e, por último, mostra que o PL desconsidera a necessidade de proporcionar uma

sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais da educação, em cursos superiores em contraposição às concepções ‘minimalistas’ que pretendem conformar o currículo de formação nas licenciaturas às áreas/disciplinas do Ensino Médio (Cf. Art. 3º do PL 6.840 que altera o disposto no Art. 62 da LDB quanto às licenciaturas) atendendo unicamente ao empresariado e suas necessidades de exploração e lucro.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre o Ensino de Filosofia (NESEF/UFPR) chama atenção no mesmo sentido, para o fato de que o documento não aborda os verdadeiros problemas responsáveis pela não evolução qualitativa da Educação Nacional, tais como os baixos salários dos profissionais, as condições de trabalho, trânsito difícil, formação do professor e vida do estudante.

Além dos movimentos citados no presente texto há muitas outras Associações que se posicionam contra a aprovação do PL 6.840/2013 e têm atuado fortemente de modo a fortalecer o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, tais como: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR), Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Grupo Interinstitucional de Pesquisa sobre o Ensino Médio (EMpesquisa), Rede EMdiálogo (Rede de Universidades que mantém o Portal Diálogos com o Ensino Médio), Sindicato dos Professores do Paraná (APP), Grupo These da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UFRJ).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 28 de novembro de 2013 foi apresentado pelo Deputado Reginaldo Lopes o Requerimento nº 9149/2013 solicitando a criação de Comissão Especial destinada a analisar e emitir parecer ao PL 6.840/2013. Em 04 de novembro de 2014 foi apresentado pela Comissão de Educação o Requerimento de apensação nº. 10765/2014, que: Requer a apensação do PL 7.058/2014, que “Institui o Programa Iniciativa Jovem Empreendedor, ao PL 6.840/2013” o mesmo foi deferido pela Mesa diretora da Câmara dos Deputados em 11 de novembro do mesmo ano.

Atualmente, o PL 6.840/2013 tramita na Câmara

dos Deputados em regime de prioridade⁶, o que pressupõe a “dispensa de algumas exigências e formalidades regimentais, com exceção da publicação e distribuição em avulsos ou cópias, dos pareceres das Comissões e do quórum para deliberação”. Conforme informações do site da Câmara dos Deputados, a situação do Projeto em dezembro de 2014 era: “Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa; Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.840, de 2013” (BRASIL, 2014).

Entende-se, portanto, que é necessário acompanhar esse processo de perto, os movimentos sociais e entidades que se pronunciaram podem contribuir efetivamente de modo a questionar e, se possível, propor mudanças nos aspectos apontados por esse texto, pois se trata de questões que representam retrocesso e perda de conquistas realizadas em anos de lutas e debates sobre o Ensino Médio, sobretudo nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

A proposta de reorganização curricular, aumento da carga horária total, inserção de temas transversais sob os quais não são especificados os critérios de escolha, exclusão de alunos menores de 18 anos do ensino noturno e a proposta de tornar as escolas em instituições de tempo integral sem apontar, de fato, as reais necessidades de infraestrutura para que tal mudança ocorra, torna o PL um documento ineficiente, que deixa de considerar aspectos cruciais para uma reforma coerente. O documento construído por meio dos debates nas audiências e seminários não apresenta transparência, silencia vozes e possui lacunas graves, que representam considerável retrocesso a um Ensino Médio que se pretende igualitário e democrático.

Considera-se que o Projeto de Lei apresentado e debatido no âmbito desse trabalho revela diversas inconsistências e contradições que entendemos como uma proposta que retrocede e invisibiliza esforços e avanços possibilitados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e muitos outros documentos que não foram considerados no projeto analisado. No entanto, é importante ressaltar que foi aprovado um Substitutivo ao PL, que foi enviado para o Plenário da Câmara para ser analisado e votado no ano de 2015.

Entende-se, portanto, que o debate acerca do PL não está encerrado, fato que suscita futuras reflexões que abordem

a continuidade desse processo de construção e o seu possível desfecho. O presente trabalho merece continuidade devido a sua originalidade, importância e atualidade naquilo que tem sido debatido, considerando-se, sobretudo, as possibilidades de contribuição efetiva para a área da Educação e para os movimentos que têm com pauta, sobretudo, a luta por um Ensino Médio público gratuito e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

_____. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Projetos de Leis e Outras Proposições. Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>> Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

ENGUITA, Mariano Fernández. A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

FELDEBER, Myriam. Prólogo. In. AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (Org.). Políticas Públicas e Educação: Debates contemporâneos. Maringá: Eduem, 2008

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005

SPÓSITO, Marília. SOUZA, Raquel. Desafios da reflexão sociológica para análise do ensino médio no Brasil. In. KRAWCZYK, Nora (Org.). Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortes, 2014.

TIRAMONTI, Guillermina. A escola moderna: restrições e potencialidades frente às exigências da contemporaneidade. In. KRAWCZYK, Nora (Org.). Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional. São Paulo: Cortes, 2014.

VINÃO, Alejandro. Los sistemas educativos em sentido estricto: estructuras, procesos y tendencias. In. Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios. Madrid: Morata, 2006.

⁶ Prioridade: o Regimento lista quais projetos seguirão esse regime: são as de iniciativa do Presidente da República, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Mesa, de Comissão, do Senado Federal ou dos cidadãos. Neste regime, as Comissões têm um prazo de 10 sessões, que também corre separadamente em cada uma delas. (Site de Câmara dos Deputados).



O Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto das políticas públicas de Educação, Trabalho e Juventude.

Fabiana Souza da Costa¹

¹ **Fabiana de Souza Costa** é doutora em Educação pela PUC-SP; autora do Livro ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários; Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ (Gestão 2008-2010); Coordenadora Geral de Relações Estudantis do Ministério da Educação/Brasil (2013-2014); Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia desde 2014.

RESUMO

Este artigo visa compreender a articulação entre o tema da Educação Superior, Trabalho e Juventude no Brasil, tendo por referência o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O Programa foi instituído em 2005, e se constitui como uma política pública educacional que possibilita o acesso de jovens de baixa renda à Educação Superior privada, e que até o ano de 2012 já beneficiou mais de 1 milhão de jovens em todo o país. Partimos da seguinte reflexão: O ProUni, enquanto uma Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos? Como hipótese inicial do estudo, partimos da premissa de que o acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Trabalho; Acesso; Juventude.

INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) se constitui como uma política pública educacional que atende majoritariamente a juventude, e surge no contexto da demanda de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, em especial por parte de segmentos sociais excluídos do sistema educacional, em função das dificuldades de ingressar na universidade. Por um lado, esse contexto se dá pela redução de vagas na Educação Superior pública e, por outro, pela dificuldade de arcar com custos das mensalidades na universidade privada, mesmo com a expansão de vagas desse setor ocorrida na década de 1990. Nestes segmentos, está inserida grande parte da juventude brasileira.

O Brasil está vivenciando um processo denominado bônus demográfico, que se constitui com o aumento do contingente de pessoas em idade produtiva. Há uma redução do peso das crianças e dos idosos na economia, e, consequentemente, uma ampliação do peso dos adultos no setor produtivo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse fenômeno não ultrapassará o ano de 2030 e só acontece uma vez em cada país. Atualmente no Brasil, há 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

O jovem possui especificidades e demandas que precisam ser levadas em conta pelo poder público. Ao abordarmos o tema da juventude, é necessário levarmos em conta a heterogeneidade dos grupos juvenis, conforme suas vivências e experiências ao longo da vida, pois a transição da adolescência para a fase adulta tem se tornado cada vez mais complexa, gerando demandas sociais específicas desse segmento.

Com essa nova realidade social, é preciso ver a juventude para além da inclusão e participação. É necessário criar condições e prever políticas públicas que visem à ampliação dos postos de trabalho, a garantia de inserção dos jovens no mercado de trabalho, a ampliação dos direitos sociais e a redução das desigualdades no Brasil.

O PROUNI surge como uma oportunidade de acesso à Educação Superior. O Programa atingiu em 2014 a marca de mais de 1,4 milhão de estudantes matriculados (Ministério da Educação, 2014). Desde 2005, já concluíram a graduação mais de 390.000 estudantes em todo o Brasil.

O acesso à universidade para esses jovens representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social. Além disso, destacamos a importância da conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

O Programa Universidade Para Todos

Em 2014 se completou 10 anos de implementação do PROUNI, desde a edição da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004. O Programa foi apresentado como uma resposta imediata à demanda de acesso à Educação Superior aos jovens de baixa renda, que por diversos motivos estariam excluídos da universidade. O público-alvo do Programa são estudantes egressos da rede pública de ensino e professores da rede pública de ensino básico que não possuem curso superior. O Programa possui também uma política de cotas pelas quais as bolsas de estudo para negros e indígenas são concedidas de acordo com a proporção dessas populações em cada estado.

O ingresso na universidade para os alunos do PROUNI representa uma nova perspectiva de ampliar o universo de conhecimento e as relações sociais, além da possibilidade de adquirir formação profissional. A conclusão de uma graduação pode contribuir para que esses alunos obtenham um melhor preparo para inserção no mercado de trabalho. No entanto, temos que considerar outros fatores para essa inserção, dentre eles, maiores oportunidades de acesso a um emprego, através da ampliação dos postos de trabalho no Brasil. Nesse sentido, “a democratização do acesso à educação, à formação e à qualificação de boa qualidade é uma condição necessária para promover o trabalho decente para os jovens, embora não seja suficiente” (Organização Internacional do Trabalho, 2009).

O Estado tem um papel importante na definição,





na implementação e na garantia de acesso aos beneficiários dessas políticas públicas, considerando os mesmos enquanto sujeito de direitos. Os beneficiários do PROUNI se constituem como uma parcela da juventude de baixa renda, sendo assim, a adoção de mecanismos que garantam ampliar as perspectivas de futuro para esses jovens deve ser muito cara ao poder público.

O PROUNI se configura como uma política pública com grande relevância social no atual contexto da Educação Superior. No entanto, representa uma iniciativa do poder público emergencial e conjuntural, no intuito de atender um contingente de jovens excluídos da universidade.

Os beneficiários do PROUNI são jovens de baixa renda e, levando em conta sua condição socioeconômica, a adoção pelo Estado de políticas que favoreçam tanto o ingresso quanto a permanência desses alunos na universidade, contribuiria para que os mesmos pudessem concluir sua trajetória escolar com maior tempo disponível para dedicação aos estudos.

Discutir e articular os temas educação e trabalho no atual momento do Brasil torna-se relevante no sentido de estabelecer condições mais favoráveis para a trajetória escolar e ocupacional da juventude.

Juventude, Educação e Mobilidade Social

A mobilidade social refere-se às mudanças de uma posição social para outra por parte de indivíduos ou grupos. Temos duas formas de mobilidade: a mobilidade horizontal e a mobilidade vertical.

Conforme o Dicionário de Política, “por mobilidade horizontal se entende o deslocamento ou passagem de uma posição social para outra, entre as quais não é possível estabelecer diferenças de níveis” (Bobbio et ál., 2008). Como exemplo de tipo de mobilidade horizontal, temos os trabalhadores que trocam de posto de trabalho na empresa, mas mantêm a mesma qualificação profissional, não alternando a estrutura social de sua condição.

A mobilidade vertical se constitui como a alteração da posição social de um indivíduo ou grupo, que pode ser ascendente ou descendente conforme a condição da mudança.

Conforme os atributos que se levam em consideração ao definir as várias camadas sociais, poderemos ter uma mobilidade econômica, política ou profissional; quando as diversas camadas se compõem em função da combinação destes atributos é que falamos de Mobilidade social

propriamente dita. (Bobbio et ál., 2008)

Os fatores para uma mobilidade social estão associados ao contexto político, social e econômico de um país, que interfere nas mudanças de modo geral no conjunto da população e de modo específico na vida dos indivíduos.

O Brasil vivencia um processo de recuperação do crescimento econômico e de ampliação dos postos de trabalho formal. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2012), a taxa ou nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) em fevereiro de 2012 foi de 53,6%.

A expansão dos postos de trabalho no Brasil, segundo Pochmann (2012), constitui-se como um movimento de expansão dos empregados de baixa remuneração e mostrou-se compatível com a absorção do excedente de força de trabalho gerado pelo neoliberalismo no Brasil.

O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (Pochmann, 2012)

A soma dos fatores educação e ampliação da renda podem contribuir para a ascensão dos jovens no Brasil, mas não é uma garantia em termos de oportunidades e trajetória ascendente. Mesmo que esses jovens possuam uma mobilidade ascendente, ela pode se configurar simplesmente como leve ascensão social.

A instrução, no entanto, só funciona como canal de mobilidade ascendente quando o acesso aos vários níveis escolares é de algum modo limitado e seletivo, baseado em algum critério. Numa sociedade que garantisse a todos os cidadãos a obtenção dos níveis máximos de escolaridade, sem se modificar ao mesmo tempo a estrutura das ocupações, a instrução não serviria mais de canal de mobilidade. O aumento da escolaridade está, com efeito, ligado, nas sociedades avançadas, à depreciação do valor social dos títulos de estudo e, portanto, à diminuição da importância da escola como canal de mobilidade. (Bobbio et ál., 2008)

O aumento da escolaridade, associada à oportunidade de melhoria na renda, pode contribuir ou não para que a juventude consiga obter uma mobilidade social ascendente,



dependendo das expectativas e necessidades do setor produtivo. No entanto, outros fatores, como experiência profissional, cursos de formação e acesso a uma educação com qualidade, podem contribuir para as mudanças na sua condição.

Iniciar um processo de mobilidade em uma dada sociedade depende de mudanças estruturais e individuais. Do lado estrutural, as forças de maior impacto sobre a mobilidade social são as transformações dos vários setores da economia, o volume de emprego e o surgimento de novas ocupações. Do lado individual, destacam-se a educação, a experiência, a informação e o relacionamento. (Pastore, 1979)

O investimento na educação e na ampliação do acesso dos jovens à Educação Superior de qualidade pode ser importante na trajetória profissional e, conseqüentemente, na melhoria da sua condição socioeconômica. A educação é o mais importante e determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, relevância essa que vem crescendo ao longo do tempo (Pastore & Silva, 2000).

É necessária uma articulação entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego no país, pois, ao pensarmos em distribuição de renda e novas oportunidades para a juventude, devemos levar em conta que o Brasil precisa desenvolver sua economia e garantir investimentos públicos nas políticas sociais, os quais garantam oportunidades para sua população.

Uma sociedade sem mobilidade é uma sociedade estagnada que simplesmente reproduz sua estrutura social ao longo do tempo e, por isso, pouco pode oferecer em termos de promoção humana e progresso social. (Pastore, 1979)

É importante considerarmos que o acesso ao conhecimento e às oportunidades estão vinculados ao desempenho dos indivíduos, pois, mesmo assegurando a todos as mesmas condições, há diferenças em relação ao aproveitamento e o êxito nas trajetórias individuais. Temos que levar em conta as especificidades da juventude, uma vez que as habilidades também interferem na evolução e perspectiva educacional. Mesmo assim, as habilidades e competências individuais pouco adiantam se não forem combinadas com o crescimento econômico e ampliação dos postos de trabalho no país.

[...] quando as oportunidades são fartas e diversificadas, a questão de

sucesso ou fracasso de fato tende a restringir-se ao desempenho e às habilidades individuais que o indivíduo adquire na escola ou no trabalho. Mas, quando as oportunidades são limitadas e pouco diversificadas, a educação, experiência e habilidades pouco podem atuar para criar empregos e promover a mobilidade. (Pastore, 1979)

O acesso às políticas públicas da juventude, em especial a Educação Superior, configura-se como uma possibilidade e uma perspectiva de mobilidade social ascendente, ao proporcionar oportunidades de capacitação profissional, acesso ao conhecimento e ampliação do universo cultural. Tais fatores podem contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma elevação da renda desses indivíduos. Os bolsistas do PROUNI, em geral, possuem uma elevação do grau de escolaridade se comparado com a escolaridade de seus pais. Tais mudanças podem ocasionar para esses jovens uma mobilidade tanto intergeracional, quanto intrageracional.

[...] as novas gerações apresentaram boas possibilidades de superar as condições de vida e trabalho das gerações anteriores (mobilidade intergeracional), com ascensão na trajetória ocupacional (mobilidade intrageracional). (Pochmann, 2007)

Temos que considerar a possibilidade de que mais de 1,4 milhão de jovens que tiveram acesso ao PROUNI, possam ter conseguido superar a trajetória educacional de seus pais. Para Pochmann (2007), a mobilidade social – enquanto indicador de que os jovens reproduzem condições de vida e trabalho superiores às de seus pais – contribui para o estabelecimento de expectativas coletivas positivas em relação ao futuro.

através das posições que oferecem gratificações mais modestas. Quanto maior o tempo de exposição no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de mobilidade, ou seja, maior a probabilidade dos profissionais ajustarem suas características individuais às exigidas pelas posições. (Pastore, 1979)

Mesmo considerando que o Brasil passa por um processo de recuperação do crescimento e ampliação das oportunidades em relação às políticas sociais de distribuição de renda e ampliação do emprego, temos que levar em conta que ainda persiste uma enorme desigualdade social, potencializada ainda mais pelas desigualdades regionais, em especial nas regiões norte e nordeste.

Os Egressos do Prouni e as Diferentes Perspectivas sobre Qualificação Profissional e Acesso ao Mercado de Trabalho

Em 2012 desenvolvi pesquisa com 150 egressos de Instituições de Educação Superior (IES) na capital de São Paulo. A expectativa inicial da tese² foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à educação superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país e excluídos da universidade.

Os sujeitos foram jovens que concluíram a graduação pelo PROUNI em 2010 e 2011. Tivemos por referência a pesquisa qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários eletrônicos e entrevistas com os sujeitos.

A análise a seguir refere-se às ideias centrais contidas nas questões abertas dos questionários eletrônicos e das entrevistas. Destacaremos a seguir o tema da mudança na condição socioeconômica e perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Condição socioeconômica, qualidade de vida e atendimento das necessidades básicas

Os egressos identificam e reconhecem que a oportunidade de cursar uma graduação contribuiu de forma destacada tanto na oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como também na alteração de sua condição socioeconômica. Dentre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após concluírem uma graduação, temos a elevação da renda e a mobilidade social.

Sim. No Estado de São Paulo, no qual resido, a concorrência no meu ramo de atividade é muito acirrada, todavia, por anteriormente eu me encontrar nas camadas mais baixas da população, ou seja, classe e/f, atualmente, houve, de fato, uma mobilidade social, proporcionando a elevação para outra classe, c. De fato, há ainda algumas necessidades que carecem ajustes, mas houve uma grande transformação. (Egr.1/39)

Eu acredito que a principal mudança na minha vida foi, além do conhecimento, a condição financeira, que com certeza sem formação a chance de encontrar um trabalho com um salário melhor, seria menor. (Egr.1/126)

A ampliação do acesso à Educação Superior de qualidade pode interferir na trajetória profissional e, conseqüentemente, na melhoria da condição socioeconômica dos egressos. Para Pastore (1979), melhorar de vida, para a grande maioria dos indivíduos, depende de mudar de status e subir na estrutura social. Além disso, melhorar a vida, mais precisamente, depende de mudar de status ocupacional. As mudanças nas perspectivas dos egressos não estão associadas somente aos aspectos socioeconômicos, mas também na ampliação das suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

O acesso à Educação Superior representa para os sujeitos da pesquisa a ampliação dos conhecimentos e uma compreensão maior do seu papel político e social.

As mudanças atingem todos os níveis de minha vida, principalmente cultural, econômica, mas também de acesso a outros mecanismos facilitadores da vida em sociedade, tais como - engajamento político e social. Mas, mais que mudanças financeiras, o aumento no nível intelectual é o maior e melhor benefício que recebi depois de ter concluído a graduação pelo PROUNI. (Egr.1/39)

O direito à educação é parte do reconhecimento da importância do saber para o indivíduo, e da aquisição de uma consciência social para interferir nas transformações do seu meio social. Cury (2002) afirma que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. Além disso, para o autor, o direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si.

A elevação da autoestima surge com destaque nas respostas dos egressos numa perspectiva de se sentirem mais confiantes para estabelecerem projetos profissionais e se posicionarem melhor no mercado de trabalho.

Me trouxe mais autoestima, confio mais em mim e no que sou capaz. Além disso, as pessoas, não apenas do mercado de trabalho, mas, em geral, te olham de outra forma. (Egr.1/60)

A autoestima, pois na minha infância havia traçado uma meta de chegar na idade onde me encontro hoje com um conhecimento adquirido em uma faculdade. Hoje vejo que essa meta a longo prazo se concretizou. Na verdade, foi mais um de meus sonhos que consegui realizar, graças a

² O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude. Tese (Doutorado). São Paulo.

Deus em primeiro lugar e em segundo lugar ao PROUNI, que vem dando muitas oportunidades a jovens iguais a mim, que não tiveram condições de entrar em faculdades públicas, por questão do cotidiano, entrar em faculdade boas que oferecem bons cursos, nos preparando assim para o mercado de trabalho que cada vez mais tem sido tão concorrido, onde só os que realmente estão preparados alcançarão altos lugares. (Egr.1/69)

Se por um lado, a graduação representa uma ampliação das perspectivas profissionais e pessoais, por outro lado, os salários atuais não atendem as necessidades básicas para 62,1% dos egressos.

De acordo com as justificativas dos egressos, o custo de vida em São Paulo é muito elevado e os salários não condizem com as demandas relacionadas às necessidades básicas, que incluem o acesso a planos de saúde, moradia, transporte, lazer, educação, cultura, entre outros.

Não. Porque hoje em dia o custo de vida está muito elevado, com excesso de impostos que ocasionam o aumento de produtos usufruídos no dia-a-dia, como convênio médico, alimentação, moradia etc., impossibilitando ter uma tranquilidade no final do mês, ou permitir ter um acesso a uma cultura maior, ou possibilitar fazer cursos de aperfeiçoamento. (Egr.1/9)

Não. Porque na verdade a faixa salarial paga em nosso país deixa a desejar, e todas essas necessidades deveriam ser passadas independente do que eu ganho, pois pagamos altíssimos impostos, que deveriam ser empregados em todos os itens básicos citados. Mas com o meu trabalho atual consigo ter um bom plano de saúde e odontológico, lazer, sim, consigo até de vez em quando acesso. Educação, só mesmo pagando, pois, como já concluí com bolsa pelo PROUNI, não consigo outra para novos estudos e novas descobertas. Tenho que me preparar um pouco mais, até que eu consiga outra vaga em uma empresa onde possa ganhar melhor salário, o que até mesmo nessa, possa ter meu trabalho reconhecido e uma alavancada na função. E em relação à cultura, sempre que posso acompanho as agendas de Centros Culturais espalhados pela cidade. Hoje São Paulo tem muita coisa boa de ver, e o melhor, a maioria grátis. Só não se informa quem não quer independente de um emprego, mas, claro, que precisamos dele até mesmo para pagar uma condução e outras coisas mais. (Egr.1/70)

Não. Porque o salário que ganho atualmente não possibilita que algumas necessidades sejam atendidas, tais como convênio médico entre outras coisas. (Egr.1/81)

No cenário de recuperação do emprego atualmente no Brasil, os egressos do PROUNI têm a oportunidade de

acesso ao emprego formal e aos bens de consumo. Nesse novo contexto se ampliam as demandas, em especial, no acesso a saúde, educação, transporte e moradia. Os salários nem sempre são suficientes para suprir tais demandas.

No entanto, para 37,9% dos egressos, os salários são compatíveis com a atual demanda de acesso às necessidades básicas. Dentre as respostas, temos por destaque o aumento salarial, a evolução na carreira e o crescimento profissional, além de perspectivas de melhoria da remuneração atual.

Sim. Recebo muito mais do que um dia imaginei conseguir alcançar. (Egr.1/14)

Sim, pois o PROUNI abriu as portas da universidade, e isso me deu oportunidade de estágio, sendo que fui efetivada e hoje tenho condições de atender minhas necessidades básicas. (Egr.1/43)

Sim, mas pode melhorar. Acredito que quando estiver trabalhando como farmacêutica o meu salário melhore. (Egr.1/58)

Sim. Consigo manter o mesmo padrão de vida que tinha antes de cursar a graduação e começar a trabalhar na área com a vantagem que atualmente tenho melhores perspectivas de crescimento profissional graças à graduação e às pessoas que conheci durante o curso. (Egr.1/94)

Trajatória ocupacional, oportunidades e perspectivas no mercado de trabalho

Os egressos do PROUNI são jovens que ultrapassaram uma série de barreiras em suas trajetórias ocupacionais e de vida. Partem de uma condição de exclusão do sistema educacional superior brasileiro e têm a oportunidade de cursar uma graduação. Tal condição gera uma série de expectativas para esses egressos.

A trajetória ocupacional e educacional dos jovens é marcada por dificuldades e obstáculos no que se refere à transição escola-trabalho, nem sempre realizada nessa mesma ordem e de forma sequencial.

Como comecei a trabalhar muito cedo, isso teve um impacto muito negativo na minha vida de estudante. Tive que parar de estudar por várias vezes. Inclusive a primeira série eu tive que parar de estudar, foi na terceira série do ensino fundamental, ensino básico. Depois de lá pra cá eu só fui começar e ter uma vida mais regular depois da 7ª série do ensino fundamental. (Entr. 3)



A necessidade de ajudar na renda familiar surge com destaque nos relatos, além de outros fatores que interferem e contribuem para o início precoce das trajetórias ocupacionais dos egressos.

Com 12, 13 anos eu já estava trabalhando em algum lugar pra ter um pouquinho de renda pra ajudar em casa. Então passei desde as oficinas de bairro, como serralheria, oficina mecânica, funilaria, e depois com 15 anos eu já estava no mercado de trabalho já registrado como Office boy numa empresa que trabalhei e sai de lá como assistente administrativo com 17 anos. (Entr. 3)

Trabalho desde cedo. Trabalhei com meu pai, ele tinha um mercadinho de subsistência. Trabalho com ele desde meus 10 anos, e aí quando fiz 16 anos de idade em que poderia trabalhar fora, fui trabalhar com telemarketing. (Entr. 4)

Eu voltei pra SP com 15 anos pra morar com minha mãe, numa situação com muitas dificuldades financeiras, e no fundo da casa da minha tia, em um cômodo. Ali comecei a fazer meus primeiros bicos. Não era uma inserção no mercado de trabalho, mas eram alguns bicos aqui outros ali, trabalhava fazendo panfletagem na Estrada do Campo Limpo. Emprego formal foi um pouco mais tarde. (Entr. 5)

As dificuldades enfrentadas pelos egressos podem provocar consequências e implicações nessas trajetórias, e podem ser, em alguns casos, irreversíveis. Segundo Pochmann (2007), dependendo de como o jovem ingressa no mercado de trabalho, podem ser abertas ou fechadas as portas de acesso que definirão sua trajetória.

Segundo Corrochano (2011), ao analisarmos o contexto da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, permite-se construir um consenso: a juventude de nosso país é uma juventude trabalhadora. No entanto, boa parte dos jovens está em busca de trabalho ou trabalha de maneira precária.

Na pesquisa também identificamos situações em que o egresso iniciou sua trajetória ocupacional um pouco mais tarde, após o início da graduação conforme o relato a seguir.

Considerando toda a minha trajetória, na prática eu comecei quando eu estava para fazer 19 para 20 anos. Estava no 3º ano da Universidade, fazendo a faculdade de administração. No 3º ano eu consegui um estágio. Foi meu primeiro trabalho, eu nunca tinha tido assim experiência profissional em caráter oficial. Antes eu tinha feito algumas outras coisas, mas nada remunerado. (Entr. 6)

Ao ingressar no mercado de trabalho, os egressos desenvolveram suas atividades e ocupações em diversas áreas, dentre elas: recepcionista, assistente administrativo, autônomo, entre outros.

Na verdade com 16 anos trabalhei de recepcionista, depois trabalhei como assistente administrativa, e na época que eu comecei a fazer faculdade estava trabalhando como assistente administrativa. Sai da empresa em que trabalhava e fui para uma empresa do grupo Bradesco, onde estou até hoje. (Entr. 1)

Antes de me formar, consegui uma vaga na área, mas como analista de suporte. Passei oito meses e sai. Fiquei seis meses parado. Também trabalho com eventos, e sou fotógrafo também. (Entr. 2)

A partir do curso eu já comecei a trabalhar como autônomo, mas não mais como ajudante na construção civil, mas eu passei a trabalhar por conta na área de elétrica, fazendo instalação residencial e predial. (Entr. 3)

Identificamos também nas respostas do questionário eletrônico II, outras atividades desenvolvidas pelos egressos antes de cursarem a graduação. São elas: assistente administrativo, promotora de vendas, comércio, auxiliar administrativo, técnico de informática, operadora de telemarketing, auxiliar de escritório, copeira, estagiário, aprendiz, técnico químico, secretária, auxiliar financeiro, área administrativa, ajudante geral, guarda mirim, atendente de cantina, assistente, fiscal do Procon, operadora de caixa em supermercado, administração de imóveis e escriturária. Os egressos encaram a trajetória ocupacional como uma jornada, e em alguns momentos, atribuem a si mesmos a responsabilidade pelo êxito. Surge com destaque o esforço em manter-se sempre atualizado, através de cursos de capacitação, certificação e idiomas, como mecanismo de melhorar a colocação no mercado de trabalho.

Eu destacaria primeiro a vontade. Esse é o meu diferencial. Sou um cara perspicaz, e é isso que ajuda muito. Por exemplo, eu não tenho inglês, e para entrar no Pinheiro Neto e até mesmo no BMA, tinha que ter um inglês afiadíssimo, teria que falar como eu falo a minha primeira língua, sem dúvida. E eu consegui porque tinha outros cursos, outras qualidades que me destacavam mais do que o inglês, e que me daria possibilidades de seguir a carreira de qualquer forma assim como os outros. Isso já faz uma grande diferença. E eu sempre fiz muitos cursos, então eu era muito interessado. Se tivesse um Congresso de Direito Tributário ou Criminal,



quando eu trabalhava em Criminal, eu ia assistir o Congresso. Além disso, ia estudar cursos fora da faculdade. (Entr. 4)

Num contexto em que as tecnologias e os saberes estão em constantes mudanças e atualizações, o conhecimento é colocado como principal elo entre o indivíduo e uma boa colocação no mercado de trabalho, tendo por objetivo, dentre vários motivos, a melhoria da sua condição socioeconômica.

O PROUNI serve como verdadeiro elevador social, porque quando você tem o acesso à universidade, tanto no ponto de vista pessoal, como do profissional, e automaticamente, financeiramente ele vai te dar estabilidade. Então eu só tenho análise positiva, não só para mim, assim como todos meus colegas que fizeram o PROUNI, que passaram pelo PROUNI. (Entr. 3)

Antes não tinha uma profissão definida, e nem condições financeiras para fazer um curso superior, já que para mim, que passei ao longo dos meus 37 anos por cerca de 10 escolas até concluir o ensino médio, seria missão impossível, por exemplo, passar no vestibular de uma universidade federal ou estadual, [...], e o Enem foi fácil para mim, bastou-me uma tentativa e tive a oportunidade de ter uma profissão com bolsa integral. Trabalhei em várias áreas operacionais, continuei como copeira até a conclusão do curso porque era de seg. a sex. e usava o meu VR para o lanche da faculdade. Como estagiária, o meu salário que já era pouco caíria pela metade. Hoje, como pedagoga, tenho muito mais facilidade em encontrar emprego e minha renda dobrou depois que eu me formei, graças ao PROUNI. (Egr.2/10)

Os egressos reconhecem as desigualdades sociais no Brasil e as barreiras que enfrentam para que elas sejam eliminadas. No entanto, sabem quais são as regras e não ignoram que o acesso à Educação Superior e à obtenção de um diploma seja muito importante em suas vidas.

Quando estou no programa e saio para me dedicar a minha militância política, primeiro a minha formação me ajuda muito a desenvolver a minha universidade, lutar contra os contratemplos, a falta de recursos às vezes para tirar uma xerox pra um trabalho acadêmico. E lutar contra esses contratemplos, através da minha consciência política me ajudou a superar isso com mais facilidade, sem contar que tive mais facilidade do aprendizado, porque boa parte eu já tinha adquirido dentro de uma formação política, e então isso também contribuiu para essa minha trajetória. Mas sem dúvida, sem o programa eu não teria tido esse trampolim, talvez eu tivesse me desenvolvido no escritório, coisa que provavelmente nem traria minha felicidade. (Entr. 5)

O acesso à Educação Superior e ao mercado de trabalho para os egressos significa ampliar suas expectativas em relação ao futuro profissional. Em todos os relatos abaixo, identificamos uma vontade de crescer profissionalmente e de expandir as possibilidades, tanto profissionais, quanto pessoais.

A primeira coisa que desejo é trocar de trabalho, pegar uma experiência nessa área em que estou, que é de compras. Durante a faculdade, acabei não procurando outro emprego, permaneci nesse que eu estou. Então agora é pegar experiência nessa área de compras ou em qualquer outra área em que eu possa agregar conhecimentos. (Entr. 1)

Agora eu vou fazer umas pesquisas sobre especialização, ou mesmo uma pós-graduação. To procurando isso. Eu to fazendo a pesquisa, mas to procurando certificações. (Entr. 2)

Como eu sou professor do ensino fundamental e médio, a minha intenção é chegar a ser professor universitário. Então preciso ter mais acesso, que está difícil ainda, queria fazer uma pós, um mestrado. (Entr. 3)

A minha perspectiva profissional está mudando muito. Trabalhei na área pública e não me identifiquei. Trabalhei na área privada como advogado, e acho que me destaco melhor, tenho mais o perfil executivo. Penso em que daqui até os meus trinta anos montar escritório nesse ramo. Não que seja uma empresa, mas ter algo meu. Pretendo ir agora para o Canadá, e isso é profissional porque eu vou estudar inglês e francês. É para o meu currículo, é meu investimento, um grande investimento inclusive. (Entr. 4)

Tenho vontade de sair daqui, e de dar aula em uma universidade. Manter o cargo no Estado, até para uma futura aposentadoria, manter a estabilidade, mas conseguir dar aula em uma instituição universitária. (Entr. 5)

A minha segunda graduação agora de filosofia e meu atual trabalho é produto direto dessa política afirmativa do PROUNI que me colocou me ajudou a ter isso que tenho hoje: poder contribuir com orçamento da família, poder fazer uma segunda graduação, ter um trabalho que eu sempre quis ter. (Entr. 6)

A implementação de políticas públicas como o PROUNI torna-se cada vez mais relevante no sentido de garantir que a juventude não fique invisível às ações do poder público, e de assegurar que mais jovens possam ter acesso à Educação Superior, assim como à inserção no mercado de trabalho, não só através da disponibilidade de vagas, mas também de emprego com qualidade, permitindo à juventude novas perspectivas para si e também para sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à Educação Superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país, e excluídos da universidade.

A universidade cumpre uma função destacada na produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas no Brasil, e deve ser considerada como uma questão nacional.

A ampliação do acesso à Educação Superior é cada vez mais necessária, e essa agenda precisa se tornar prioridade como política de Estado.

O acesso à educação em todos os níveis, como um direito social, torna-se cada vez mais fator estratégico de desenvolvimento de uma nação como o Brasil, no que se refere, não somente aos aspectos econômicos, mas também, aos aspectos de elevação da escolaridade, de desenvolvimento cultural, de ampliação das oportunidades e do acesso equânime ao conhecimento pela juventude brasileira.

O Estado deve responder às demandas sociais apresentadas pela sociedade através da implementação de políticas sociais de caráter público em áreas importantes para o conjunto da população, tais como: educação, saúde, transporte, moradia, entre outros.

O PROUNI surge num contexto de atender emergencialmente uma demanda reprimida de acesso à Educação Superior. Em se tratando de uma política pública conjuntural, é permeada por uma série de contradições, num contexto de expansão da Educação Superior a partir da lógica do setor privado da educação, em detrimento de maior investimento do setor público, em especial a partir da década de 1990, conforme já apresentado.

No caso específico da Educação Superior, a iniciativa do poder público com a implementação do PROUNI, surge numa perspectiva de responder de forma imediata à pressão social de acesso, em especial, do público jovem. No entanto, cabe uma reflexão sobre o prazo de validade de uma política como o PROUNI: mesmo considerando sua relevância social, o poder público deve estabelecer mecanismos que possam inverter a lógica do caráter privado da Educação Superior atualmente no Brasil, e garantir a expansão da universidade pública.

Soma-se à expansão de vagas na universidade outro fator relevante, que diz respeito à necessidade de maior investimento na qualidade do ensino público em todos os níveis educacionais, de forma a permitir que a juventude tenha a mesma condição de acesso à Educação Superior.

O acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

É necessário refletirmos que as barreiras sociais superadas pelos egressos do PROUNI não podem ser observadas somente numa lógica de conquistas individuais,



e sim numa perspectiva coletiva inserida em um contexto favorável de desenvolvimento econômico e social atualmente no Brasil. No entanto, as desigualdades sociais ainda persistem, e o desafio para a inclusão social e educacional da população brasileira ainda se configura como um dos principais desafios do poder público.

No que se refere ao mercado de trabalho, ainda persiste a lógica da valorização da educação numa perspectiva instrumental de formação de mão-de-obra para atender as demandas do setor produtivo. Além disso, temos a pressão individual de qualificação profissional dos egressos, que são desafiados a estarem cada vez mais preparados para as “disputas” no mercado de trabalho. Nesse cenário, verificamos uma adequação da Educação Superior, em especial, das IES privadas, no sentido de oferecer cursos e formações direcionados para dar conta de atender às novas demandas profissionais.

Os egressos do PROUNI apresentam uma perspectiva positiva em relação à oportunidade de acesso à Educação Superior que o Programa proporcionou. Consideram a relevância no que se refere às melhorias das suas condições de vida, mas apresentam a expectativa de que cada vez mais o acesso à universidade se afirme como um direito assegurado à juventude, de forma permanente e não mais como uma política emergencial.

Ao pensarmos em desenvolvimento nacional, temos que levar em conta a importância de assegurar que a juventude trabalhadora tenha acesso à Educação Superior, não somente como meio para a mobilidade social e melhorias na condição de vida, mas também no sentido do pertencimento enquanto sujeito de direitos sociais.

O acesso à universidade para os egressos do PROUNI representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social. Além de todos esses fatores, também aparece como aspecto de grande relevância a conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

O PROUNI se constitui como uma política pública de Educação Superior que atende majoritariamente os jovens. No entanto, temos que considerar que existe uma parcela significativa da população que já tinha abandonado o sonho de ingressar na universidade e consegue retomar esse projeto através do Programa.

O acesso ao PROUNI para os egressos representa uma perspectiva de ampliar o conhecimento, a formação

profissional, a qualificação para o mercado de trabalho e para a evolução na carreira.

A trajetória ocupacional dos egressos é marcada por dificuldades e obstáculos, em especial, no que diz respeito à transição escola-trabalho. Essa transição é permeada pelo ingresso precoce no mercado de trabalho, em muitos casos, interrompendo os ciclos educacionais. Mesmo assim, superam essas barreiras e conseguem chegar à universidade, o que, para muitos, representa um sonho realizado. Além disso, destacam a necessidade de se manterem sempre atualizados, tendo como principal objetivo o crescimento pessoal e a ampliação das possibilidades em relação ao futuro profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. (2008). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Corrochano, M. (2011). Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis. 45-72.

Cury, C. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n. 116. São Paulo/Campinas: Autores Associados. 245-262.

Diário Oficial da União - Poder Executivo (2005). Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 01 de maio de 2012 de <http://www.ibge.gov.br>

Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009). Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: OIT.

Pastore, J. (1979). Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz: Edusp.

Pastore, J.; Silva, N. (2000). Mobilidade Social no Brasil. São Paulo: Makron Books.

Pochmann, M. (2012). Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.

Pochmann, M. (2007). A batalha pelo primeiro emprego: a

A ciência e a pesquisa no país e os direitos dos pós-graduandos

Tamara Naiz da Silva¹



Crédito: Natasha Ramos

A CIÊNCIA NO BRASIL TEM AVANÇADO, MAS PRECISA AVANÇAR MUITO MAIS

É amplamente reconhecido que nos últimos anos a produção científica no Brasil, assim como os programas de pós-graduação, tiveram um importante crescimento em quantidade e qualidade². Isso torna evidente que os investimentos nessas áreas são muito importantes para que o país avance em seus níveis de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. O Brasil ocupa hoje o 13º lugar no ranking mundial de pesquisas indexadas, que refletem pesquisas realizadas, o número de mestres quase dobrou nos últimos dez anos e o de doutores quase

triplicou, de modo que o Brasil tituló em 2014 mais de 50 mil mestres e mais de 16 mil doutores³.

Os números que refletem este crescimento podem nos deixar otimistas, mas é necessário ir além deles e refletir sobre a situação daqueles que são elemento fundamental nesse processo todo: os estudantes de pós-graduação. Segundo dados da Capes os pós-graduandos estão presentes em mais 90% das pesquisas realizadas no país, ou seja, não há pesquisa no Brasil sem a pós-graduação. Esse dado, aliado as metas do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020⁴ e do Plano Nacional de Educação⁵, deixa claro o quanto é preciso debater e refletir sobre as condições de realização dessas pesquisas, sobre

¹ Presidenta da Associação Nacional de Pós-graduandos e doutoranda em História pela UFG.

² O número de programas de pós-graduação cresceu de 1.603, em 2002, para 3.678, em 2014, avançado no sentido de descentralizar as pesquisas e reduzir as assimetrias regionais. Dados Geocapes, acesso em novembro de 2015.

³ Os números exatos da titulação em 2014 são: Doutorado, 16.745; mestrado acadêmico, 44.502; mestrado profissional, 5.727. Dados retirado do portal Geocapes, acesso em novembro de 2015.

⁴ Que tem metas de ampliar em 2020 a titulação anula de mestres e doutores, segundo as metas do PNE, com redução das assimetrias na distribuição da pós-graduação, ter titulado no período 150 mil doutores e 450 mil mestres no período, ampliando de 1,4 para 2,8 o número de doutores por mil habitantes no país em 2020 e posicionar o Brasil entre os 10 maiores países produtores de conhecimentos novos do mundo.

⁵ O PNE tem três metas importantes referentes à pós-graduação, entre elas, a meta 14 que prevê ampliação gradual da titulação até que, em 2024 se atinja a titulação 60 mil mestres por ano e 25 mil doutores.



a realidade e as estruturas de poder, sobre os aspectos sociais, psíquicos e políticos que envolvem esta produção de conhecimento.

UM PERFIL POSSÍVEL DOS PÓS-GRADUANDOS BRASILEIROS

Não há por parte do Ministério da Educação um perfil sócioeconômico ou cultural do conjunto dos pós-graduandos brasileiros, há alguns dados soltos sobre número, junto ao IBGE é possível alguns indicadores de composição social, mas não há ainda uma pesquisa ou levantamento sistematizado de indicadores, o que é lamentável, pois conhecer a composição social e o perfil possibilita entender quais são as políticas públicas necessárias para o sucesso nesse nível de educação. Vamos aos dados possíveis: no ano de 2014, o Brasil registrou nos cursos *stricto sensu*, o número de 299.355 pós-graduandos. Destes, 105.617 são bolsistas Capes e CNPq. Ou seja, menos de 50% recebem bolsas de pesquisa. Quanto ao número de estudantes *lato sensu*, não há dado oficial, o que dá pistas da desconsideração completa do Poder Executivo em relação a esta modalidade de formação. Há estimativas de que sejam mais de 3 milhões. São esses profissionais que estão na ponta do processo de produção científica no Brasil e/ou especializando-se em uma determinada área do conhecimento para aprimorar sua atividade profissional.

Quanto à composição social, a pós-graduação brasileira revela de maneira muito aguda as desigualdades presentes na nossa sociedade. Mostra disso é que a população de mestres e doutores é muito mais branca do que a população geral: 51% da população brasileira é negra, mas apenas 18% dos mestres e 14% dos doutores titulados são negros. Em que pese que houve uma expansão considerável dessa parcela da população na pós-graduação, sendo hoje, dentre estudantes de pós-graduação, 28% negros e negras, essa expansão tem contribuído para tingir com as cores do povo também o ambiente acadêmico. Além disso, a desigualdade entre homens e mulheres também

é acentuada, embora as mulheres sejam maioria entre os pós-graduandos, a remuneração é, em média, 42% menor que a dos homens – uma desigualdade salarial bem acima da que está presente no mercado de trabalho como um todo. Além disso, cabe ressaltar que as mulheres ocupam poucos cargos de direção nas instituições e menos ainda possuem bolsas produtividade.

MELHORES CONDIÇÕES DE PESQUISA: A LUTA POR DIREITOS PARA OS PÓS-GRADUANDOS

Os pós-graduandos, que são profissionais já graduados em ensino superior, precisam ser tratados como tal, é preciso que se compreenda que a formação em pós-graduação é uma fase em que se está aprofundando e produzindo conhecimentos para o país. Quanto mais percebermos isso e tratarmos de criar condições em que essa pesquisa possa ser produzida de forma mais eficiente possível, melhor será para o Brasil.

Os pós-graduandos se dedicam cotidianamente e com afinco na realização de suas pesquisas, mas apesar de serem elementos tão importantes para o desenvolvimento do nosso país, não tem quase nenhum direito garantido em lei e essa situação tem que mudar, pois este é um investimento central para um país que precisa se desenvolver em novos patamares, de forma mais sustentada e soberana.

Discutir o lugar do pós-graduando na pesquisa científica e conseqüentemente seus direitos é o desafio que pretendemos enfrentar nesta gestão da Associação Nacional Pós-Graduandos. Ao eleger como mote da gestão a defesa da “valorização da ciência e dos pesquisadores” a diretoria da ANPG tem como alicerce a compreensão de que a Ciência deve ser vista como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento nacional.

Espera-se que a Ciência produzida seja capaz de cada vez mais favorecer e integrar os esforços de produção de conhecimentos capazes de propor soluções para grandes questões da sociedade, na forma de tecnologias,

⁶ Dados do Geocapes, acesso em novembro de 2015. Os números são 232.381 pós-graduandos matriculados e 66.974 titulados em 2014.

⁷ Os dados sobre as bolsas Capes são referentes a 2014 e foram retirados do site Geocapes: 39.954 doutorado, 48.113 mestrado e 39 mestrado profissional. Os dados sobre as bolsas do CNPq são de 2015 e foram retirados do site da agência: 8298 doutorado e 9213 mestrado.

⁸ Dados do IBGE, 2014.

⁹ Dados da PNAD 2013, referente à pós-graduação *stricto sensu*. Não existem dados referentes ao *lato sensu* e residências.

¹⁰ Dados do livro Mestres 2012, publicação da Capes.



inovações, etc. A política científica e tecnológica brasileira se harmoniza com esse anseio na medida em que apresenta que “as atividades de pesquisa e formação de recursos humanos devem estar vinculadas a questões nacionais, contemplando as dimensões sociais, culturais e ambientais, além das econômicas.” (PNPG 2011-2020, Vol. 2, pg. 177).

Destaca-se, dessa forma o potencial que a Ciência brasileira tem para contribuir com o desenvolvimento social e econômico, introduzindo inovações e melhorias no ambiente social e produtivo que resultem em novos processos, produtos ou serviços, transformando assim as possibilidades e a qualidade de vida.

Além do caráter central na geração de renda e de bem-estar social, compreende-se ainda que os investimentos em CT&I têm mudado a geopolítica mundial, tornando-se uma questão de soberania dos povos, na medida em que os países se dividem cada vez mais entre aqueles produtores de conhecimentos e tecnologia e aqueles delas dependentes.

Assim, os investimentos em desenvolvimento científico tornam-se cada vez mais importantes e urgentes. É preciso imprimir uma agenda para a ciência brasileira, para que ela seja capaz de responder a altura das necessidades de crescimento do país, são precisos mais investimentos públicos e privados para que possamos nos desenvolver em novos e mais profundos patamares.

A GENTE QUER MAIS PARA OS PÓS-GRADUANDOS E PARA BRASIL

Acreditamos e queremos mais para o Brasil, por isso discutir a importância da pesquisa no país, seu fomento e lugar do pós-graduando na pesquisa científica, assim como seus direitos tem feito parte do cotidiano desta gestão da ANPG, tarefa delegada pelo 24º Congresso Nacional de Pós-Graduandos – CNPG.

Diante da realidade da ciência e da pós-graduação brasileira, a ANPG tem lutado por políticas que fomentem a diversificação do perfil dos pós-graduandos, como Cotas raciais e sociais na pós-graduação; Por políticas de combate às desigualdades salariais e geração de oportunidades para as mulheres pesquisadoras; Por uma nova política de distribuição de verbas públicas para fomento à ciência e educação superior, que contemple a multiplicidade de pensamentos, o protagonismo feminino e da juventude;

Esperamos contribuir para a conquista de mais direitos e melhores condições de pesquisa para os pós-graduandos e para todos os pesquisadores brasileiros que tanto se dedicam e contribuem para construção de um novo Brasil, e nessa luta a Campanha por mais direitos para os pós-graduandos ganha centralidade.

Entre as bandeiras da campanha por mais direitos destacam-se: Bolsas: Universalização e valorização das bolsas de pós-graduação com o estabelecimento de um mecanismo de reajuste anual dos valores das mesmas; Assistência Estudantil: direito à moradia universitária, bandeirão, atenção à saúde física e psicológica, passe-livre estudantil; Melhores condições de Pesquisa: Licença maternidade garantida em Lei, 13ª bolsa, Taxa de Bancada, Financiamento para eventos científicos, Tradução e Publicação, Auxílio Defesa, Direito a afastamento por razões de saúde, Férias, Equipamento de proteção individual (EPI), Adicional insalubridade; seguro saúde; Melhoria nas relações acadêmicas: Combate ao assédio moral e sexual, orientação e atenção periódica, direito à representação discente; Pós-graduação lato sensu: Não a mercantilização da educação: Regulamentação da pós-graduação lato sensu; Em defesa da qualidade; Fiscalização da pós-graduação lato-sensu, pelo fim dos cursos caça-níqueis; Exigência de autorização do MEC para abrir novos cursos; Obrigatoriedade de disciplinas voltadas à atividade científica e limite máximo de alteração do quadro docente; Mais verbas para Ciência e Tecnologia: Investimento de 2% do PIB brasileiro em C,T&I; Destinação dos royalties do minério para C,T&I no novo Código Mineral; Lei federal que componha os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT); Aporte de recursos a cada novo projeto e programa, para que as ações correntes não sejam prejudicadas; Que o Programa Ciência Sem Fronteiras seja financiado pelos recursos do petróleo, desafogando assim o FNDCT; Que o pagamento das Organizações Sociais (OS's) saia do FNDCT, pois elas o desvirtuam o mesmo; Defendemos a regulamentação do restante do fundo social do pré-sal, com um percentual do mesmo para CTI; Dizemos ainda, **Não a quaisquer cortes no Orçamento de 2015 e 2016 para as áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação!**

Saiba mais sobre a campanha por mais direitos na página da ANPG e vem com a gente construir um futuro melhor para os pós-graduandos e para o Brasil!



Entrevista

Márcio Pochmann

A Rádio Juventude bateu um papo com o economista e professor Márcio Pochmann, que estuda a inserção da juventude no mercado de trabalho no Brasil, além de ser uma referência importante no debate sobre os rumos da economia e do desenvolvimento nacional. Assim, o tema da conversa que reproduzimos aqui não poderia ser outro: mercado de trabalho juvenil.

Entrevista realizada por Euzébio Jorge

JUVENTUDE.BR: Professor, nós estamos vivendo um período de mudanças no mercado de trabalho no Brasil que impactam a juventude, então gostaríamos da sua opinião sobre as características do mercado de trabalho para os jovens no Brasil e na América Latina. A primeira questão é: existe alguma importância em

debater mercado de trabalho juvenil, ou seja, existe uma característica distinta do mercado de trabalho para o jovem em relação ao mercado de trabalho como todo?

MÁRCIO POCHMANN: Esta é uma questão bastante importante por dois

motivos. O primeiro é que ela abre a possibilidade de chamar atenção para o fato de que o mercado de trabalho não é algo homogêneo. Pelo contrário, ele tem diferenças significativas. Podemos olhar as características da população por faixa etária, como, no caso, jovens e não jovens; ou para a questão de gênero, por exemplo: há diferenças importantes de inserção da mulher e do homem no mercado de trabalho. Nós temos diferenças significativas, no Brasil, pela questão da cor: negros, brancos, amarelos, enfim, tem diferentes formas de entrada e manutenção no interior do mercado de trabalho. O mercado de trabalho é um conceito bastante amplo, que diz respeito



Marcio Pochmann é um economista e político brasileiro. Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1984.



Atualmente tem 49 livros publicados na condição de autor e coautor nas áreas de economia, sociedade e políticas públicas em diversas editoras.

a um mundo muito heterogêneo daqueles que precisam da sua força de trabalho física e mental para buscar um rendimento que lhe permita sobreviver, ele ou a família na qual ele se encontra relacionado.

O segundo motivo porque esta pergunta é importante é a combinação de dois eventos que nós estamos vivendo, não apenas no Brasil. Podemos ver com bastante precisão estes dois movimentos, de ordem estrutural, que decorrem justamente da mudança demográfica pela qual o Brasil vem passando. Há um processo que decorre da queda do número de filhos por mulher, redução da taxa de fecundidade, isso vem reproduzindo-se através de um menor número de crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Em termos relativos esta queda é inegável, e ao mesmo tempo há elevação da longevidade da vida, que é o segundo movimento estrutural que eu mencionei. Ou seja, hoje quem chega aos 60 anos de idade, segundo o IBGE, tem uma expectativa de viver em média mais 22 anos, o que implicaria, por hipótese, uma expectativa de vida de 82 anos de idade. Então aqueles que

estão no Brasil nascendo nesta década, ou nasceram na década passada, ou vão nascer nas próximas décadas, deverão ter uma expectativa de vida ao redor de 100 anos de idade. Essa é uma mudança estrutural muito importante, porque nós não podemos mais pensar no mercado de trabalho e, sobretudo, no jovem, na mesma perspectiva de que eram pensadas as políticas até agora. É preciso mudar o entendimento acerca da juventude como uma etapa, como uma mera transição da adolescência para a vida adulta, porque nós estamos falando, agora, de uma expectativa de vida muito maior.

JUVENTUDE.BR: O próprio conceito de juventude é relativamente recente na história...

MP: Sim, a ideia de juventude como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta, é de fato uma construção fundamentalmente da sociedade urbana industrial. Entre os índios, por exemplo, não existe a ideia de jovem: ou é criança ou é adulto. Na sociedade agrária de maneira geral, pelo fato de que se começava



a trabalhar já aos 5 ou 6 anos de idade, a criança ajudando em casa, ou mesmo fora de casa, na vida agropastoril, também não existia a identificação da juventude. Este conceito é relativamente recente, praticamente do final do século XIX em diante, e ele vem sendo utilizado muitas vezes como marketing, identificando um segmento apropriado pra um consumo diferenciado em relação aos adultos. Ocorre que as políticas que se concentraram na juventude, em geral olham para ela justamente como uma fase de transição, fase em que se concentra o tema da educação, por exemplo, que é algo que antecederia o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Assim, na sociedade agrária começava-se a trabalhar muito cedo e na sociedade urbana industrial começa-se mais tarde, e esta transição vai acompanhada pela presença da escola.

Eu estou dizendo isso porque dentro desta mudança estrutural demográfica nós precisamos repensar o tema da juventude não mais como, no meu modo de ver, um conceito de transição, mas como uma fase significativa da vida, porque nós não estamos falando isso hoje. Na sociedade agrária a expectativa de vida da população era de 34, 35 anos de idade. Na sociedade urbana industrial, aquela a que nós estamos dizendo adeus, a expectativa de vida sai de 34, 35 para 58, 60 anos. Nós estamos falando agora de uma expectativa de vida de 100 anos de idade, portanto a ideia da juventude, o conceito de juventude que estaria entre o intervalo de 16 a 24 anos de idade, é um tempo relativamente grande pra alguém que vive 60 anos, mas para alguém que vai viver 100 anos, obviamente você precisa alargá-lo, e identificar que não pode ser mais apenas uma perspectiva de transição, até porque nesta sociedade que nós estamos agora construindo, mais socialmente urbana do que industrial, uma sociedade dos serviços, há um apelo muito grande ao conhecimento como principal ativo. Nesta sociedade mais complexa, que tem uma presença muito grande de informação e comunicação, por exemplo, a educação não poderá mais ser apenas para uma fase precoce da vida, só pra criança, adolescente e jovem. Na sociedade urbana industrial quem estuda são as crianças, os adolescentes e alguns jovens que chegam ao ensino superior, porque uma vez ingressado na vida adulta para adentrar ao mercado de trabalho, praticamente ninguém mais estuda, a não ser profissionais da educação, professores, ou pesquisadores; mas de maneira geral a população não estuda depois que ingressa no mercado de trabalho, porque parte do pressuposto de que sabe tudo. No máximo lê uma revistinha, um jornal, mas o que eu estou chamando a atenção é que nós estamos numa sociedade muito mais complexa e que a educação, o conhecimento, a informação, é algo que deverá acompanhar ao longo da vida. Não pode ser uma educação apenas e tão somente para o trabalho, mas para vida, para a complexidade da vida, para

problemas que nós presenciamos que é uma crise de incivilidade, a decadência das famílias como sendo uma unidade fundamental na formação de valores, enfim, é um tema bastante largo... até que eu avancei bastante, mas pra lhe dizer que na verdade nós estamos diante de um movimento estrutural, que altera a estrutura de composição da sociedade em função da longevidade e da redução da presença de crianças e adolescentes e jovens na população.

JUVENTUDE.BR: Professor, poderíamos caracterizar a juventude por quais elementos? Quer dizer, levando em consideração esta observação de que o estudo deve acompanhar o indivíduo por toda a vida, e ainda a realidade de que muitos jovens conciliam estudo e trabalho, o que o senhor acha que deveria caracterizar essa faixa etária, que é o jovem, nessa nova quadra histórica?

MP: Penso que é difícil tratar apenas do conceito de jovem, porque há também a ideia de adulto e velho. Essa divisão etária das pessoas, que é uma construção da sociedade urbana industrial, foi muito apropriada na medida em que parte do pressuposto que a criança, o adolescente e o jovem são fases de formação e transição para a vida adulta, então você tem a vida em geral quando a pessoa entra no mercado de trabalho, e quando ela está encerrando a atividade no mercado de trabalho ela deixa de ser adulta e passa a ser velha, vai para a inatividade, aposentadoria, coisas desse tipo. O que nós estamos percebendo, é que as pessoas que estão cumprindo requisitos de trabalho necessários, aposentam-se e não exercem a aposentadoria, até recebem o benefício, mas continuam trabalhando. No Brasil, por exemplo, nós temos um terço dos 27 milhões de aposentados e pensionistas que cumprem os requisitos devidamente e recebem uma transferência de renda do Estado, mas continuam trabalhando. Porque nesta sociedade há o trabalho imaterial, o serviço, então é uma sociedade em que as pessoas chegam aos 60, 70, 80, 90 anos e podem ser ativas no mercado de trabalho, pondo em questão o próprio conceito de velhice. Inclusive não se fala mais velho, hoje é melhor idade, terceira idade... Há uma confusão, e infelizmente as ciências humanas não estão tratando desta complexidade.

Ao mesmo tempo, não podemos dizer que alguém com 25, 26, até 30 anos, não é necessariamente adulto, dada a complexidade do mercado de trabalho. Quer dizer, você precisa estudar a vida toda porque o mercado de trabalho se altera, porque você não vai ter mais o emprego que você entra aos 17 ou 18 anos e vai permanecer durante 30 a 35 anos na mesma função. Ou seja, vai mudar, está mudando, não é possível demarcar, portanto, a condição de adulto nesta circunstância. Veja a questão de gênero: dada as mudanças de saúde pública, hoje nós estamos vendo as

A nossa perspectiva política de políticas públicas, é uma perspectiva do século XIX

mulheres com possibilidades de terem filhos mais tardiamente, em geral na sociedade urbana industrial as mulheres ao redor dos 30 anos praticamente já abandonaram a perspectiva da reprodução, hoje nós estamos tendo casos de mulheres com 40 anos, até com 50 anos, isso vai alterar profundamente a própria inserção da mulher no mercado de trabalho. As possibilidades da reprodução humana não necessariamente vir da relação sexual... nós temos tantas questões novas, métodos alternativos de concepção, contracepção, então eu diria que este tema é extremamente rico e ao mesmo tempo complexo, que denota justamente uma má compreensão desta mudança estrutural que se combina a uma mudança de caráter mais conjuntural que nós estamos vivendo no Brasil, que é um ponto de inflexão que está representado no ano de 2015. Nós vínhamos basicamente dos anos 2000 para 2013, 2014 no movimento de postergação do ingresso de jovens no mercado de trabalho, especialmente daqueles pertencentes a famílias de menor renda, cerca de 5 milhões de jovens deixaram de entrar no mercado de trabalho, embora tivessem concluído 16 anos de idade, porque, possivelmente, com a elevação da renda das suas famílias houve a possibilidade de financiar a inatividade por mais tempo, portanto, puderam entrar tardiamente no mercado de trabalho (algo parecido acontece com os filhos dos ricos). Mas em 2015, já em 2014 há um prenúncio que estaria numa pressão muito grande de jovens entrando agora no mercado de trabalho.

JUVENTUDE.BR: Voltando para o mercado de trabalho?

MP: Não estaria voltando porque não tinham entrado, mas estar abandonando esta possibilidade de permanecer mais tempo estudando para entrar depois no mercado de trabalho, porque há uma certa solidariedade nas famílias que, em função da perda do emprego do chefe de família, do pai, da mãe, de alguém, então este jovem está sendo pressionado a buscar um emprego. Esta é uma questão conjuntural. Não sei lhe dizer se a partir de uma trajetória que se inicia nos anos 2000, muito interessante e positiva que estava em curso no Brasil, isso é apenas um ponto de inflexão e a partir do ano que vem a gente retoma a trajetória anterior, ou se de fato é uma ruptura. Nós tivemos anos positivos, em que foi possível combinar a postergação do ingresso no mercado de trabalho com a elevação das rendas das famílias, e agora entramos em uma fase que é muito comum no Brasil, de queda nas rendas das famílias e

a pressão muito cedo para o jovem entrar no mercado de trabalho, e aí ele entra sem a educação completa, e infelizmente vai estar submetido a postos de trabalhos muito precários.

JUVENTUDE.BR: Eu vou continuar sobre esta questão do Brasil, aqui a gente tem o jovem sempre pressionando o mercado de trabalho, diferente do que acontece na Europa, mesmo na América Latina. Em países com Argentina, Chile, existe muito menos pressão para que os jovens estejam no mercado de trabalho do que há no Brasil. Isso é uma característica estrutural do nosso mercado de trabalho? Deve haver políticas ativas que impeçam isso, essa entrada do jovem no mercado de trabalho?

MP: Na Argentina a taxa de frequência na universidade, no ensino superior é de 42%, aqui é de 14%. Bom, é verdade que a taxa de atividade juvenil é relativamente alta no Brasil, comparada aos outros países, agora também não acredito que é possível falar a respeito de uma juventude no Brasil, há juventudes. Porque se você analisar a taxa de atividade de jovens de famílias de renda mais elevada, o ingresso é bem tardio no mercado de trabalho, em geral depois de ter completado o ensino superior, quando não a pós-graduação, depois dos 22, 23, 24 anos de idade. É claro que como a maior parte da população pertence a famílias de renda menor, é isso que o faz esta pressão, o jovem não tem escolha, o mercado de trabalho é a única alternativa que ele tem, a não ser que haja elevação da renda das famílias e que elas possam financiar privadamente a inatividade do jovem, porque é assim que os ricos fazem. Os filhos dos ricos entram mais tardiamente no mercado de trabalho, e por isso entram mais preparados e ocupam os principais postos, são os que fazem os principais concursos para o setor público, são os que ocupam as principais vagas, de tal forma que este ingresso heterogêneo no mercado de trabalho termina com que o mercado de trabalho reproduza a desigualdade que é originária na péssima distribuição de renda que o país tem. Então quem entra mais tarde, tem salários maiores, filho de pobre entra muito cedo, com salários menores, de forma que o mercado de trabalho reproduz esta desigualdade, ele não necessariamente produz, ele reproduz.

Bom, o que pode ser feito? Evidentemente que o que nós vimos no Brasil em termos de oportunidade de elevação da renda é algo que fez com que parte das famílias financiassem privadamente a inatividade dos seus filhos. Assim, reduzir a pressão do jovem no mercado de trabalho dependeria das melhores condições de vida de suas famílias, mas, ao mesmo tempo, dependeria de políticas públicas que o Brasil jamais ousou construir propriamente. Nós somos, na verdade, um país que não tem uma política que possa

Na Argentina a taxa de frequência na universidade, no ensino superior é de 42%, aqui é de 14%

viabilizar para o jovem de uma forma abrangente o tempo livre. O jovem, a criança o adolescente precisam ter tempo livre, mas este tempo livre não pode ser compartilhado através de políticas públicas hoje, porque com o processo de urbanização que nós temos, houve uma redução dos espaços públicos. Há 30, 40 anos atrás, em cada cidade havia um campinho de futebol na esquina, quer dizer, minimamente você se organizava ocupando espaço público de forma coletiva. Hoje, onde se concentra a população não há esta oportunidade, então quais são as oportunidades de ocupação do tempo livre? Em geral a ocupação do tempo livre é mercantil, porque os sonhos dos prefeitos há 40, 50 anos atrás era construir espaços públicos, praças, centros de entretenimento, centros de lazer, centros comunitários, e isso praticamente foi abandonado, hoje os prefeitos se confortam ao saber que vai abrir um novo shopping center, não é? Como sendo o shopping center um espaço que poderia acomodar o tempo livre, mas obviamente para dentro do mercado, o que pressupõe ter renda, nós tivemos rolezinho, uma tentativa dos jovens da periferia de ter acesso ao shopping center. E há uma repulsa neste sentido, então o que quero chamar atenção, na realidade, é que a nossa experiência recente de democracia não criou uma pauta para a juventude que não seja enquadrá-la no sistema educacional, que é o que nós conseguimos avançar: ensino técnico, universidade, isso tudo melhorou, perfeito, mas é muito pouco, porque não há a possibilidade dos jovens ocuparem melhor o seu tempo livre. Em São Paulo, quando trabalhei lá, introduzimos uma coisa chamada Bolsa Trabalho, cujo nome era Bolsa Que Substitui o Trabalho, ou seja, ao invés de estimular o jovem ir pro mercado de trabalho, pra formação pro mercado de trabalho, muito pelo contrário, era uma formação que era dada visando a questão da cidadania, para que o jovem compreenda a vida em que ele se encontra (jovens pobres, certo?), que ele entenda que a pobreza não é um fenômeno natural, é um acontecimento político, e a superação da pobreza pressupõe a participação desse jovem no seu processo de emancipação. Então era uma bolsa que permitia ele deixar de ir ao mercado de trabalho pra poder fazer gastos, mas ao mesmo tempo comprometido com uma ocupação do tempo livre diferenciada. É um caso relativamente pequeno....

JUVENTUDE.BR: Mesmo que fosse uma ocupação só para a suposta qualificação dele (suposta, porque trata-se como se o problema do mercado de trabalho fosse a má qualificação dos jovens), já seria interessante por permitir o tempo livre.

MP: Exatamente. Na verdade era desde contador de história, cara que aprendia a fazer pipa, viver em comunidade, ou seja, outras ocupações, outras...

JUVENTUDE.BR: Interações sociais.

MP: Exatamente, criando-se esta ideia de sociabilidade, claro que isso é uma iniciativa pontual, mas não criamos equipamentos para isso, você começa a olhar onde estão os equipamentos de esporte, por exemplo, no Brasil, evidentemente você precisaria ter uma política de esportes com concepção de quadras esportivas, aparelhadas, importantíssimo isso, não apenas para a juventude, mas enfim... estou querendo combinar cinema, teatros, essa parte mais lúdica da vida. Você pega de cada 10 cidades brasileiras, apenas uma tem cinema. Quantas cidades tem teatro? E muitas vezes nas cidades em que há teatro a população não conhece aquele teatro, então, quer dizer, esta preocupação sendo com jovem. É jovem, se não der educação é prisão... quer dizer, não tem muitas alternativas de políticas públicas, na verdade não se construiu um repertório de possibilidades para ocupar tempo livre.

JUVENTUDE.BR: Professor, você apresentou esta questão de como os jovens foram impactados por este novo fenômeno, não só demográfico, mas como político e de mudança no mercado de trabalho. Qual a importância para o país dessas mudanças que o senhor apresentou? Nessa perspectiva de que deveria ser feita uma mudança qualitativa da entrada do jovem no mercado de trabalho, quero dizer você elevar a qualidade da educação, o tempo que o jovem permanece na escola. Como isso impacta também o país de forma geral, ou o mercado de trabalho? E como segunda questão, já que tem uma relação com esta: o senhor acredita que a forma como o jovem ocupa o mercado de trabalho se modifica a depender da divisão internacional do trabalho, ou seja, existem países que tratam seus jovens de uma forma por que ocupam uma condição específica na divisão internacional do trabalho, ou você acha que isto não tem uma relação? Quer dizer, o país que dá mais educação, o país que deixa seus jovens mais tempo estudando, isso também tem uma mudança no padrão de desenvolvimento nacional?

MP: Bem, eu começaria dizendo que a nossa perspectiva política de políticas públicas, é uma perspectiva do século XIX, a gente olha o



tema da educação, por exemplo, como sendo uma necessidade para preparar as pessoas para o mercado de trabalho, ou seja, nós temos uma visão funcional da educação. Eu acho que é um equívoco querer reproduzir esta visão de uma educação funcional porque, na verdade nós teríamos que ter educação pra vida toda, então eu defendo políticas de uma educação para a vida toda e não mais olhando crianças, adolescentes e jovens. Muitas vezes estranho, em determinada sala de aula, alguém perguntar diante de alguém com 60, 70 anos estudando: “Por que você está estudando? Já está aposentado?!”, ou seja a visão da educação para o trabalho; “O que você vai ser meu filho, quando for grande?”, “Que faculdade você vai fazer? Que curso você vai fazer?”; ou seja, a ideia da educação, na verdade, é muito limitada ao mercado de trabalho. Eu acho um equívoco, até porque a determinação do emprego, a determinação do mercado de trabalho não é dada pela educação. Nós temos países com alta educação nos seus povos e empregos precários. A educação tem que ser vista como um ativo, um grande ativo de construção de valores, de cidadania, de sociabilidade e também formação, ou seja, educação não é só o espaço de sala de aula, não é nenhuma prisão como muitas vezes se quer, de tal forma que esta perspectiva de que é necessário elevar a educação para constituir um país decente, do ponto de vista da qualidade de vida, do ponto de vista do sentido da vida, dos seus indivíduos, do seu povo. Isso não necessariamente responde as demandas da economia, e aí tem a forma de como o país se insere na economia mundial. Hoje estamos diante das chamadas cadeias globais de produção e isto está revelando na verdade um certo estranhamento pelo fato de que há uma espécie de inflação de diplomas, especialmente na Ásia, mas em todos os países há uma pressão por criarem ensino de pós graduação e obviamente a economia não gera esta demanda de tantas pessoas com este grau de conhecimento, até negando algo que se imaginava desde os anos 70, a respeito desta sociedade pós industrial em que vivemos. Imaginava-se que seria uma sociedade em que quem não estudasse não teria emprego. É só olhar o perfil do emprego aberto nos Estados Unidos, na França, quais são os setores que mais empregam mão de obra? tem alguma relação com a formação? Imagina!

Eu acho necessário descolar um pouco a educação da economia. A educação tem que cumprir o seu papel, a economia vai responder. Se eu ficar prisioneiro... Algumas pesquisas revelam que quando você pergunta para os jovens o que ele acha da sua formação depois que entra no mercado de trabalho. Há um descompasso enorme: o que diziam que eu ia fazer, o que seria aquele curso que eu estava fazendo, e depois quando vinha trabalhar, na verdade era uma negação do que diziam que eu ia fazer. Porque as condições de trabalho são muito precárias, os salários são baixos, o que eu

quero chamar atenção é que um país desenvolvido é um país que evidentemente pressupõe um tipo de organização econômica, mas eu não associaria a educação ao mercado de trabalho.

JUVENTUDE.BR: O senhor acredita que existe uma inserção diferenciada do jovem no mercado de trabalho a depender do nível de desenvolvimento de cada país? O mercado de trabalho é diferente pro jovem de uma país desenvolvido para um jovem de um país periférico?

MP: Sim, claro, não tenha dúvida, mas veja estes acontecimentos que estamos acompanhando agora na França. Quem são estes? Consta que 800 mil jovens franceses, nascidos na França foram aderir ao Estado Islâmico. Bom, quem atacou a França, não foi nenhum estrangeiro, foi gente nascida, reconhecida lá na França, são filhos dos franceses, tudo bem que tem etnias diferentes, etc. É um país desenvolvido, mas é um país que não dá resposta do ponto de vista da perspectiva dessa juventude. Como é que você ocupa o tempo livre, qual é o sentido da vida? Você está estudando pra que mesmo? Estudando para o mercado de trabalho, é isso? Esse mercado de trabalho lhe oferece condições muito limitadas de ascensão? Acho que estamos vivendo um momento nesse sentido, em que os jovens, sobretudo, não se acomodaram, até porque o ciclo da vida leva a um certo processo de acomodação. A pessoa é jovem, casa, tem filho, vai se acomodando. É a juventude que é a esperança e as motivações principais para mudar os acontecimentos históricos. E o que eu vejo é uma certa acomodação dentro das políticas, que são políticas do final do século XIX. São políticas de enquadramento do jovem, a educação como preparação para o ingresso no mercado trabalho que vai oferecer a este jovem 30-35 anos de trabalho e ele vai completar o ciclo de vida, vai casar, ter filhos, depois se aposentar e morrer. Isso está em xeque, e a educação não vai responder a estes desafios colocados por parte importante da juventude que não quer o que temos de hoje, porque o processo educacional é muito viciado, um processo que não dá respostas, que reproduz a perspectiva de uma sociedade do final do século XIX.



+ Cultura

+ Educação

+ Mobilidade

+ Economia

+ Esporte

+ Direitos



Passe Livre

acesse:

passelivre carioca.com.br

Realização:



A luta contra a opressão e marginalização do segmento LGBT aponta para o que?

DANIELI C. BALBI¹

O segmento LGBT apresenta conformações díspares e sedimentação histórica bastante complexa, o que inviabiliza, tendo em conta os limites deste trabalho, traçar de modo mais apurado suas tensões constitutivas e um panorama suficientemente substantivo, necessário à compreensão da estrutura profunda dos debates, disputas e soluções provisórias que o caracterizam atualmente. Contudo, partimos do pressuposto de que, desde sempre, a regulação do corpo está diretamente ligada ao controle político que se exerce através do enquadramento e cerceamento do comportamento biossocial e, nesse sentido, as orientações homoafetivas e identidades de gênero não binárias ou não aderentes ao condicionamento cisgênero foram objeto de regulação dura e intransigente na maior parte do tempo, salvo raras e peculiares exceções, na medida em que o controle mediato e ideológico da sexualidade e identidade constrange o indivíduo à ordem que lhe perpassa e, por isso, se legitima (FOUCAULT, 1979).

Esse controle, na prática, está diretamente ligado à história da divisão do trabalho e à busca do domínio do

desenvolvimento das forças produtivas, o que se adensa quanto mais se configura a legitimação da força como ferramenta de mediação política e institui-se o patriarcado. As formas elementares de divisão do trabalho foram empiricamente organizadas pelo grau de esforço físico provável no desenvolvimento de determinadas funções, tendo, por fim, a violência masculina como agente. Nesse sentido, o feminino seria confinado aos espaços domésticos e à manutenção das relações sociais primárias no seio da sua comunidade. Claro é que, ao longo do desenvolvimento e estabelecimento de relações de produção assimétricas, essa ocorrência não se dá de forma passiva nem natural: a mulher não é, de forma alguma, incapaz de contribuir – e de fato contribui – operando as mesmas formas de labor e desenvolvendo sua força de trabalho do mesmo modo que os homens. Houve um processo de disputas, sem dúvida, que culminou na construção da incapacitação da mulher, certamente violento, longo e que, de maneira geral, conformou-se como dado ideológico dominante. Em suma, o homem assalta o universo do trabalho para si, mas somente no período de sua relativa estabilização, com o surgimento

¹ Danieli C. Balbi é Doutoranda em Literatura Comparada pela UFRJ e Diretora nacional da UNA-LGBT



das comunidades complexas.

Dessa forma, à medida que se observaram os “avanços” das primeiras sociedades sedentárias em termos de estabilidade econômica garantida pelo aperfeiçoamento das técnicas de dominação da natureza e subsistência desenvolvidas, em tese, por indivíduos biologicamente masculinos, o feminino vai perdendo poder político, identificado como “incapaz” de contribuir para o desenvolvimento e reprodução “efetiva” da vida material – de uma forma específica de trabalho, pois – e constituído culturalmente como signo da estagnação, reprodução e operador, apenas, da estabilidade da vida doméstica do homem. O trabalho desenvolvido para a manutenção das relações parentais e comunitárias foi ganhando menor prestígio, e a mulher, em seu processo de estigmatização, passa a ser a personificação da incapacidade de desenvolver-se, impedida que fora de emancipar-se e dominar. Os primeiros entraves históricos ao desenvolvimento de suas forças produtivas e a primeira forma de domínio do e justificado pelo corpo/gênero/identidade² quem sofreu, portanto, não sem resistência, foram as mulheres.

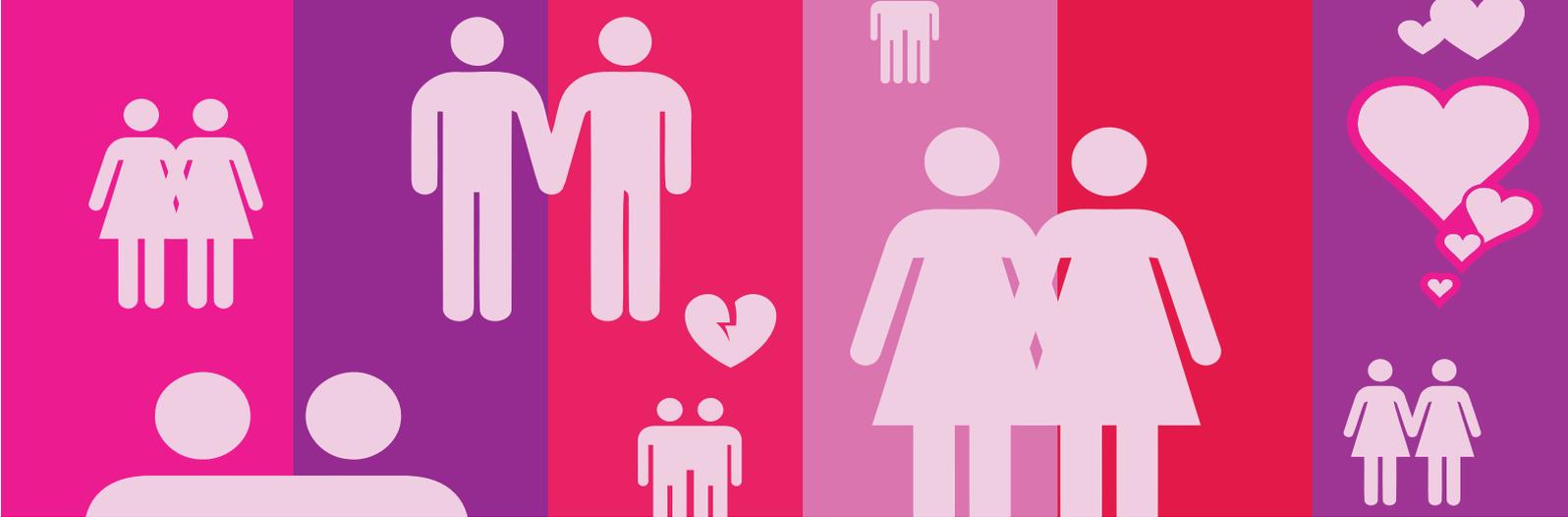
O advento da produção excedente, as formas de apropriação do trabalho de outrem, as diversas relações sociais de produção, a consolidação da centralidade político-econômica da propriedade privada e da sociedade de consumo demandam e resolvem configurações ideológicas que legitimam os diversos tipos de dominação e exploração, acentuando antigos, os referendando e inter-relacionando a novos (MARX, 2001). Quanto mais se estabelece um padrão de indivíduo ao qual é lícito dominar e reter – biologicamente homem, com relações sociais fundamentalmente heterossexuais –, as formas divergentes, apenas por serem divergentes, vão sendo construídas como alteridades que se devem dominar. Logo, partindo da observação das primeiras formas de divisão sexual do trabalho, se esclarecem os meios de controle e opressão das identidades e relações afetivas não-heteronormativas e cisgênero. É por interesse na dominação, no impedimento da emancipação das suas forças de trabalho, na sua reificação e alienação, que essas formas de expressão da subjetividade e das relações afetivas surgem como “o outro”, marcado como “amputado”, de alguma forma, pela incapacidade, o que justifica a sua marginalização.

Aliado a isso, o capitalismo, em sua sofisticação ideológica, necessita de padrões comportamentais que polarizem instâncias aprováveis e desabonáveis. É um fundamento insuspeito inscrito na sua estrutura de perpetuação, uma vez que isso legitima, por si só, a exclusão e conseqüentemente avaliza o subjuço. É um mecanismo que atua para sua naturalização; naturalização da ordem da dominação, exploração e apropriação. A necessidade de determinar a diferença e manter a exclusão dos indivíduos com orientação sexual e/ou identidade “desviante” advém, assim, da eficácia deste controle: sendo instâncias constitutivas, elas não serão facilmente abortadas.

Vejam: as mulheres cisgênero e heterossexuais compelidas a assumir comportamentos considerados masculinos no ambiente de trabalho em função da ascensão profissional, por exemplo, não deslegitimam a opressão à mulher, uma vez que o ser mulher, para o senso comum, foi por ela “abandonado”; da mesma forma, homossexuais com comportamento heteronormativo ou transexuais “passáveis” não participam, em tese, da efetivação e presentificação da imagem que se constrói desses segmentos. Esses casos apontam para o esforço que o indivíduo não-heteronormativo deve empreender para deixar de ser o que é, a fim de negociar sua emancipação. Não se trata, simplesmente, de assumir um comportamento aprovável, em suma, mas de ter, por princípio, a autorreprovação de uma de suas instâncias constitutivas. E mesmo que nenhum de nós tenha os comportamentos e traços estereotipados integralmente, eles permanecem como imagens, porque são formas de percepção a priori; fantasmagorias construídas para se sobreporem à realidade e conduzirem sua interpretação e formulação.

Disso decorre uma contradição de superfície: rechaçar deliberada, genuína ou forçosamente qualquer aproximação à imagem da estereotipa não garantirá o fim da opressão, uma vez que o traço “desviante” nos é imputado como “essência” e, algum grau, ainda que nas esferas mais subjetivas de relacionamento ou mesmo na produção do seu inconsciente, ele se tornará um tormento; da mesma forma, acatá-lo genuína, deliberada ou forçosamente não trará a emancipação cidadã necessária a esse segmento, levando o indivíduo aderente à condição de depositário de todas as opressões possíveis.

² Essas categorias são distintas em si. Contudo, o grau de simplificação e redução dessas complexidades aos dados biológicos primários, o amálgama dessas instâncias, é decisivo para a perpetração da opressão e sua legitimação.



O QUE FAZER?

Historicamente, a luta dos segmentos marginalizados se estabelece com luta por direitos civis e por liberdade comportamental, dentro dos marcos da sociedade civil burguesa moderna. Procura-se fazer participarem do rol de comportamentos permitidos e naturalizados aqueles que são produtos do exercício das liberdades individuais, como a naturalização e regulação das diferentes formas de relacionamento, apresentação e aceitação de identidades não polarizadas e biologizadas. Além disso, as batalhas pelos direitos cidadãos já garantidos aos indivíduos enquadrados ou por novos direitos, demandados por emergência dessas novas configurações, tem conformado, justamente, a pauta de luta do movimento LGBT. São lutas na esfera superestrutural que urgem ser travadas e com as quais os movimentos sociais, em geral, precisam se envolver.

No entanto, limitar-se à pretensa liberdade burguesa não pode ser suficiente ao segmento LGBT, porque mantém o apontamento da alteridade desviante, o que constitui o fundamento perverso que orienta a opressão. Em algum grau, essa liberdade, enquanto houver naturalização da opressão de outrem, estará ameaçada, será débil ou não chegará sequer a efetivar-se como política.

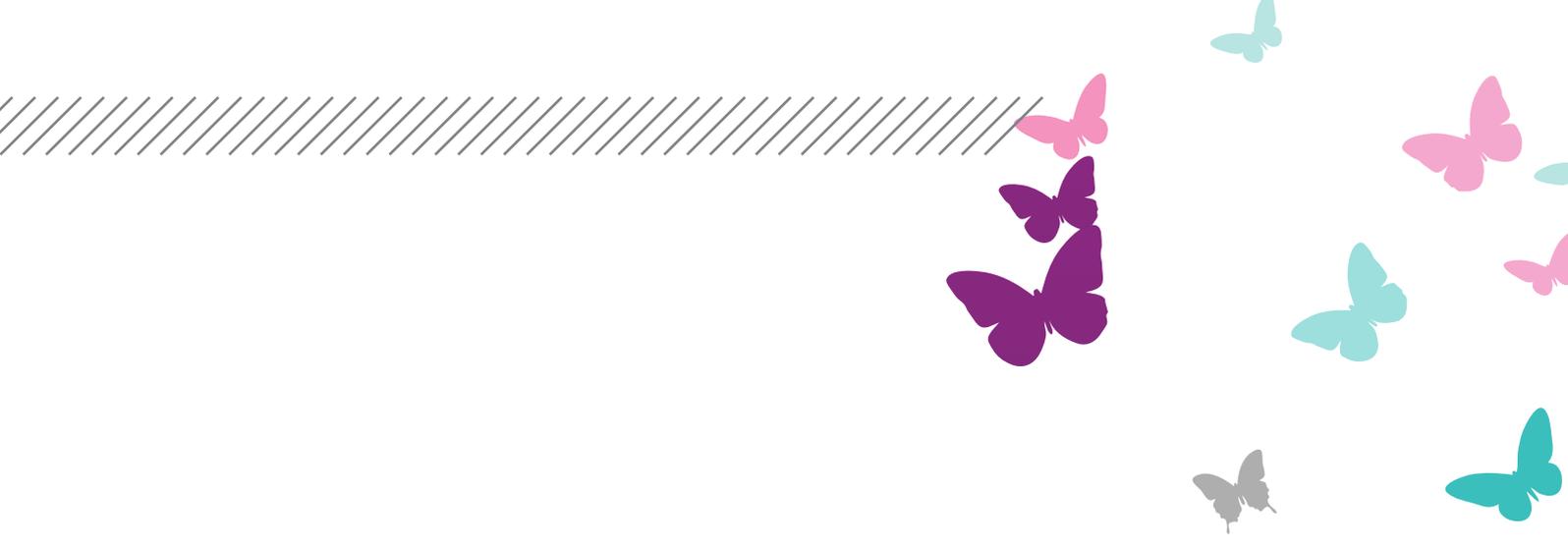
O caso do Brasil, nesse sentido, é emblemático: a bancada conservadora, como se pode perceber por meio de uma breve apreciação dos que a constituem, não tem o menor compromisso com os dogmas morais que apregoa. Mas ela se vale, claramente, da excitação do sentido de cerceamento e extermínio do segmento LGBT e de outros marginalizados para que possa com isso negociar financiamento de sua “carreira parlamentar”. Eles percebem que a naturalização do subjuço desse segmento, de várias formas, impedindo-os de ser ou limitando-os, é o que grande parte da sociedade brasileira acredita estar conforme a normalidade. Então, organizam esse

dado ideológico disperso dentre tantas interseções de fantasmagorias em troca de capital. Não à toa, um dos seus maiores protagonistas é o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro – uma cidade que é conhecida nacional e internacionalmente por sua tolerância e permissividade. Esse candidato conhece como poucos as contradições de seu eleitorado e sabe manipulá-las.

A conclusão a que chegamos é que a luta contra a possibilidade de opressão, diferenciação, estigmatização é à necessidade de um embate com o capital. Como vimos, a alteridade que serve à legitimação do subjuço parte de um expediente objetivo histórico e material – a identificação de um “outro”, no caso, as mulheres, como seres passíveis e demandantes de tutela e opressão –, autonomiza-se como dado simbólico e termina por impor-se de tal maneira, que passa a ser um elemento objetivo e material que se gesta no plano ideológico. Dentro de uma sociedade que oprime, a luta do segmento LGBT por mais direitos, por liberdade efetiva e vivência plena da sua subjetividade não poderá nunca ser abandonada. É preciso, entretanto, que o seu norte seja a luta contra a opressão em si, contra a dominação que se justifica pela diferença, tendo em mente que nenhum ajustamento nos salvará ou nenhum direito será garantido plenamente enquanto ela for ainda passível de justificação, preservada como natural. É uma luta plural, que só tem sentido se as conquistas forem para todo o segmento LGBT e, mais ainda, contra todas as formas de opressão. É, bem assim, uma luta contra um dos fundamentos mais eficazes da sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FOCAULT, Michael. A história da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



#PRIMAVERAFEMINISTA: NÓS SOMOS LIVRES!

MARIA DAS NEVES¹

Nós, mulheres e meninas, tomamos as redes e as ruas de assalto! A primavera das mulheres floresceu por todo Brasil, contra o machismo, a misóginia e o retrocesso, afirmando a força e a atualidade da luta feminista. Uma resposta ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, autor do infame Projeto de Lei 5069 que dificulta o atendimento as vítimas de violência sexual, reforçando a cultura do estupro, flexibilizando o conceito de violência sexual e dificultando o acesso ao aborto legal estabelecido em lei. Por isso, e uma longa lista de outros motivos, Cunha é o inimigo número 1º das Mulheres. O PL foi à fagulha que incendiou a pradaria. O Congresso Nacional mais conservador desde 1964, impôs ao país um agenda de retirada de direitos. A bancada BBB, da bala, da bíblia e do boi, tem se empenhado em atacar os direitos civis, trabalhistas, das mulheres e da juventude: terceirização e flexibilização dos direitos trabalhistas, redução da maioria penal, estatuto da família e heterofobia são alguns dos projetos pautados na Câmara dos Deputados e tem nos levado de volta ao passado.

Um coro de uma diversidade de mulheres, jovens, negras, brancas, estudantes, mães, deficientes, trabalhadoras ecoou pelas ruas do país #ForaCunha! Corpos pintados, com ou sem sutiã, cartolinas na mão e muita criatividade. Marchamos contra o PL, marchamos contra Cunha e tudo

que ele representa. Mas, sobretudo, marchamos pela nossa liberdade! Gritamos com toda forma dos nossos pulmões: NÓS SOMOS LIVRES! E, transformamos a #PrimaveraDasMulheres na #PrimaveraFeminista!

Ainda não inventaram nada mais justo que o feminismo. O FEMINISMO é a luta das mulheres por igualdade. Só queremos ter os mesmos direitos que os homens. Não, feminismo, não é contrário de machismo. O machismo mata, o feminismo liberta. E, liberta as mulheres, mas também os homens. O patriarcado culturalmente enraizado na sociedade por séculos e séculos, dá origem às diversas opressões. Ele é masculino, branco, heteronormativo e monogâmico, gerando o machismo, o racismo, a LGBTfobia. Impõe um único modelo de família e relações sociais e sexuais, padrões comportamentais, naturalizando e justificando a violência contra as mulheres.

Vivemos uma nova onda do feminismo no Brasil e mundo. Nunca antes na história desse país se falou tanto em feminismo. Que bom! “O uso de ferramentas tecnológicas como sites de vídeos e redes sociais é uma das principais características do novo feminismo. Os estudiosos do movimento feminista costumam dividir sua história em três grandes etapas – cada uma delas caracterizada por suas bandeiras e pela incorporação de novos desafios. A primeira onda, no início do século passado, foi marcada pela luta da



***“Companheira me ajude
Que não posso andar só,
Eu sozinha ando bem.
Mas, como você ando melhor!”***

(Ciranda Feminista que tomou conta do Brasil na #PrimaveraDasMulheres)

conquista do poder político, especialmente o direito ao voto. A segunda onda, da década de 1960 até a década de 1980, lutou pelo fim da discriminação e pelo fim de uma estrutura de comando em que somente os homens tinham acesso ao poder. A terceira onda feminista teve início a partir da década de 1990 e contestou as omissões do movimento anterior. Combatia as definições da mulher típicas da segunda fase, que se baseava apenas nas experiências das mulheres brancas de classe média alta, americanas e britânicas. Atualmente, especialistas discutem ainda se estaríamos diante de uma quarta fase do feminismo, definido pelo uso das tecnologias para construir um movimento popular forte, reativo e multifacetado na internet. A nova onda incentiva as mulheres a perceber que a desigualdade não é um problema individual, mas coletivo – e, por isso, precisa de soluções políticas. Outros especialistas discordam da existência da quarta onda feminista e afirmam que o aumento do uso da

internet não seria suficiente para delinear uma nova era. Os novos feminismos seriam uma continuação da terceira onda.”

Apesar de haver muitas controvérsias sobre a metodologia, pauta e ordem cronológica das “ondas feministas”, concordo com a opinião de pesquisadoras da área que afirmam que vivemos a uma nova onda do feminismo, sim. A internet democratizou o acesso ao feminismo, rompendo com o ciclo de desinformação e silenciamento imposto pelos grandes meios de comunicação. Esse processo não tem volta! As meninas estão começando cada vez mais cedo a falar de feminismo, montam seus coletivos já nas escolas e identificam com clareza como o machismo se manifesta no seu dia-a-dia. As campanhas #meuprimeiroassédio e #meuamigosecreto mostram a força dessa nova geração e o papel estratégico das redes sociais para desnaturalizar e enfrentar o machismo e todas as formas de opressões. São



uma ferramenta de formação, informação e mobilização. O que não quer dizer que esta imune da reprodução do machismo, racismo e lgbtfofia, por exemplo. Os opressores também se apropriaram dessa ferramenta, a pornografia de vingança, ato de expor na internet imagens íntimas sem consentimento é um exemplo. Estima-se que cerca de 90% dos casos de pornografia de vingança atingem mulheres, com idades entre 12 e 30 anos.

Em 2010, com a eleição da 1ª Mulher Presidenta da República, Dilma Rousseff, o Brasil deu um grande salto na equidade de gênero, sendo um dos 19 países do mundo que possui mulher na chefia do Poder Executivo. Outro fato que considero para a nova onda do feminismo no Brasil. Dilma inspira e ajuda a resignificar o lugar da mulher na sociedade. Hoje, as meninas aprendem que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na Presidência da República. Vários programas sócias do governo tem ajudado a empoderar mais as mulheres, como o “Minha Casa Minha Vida”, “Bolsa Família”, “ProUni”, “PRONATEC. Além, do fortalecimento e ampliação da rede de proteção e enfrentamento a violência contra as mulheres.

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC), trouxe no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2015 entre outras questões progressistas o debate de gênero. Cerca de 7 milhões de jovens refletiram sobre a violência contra as mulheres com o tema da redação “A persistência da violência contra a mulher”. Ter uma mulher na Presidência da República faz toda a diferença.

A educação é o um setor estratégico para emancipar a sociedade e combater o ciclo de reprodução das opressões. As bancadas fundamentalistas atacaram duramente a questão de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), combatendo o que intitularam de “ideologia de gênero”, retirando o tema do texto aprovado. Essa ação foi reproduzida nos municípios e nos Estados. O que aponta a necessidade de seguirmos lutando por uma educação não-sexista e libertadora.

O feminismo não tem modelo, nem uma fórmula pronta e acabada. Tanto que é diverso, existem várias correntes feministas. E, hoje esta ainda mais plural. Não existe um único feminismo, mas feminismos. O feminismo tem mudado porque as mulheres mudaram. Todas querem vez e voz para apontar suas demandas e lutar por seus direitos. A definição de ser “mulher” tem se ampliando. Mulher não é apenas quem nasce com uma vagina, por exemplo. A célebre frase de Simone de Beauvoir que caiu no ENEM 2015 já fazia

essa afirmação: “Não se nasce mulher, torna-se!”. Afirmando gênero como uma construção social. As travestis, transexuais se veem como mulheres, são mulheres, sofrem machismo pela identidade de gênero que assumem perante a sociedade e devem ser respeitadas como tal. O transfeminismo esta aí não apenas para afirmar a existência dessas mulheres, mas sobretudo para somar à luta feminista. E, isso só tende a fortalecer nossa luta! Assim como o feminismo lésbico, negro, antiprobicionista, tem ganhado mais visibilidade pautando suas especificidades.

Não é de hoje que nós, mulheres negras, apresentamos a necessidade de enegrecer o feminismo. Falar de mulher negra é falar de duplas, triplas opressões. Sofremos com o machismo, racismo e pela condição social fragilizada que muitas vezes nos encontramos. Ser mulher, negra e pobre, infelizmente, não é uma exceção. Angela Davis, nos Estados Unidos e Lélia Gonzáles no Brasil, pautaram com força a questão racial dentro do feminismo. O feminismo negro, sem dúvida, ajuda a popularizar o feminismo e fazê-lo chegar as mulheres que historicamente mais sofrem as malezas do patriarcado.

Mas, tudo é feminismo! Portanto, o feminismo não é novo, a novidade é a diversidade de mulheres que de acordo com suas peculiaridades tem se organizado para pauta-lo na sociedade e os mecanismo que tem usado, através dos blogs e páginas no facebook, por exemplo. Mas, nas ruas essa diversidade também tem se apresentado com força. Certamente, 2015 é um ano histórico para a luta feminista, foram diversas marchas. Além das históricas passeatas no dia 8 de março, tivemos a 5ª Marcha das Margaridas, reunindo as mulheres do campo, da floresta e das águas, a 1ª Marcha das Mulheres Negras e as marchas das vadias e as marchas do orgulho crespo por todo Brasil. Além, claro da #PrimaveraDasMulheres que levou todas as ruas contra o PL 5069 e pelo #ForaCunha. Ou seja, a diversidade só fortalece o feminismo, só ajuda a fazê-lo chegar a mais mulheres. Todas as mulheres podem e dever ser protagonistas da luta feminista!

POR UM FEMINISMO DE VALESCA POPOZUDA À SIMONE DE BEAUVOIR !

A cultura também sempre foi um instrumento de resistência das mulheres, através da música, das artes plásticas, da literatura, do teatro, por exemplo. Nomes como Pagu, Chiquinha Gonzaga, Cacilda Becker, mulheres à frente do seu



tempo, questionaram as opressões sofridas pelas mulheres. Nos dias de hoje as mulheres do funk e do hip-hop tem mandando a letra. Trazendo à tona os dilemas das mulheres da periferia, enfrentam a violência doméstica, cantam a resistência da mulher negra, o direito da mulher exercer livremente sua sexualidade. A funkeira Valesca Popozuda e Karol Conka, são representantes dessas expressões artísticas, se consideram feministas e sem dúvida tem contribuído para fazer o feminismo alcançar novos seguimentos de mulheres. Elas enfrentam espaços ainda majoritariamente masculinos e machistas. O protagonismo delas nos palcos é simbólico e ajuda a estimular o empoderamento de outras mulheres.

Todas as mulheres podem e devem ser feministas. Não há um “feministrômetro” que meça quem é mais ou menos feminista. Para ser feminista não precisa ter diploma, se quer precisa ter entrado na Universidade. Muitas mulheres são feministas e não sabem. Se você se indigna com a desigualdade salarial entre homens e mulheres, com a encochada no transporte público ou com o PL 5069 do Cunha que reforça a cultura do estupro, você pode até não saber, mas é feminista. Esse é nosso grande desafio: popularizar o feminismo!

E, para tanto devemos superar duas falsas polêmicas: **igualdade x diferenças e luta geral x luta específica.**

Segundo Carla Rodrigues, Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “a reivindicação da igualdade e a garantia das diferenças se combinam na luta feminista por uma sociedade mais justa. Nem a igualdade elimina a diferença, nem a diferença exclui a igualdade. Afirmar a singularidade das mulheres ou defender a igualdade de direitos é o falso dilema que desafia o feminismo.” Outra falsa polêmica no movimento feminista esta entre a luta geral e luta específica. Para Ana Rocha, Secretária de Mulheres do Rio de Janeiro e Dirigente da União Brasileira de Mulheres, “apesar do desgaste, esse enfrentamento contribuiu para elevar o nível de consciência sobre a situação de discriminação e opressão específica da mulher na sociedade e a busca de caminhos para resolver essa questão. Além de aprofundar o amadurecimento sobre o tipo de organização e o caminho a trilhar para total emancipação da mulher.” Ou seja, não há contradição em lutar em defesa da legalização do aborto e em defesa de uma Reforma Política Democrática que assegure mais mulheres comprometidas com a luta feminista no parlamento, por exemplo. Só elegendo mais mulheres teremos mais condições de pautar com força na sociedade debates estratégicos para nossa emancipação como os acerca dos direitos sexuais e reprodutivos.



São grandes os desafios do feminismo na atualidade e requer amplitude para torna-se mais forte e derrotar a onda conservadora que se expressa descaradamente no país, incentivando o ódio e a violência contra as mulheres. Chegamos ao século XXI comemorando vitórias importantes, defendendo os direitos conquistados e lutando por mais avanços. Algumas bandeiras seguem atuais, a luta pelo fim da violência contra as mulheres, salário igual para trabalho igual, legalização e descriminalização do aborto e com a conquista do voto segue a luta pela ampliação da participação das mulheres no parlamento.

O Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aponta um aumento de 54% em dez anos no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. no Brasil, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde. O país tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS que avaliaram um grupo de 83 países. Segundo o DataSenado, Uma em cada cinco mulheres já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar - cerca de 18% das brasileiras. Em 49% dos casos, o agressor é o marido, companheiro ou ex. São 5 espancamentos a cada 2 minutos (Fundação Perseu Abramo/2010), 1 estupro a cada 11 minutos (9º Anuário de Segurança Pública/2015), 1 feminicídio a cada 90 minutos (Violência Contra a Mulher: feminicídios no Brasil (Ipea/2013), 179 relatos de agressão por dia (Balanço Ligue 180 – Central de Atendimento à mulher/ jan-jun/2015), 43 mil mulheres assassinadas em 10 anos, 41% em casa (Mapa da Violência 2012).

Anualmente cerca de 1 milhão de abortos anualmente são realizados no Brasil, segundo a OMS, é a 5ª causa de morte materna de acordo com o Conselho Federal de Medicina. A maioria das mulheres submetidas ao aborto clandestino e inseguro, são jovens negras e pobres que acabam morrendo. O aborto é uma questão de saúde pública! No mercado de trabalho, apesar de possuir cerca de 3 anos a mais de escolaridade que os homens, as mulheres ainda ganham 30% menos ocupando as mesmas funções que os homens. Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que as brasileiras ganham, em média, 76% da renda dos homens.

Quanto a representação política no parlamento, as mulheres são mais de 50% do eleitorado e representam menos de 9% do Congresso Nacional. O Brasil ocupa a 156ª posição do ranking de 188 países no que tange a participação feminina nos parlamentos. Há menos de 100 anos conquistamos o direito ao voto, mas sermos eleitas segue sendo um desafio. Nesse sentido devemos comemorar o fim do financiamento empresarial de campanha sancionando pela Presidenta Dilma na Reforma Política, passo importante na luta contra a corrupção e que descortina um novo horizonte para as candidaturas femininas.

Os dados acima só reforçam a afirmação: o feminismo não é apenas justo mais necessário! Somos assassinadas, recebemos menores salários, por exemplo, exclusivamente pelo fato de sermos mulheres. Há um ódio contra as mulheres que precisa ser combatido e superado. E, só vamos nos livrar das amarras sociais impostas pelo patriarcado quando atualmente derrotarmos o capitalismo, implementarmos mais políticas públicas que construam a igualdade de gênero e sobretudo com o aprofundamento da democracia. Com o avanço do conservadorismo, fundamentalismo e do golpismo no Brasil, os direitos das mulheres, da população LGBT, da juventude e dos trabalhadores retrocedem.

A **#PrimaveraFeminista** deve transformar-se na **#PrimaveraDemocrática** contra qualquer tentativa de golpe e interrupção do mandato da 1ª Mulher Presidenta do Brasil assegurado pelo resultado soberano das urnas pelo voto popular. Voto de milhares de brasileiros. Mas, sobretudo o voto de milhares de brasileiras que confiam na capacidade política de uma mulher no comando da nação e acreditam na força do projeto coletivo que ela representa e que tem mudado a vida das mulheres e do povo brasileiro. As mulheres foram às ruas contra a Ditadura Militar, pela redemocratização do país e em defesa da Anistia. E, mais uma vez somos convocadas à defender não apenas um governo, mas a própria democracia. E, não há nada mais feminista do que defender a democrática!

“PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO QUEM NÃO PODE COM AS MULHERES NÃO ATIÇA O FORMIGUEIRO!”



#LUGARDONEGRO

Campanha Lugar do Negro - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial / Presidência da República

Uma década de políticas de igualdade racial e juventude, para onde caminhamos??

ÂNGELA GUIMARÃES

Socióloga, atualmente Secretária-Adjunta Nacional de Juventude da Presidência da República.

O acúmulo das variadas formas de manifestação da juventude negra nas últimas décadas se constituiu num caldo social que abriu espaço para a conformação de um nítido campo de demandas com atrizes e atores políticos bem delimitados: a defesa dos direitos das políticas públicas voltadas à juventude negra. Campo bastante diferenciado, pois até a bem pouco tempo podíamos identificar as demandas da juventude negra por vezes invisibilizadas ou de forma segmentada – hora temos a luta contra violência racial, a luta por cotas nas universidades, a luta das jovens mulheres negras, a luta em defesa da cultura da periferia – e no extremo



oposto, um campo também em via de consolidação, de defesa de políticas públicas universais com enfoque geracional/juvenil que, embora reconhecendo a diversidade da juventude brasileira, apontava poucas ações concretas em direção à juventude negra. Assim, arriscamos asseverar que após o I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), este campo se alargou e deu passos maiores para o reconhecimento das demandas integrais pleiteadas, o que foi fundamental para a institucionalização das políticas públicas voltadas a essa parcela da população e ao início da implementação de ações visando a garantia dos seus direitos fundamentais.

Compreendendo o Enjune como marco fundamental para o reconhecimento, elaboração e implementação de políticas públicas destinadas à juventude negra de forma mais organizada e sistemática, cabe reconhecer algumas dessas políticas que antecederam ao citado encontro e que serviram como referência e acúmulo de experiência ao processo que se desenrolaria posteriormente.

Para facilitar o entendimento, vamos voltar um pouco na história...

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve o ressurgimento do movimento negro, mais conhecido como o movimento negro contemporâneo. Grandes e importantes entidades surgem neste período, muitas delas com pautas comuns – denúncia da violência policial, do extermínio da juventude negra, da matança indiscriminada de crianças e jovens nas várias chacinas que o Brasil assistiu nas décadas de 1980 e 1990, do racismo na educação, no mundo do trabalho, dentre outros temas – e a grande maioria formada pelas jovens negras e negros de então. Entretanto, diferente de hoje, não havia nitidez do enfoque geracional juvenil naqueles contextos. A denúncia era contra o fenômeno do racismo, havia pouca referência a essas questões como demandas específicas e singulares da juventude negra.

Um pouco mais tarde, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, ganha força a luta pela democratização do ensino superior, em defesa das ações afirmativas, mais conhecidas como cotas raciais. Seminários nacionais de estudantes negros são realizados a exemplo do I SENUN em 1991, diversos núcleos de estudantes negros são formados, comitês pró-cotas são instaurados nas universidades, os movimentos de cursinhos pré-vestibulares para negros/as e população das periferias

são organizados, enfim emerge uma bandeira forte, com poder de grande mobilização e que termina por ser responsável pela entrada de uma importante geração de ativistas jovens negras e negros na arena de debate nacional.

Fazemos referência a esses dois grandes momentos da extensa história de lutas do movimento negro brasileiro, sem desconsiderar a importância de todos os demais para que possamos analisar um pouco do processo que deu origem a uma nova geração de militantes e o protagonismo da pauta da juventude negra no cenário nacional.

O 1º ENJUNE COMO DIVISOR DE ÁGUAS NA LUTA DA JUVENTUDE NEGRA

Superando a cultura de invisibilidade das suas demandas no interior dos outros movimentos sociais, a juventude negra protagonista começou a desenvolver a ideia de forjar um encontro nacional que reúna o conjunto de suas bandeiras, demandas e questões bem como a multiplicidade de suas organizações, redes, fóruns, representações e atores/atrizes e que apresentasse uma linha de ação política para orientar este campo frente aos desafios presentes e futuros.

Assim, nos marcos da organização das Marchas Nacionais Zumbi+10 Contra o Racismo e Pela Vida durante todo o ano de 2005 (digo marchas, porque houve duas, com distintas organizações e idênticas bandeiras, uma no dia 19 outra no dia 22 de novembro de 2005), ganhou força e relevo a ideia de organização de um encontro nacional próprio e específico para debater as questões da juventude negra, antecedido de etapas municipais e estaduais e construído pela base.

Sonho de muitas gerações que nos antecederam e resultado de esforços anteriores, no interior do processo de construção das Marchas Zumbi+10, começou a ser gestado o I Encontro Nacional da Juventude Negra, grande mobilização que revirou o país e que imprimiu definitivamente suas digitais nas políticas públicas formuladas e implementadas desde então.

O ambiente de aprofundamento da democracia vivido desde 2003 contribuiu sobremaneira para a apresentação e o reconhecimento das demandas do campo da juventude negra. Além de todo processo de participação social por meio de conferências nacionais



de políticas públicas temáticas, cabe ressaltar o papel dos gestores e das gestoras de políticas de juventude e das políticas de promoção da igualdade racial nos âmbitos municipal, estadual e nacional que, articulando, pressionando, abriram caminhos institucionais em relação ao tema e conquistaram algumas importantes políticas públicas, parte delas voltadas à juventude negra.

Dito isso, podemos efetivamente considerar o movimento de juventude negra tendo no I ENJUNE o seu divisor de águas, pois esse grandioso processo de mobilização juvenil negra possibilitou a devida pressão e diálogo com os poderes públicos para a efetivação das demandas expostas nas expressivas 702 resoluções do encontro.

Em seguida à realização e como resolução do próprio I ENJUNE, a juventude negra mergulhou no processo de construção e mobilização do primeiro amplo processo de participação social da juventude brasileira, inédito no país, a 1ª Conferência Nacional de Juventude – desenrolado de setembro de 2007 a abril de 2008. Com força total passou a compor as comissões organizadoras municipais e estaduais das conferências, a realizar atos com outros agrupamentos juvenis, estabelecer dias comuns de luta, dentre outros.

Como resultado dessa intermitente mobilização temas relativos à juventude negra, ao combate ao racismo e enfrentamento do extermínio da juventude negra permearam as resoluções de boa parte das conferências municipais e quase todas as conferências estaduais de juventude realizadas em todas as unidades da federação. A 1ª Conferência Nacional de Juventude que contou com mais de 2,5 mil participantes, foi antecedida de 27 Etapas estaduais e Distrital, 841 etapas municipais, 690 conferências livres, 1 Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais resultando numa mobilização de cerca de 402 mil pessoas em todo o seu processo. Mas o melhor ainda estava por vir... e veio!!

DO LEVANTAMENTO DE BANDEIRAS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUAS INTERSECÇÕES

Remete há pelo menos quatro décadas, as reivindicações do movimento negro contemporâneo por

um papel mais afirmativo do Estado no enfrentamento ao racismo que cria obstáculos ao acesso a direitos e à plena cidadania à maioria da população negra e sua inclusão no projeto de desenvolvimento nacional. Entretanto, o que diferencia a época atual das anteriores é a possibilidade de materializar essas reivindicações em políticas públicas. Fato somente possível devido à eleição de um novo conjunto de forças progressistas nas duas eleições de Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010).

Segundo Jaccoud, analisando a emergência do tema do racismo na agenda nacional, foi a intensificação do debate público sobre este fenômeno, desde a década de 1980, que impulsionou a implementação de um conjunto variado de iniciativas. Oriundas inicialmente de governos estaduais e municipais, focadas na criminalização do fenômeno do racismo, preconceito e desigualdades raciais, chegam ao âmbito federal nos anos 2000 e na atualidade com uma variada gama de ações que abarcam desde o estabelecimento de cotas raciais e sociais visando à ampliação do acesso de estudantes negras e negros ao ensino superior, passando por programas de combate ao racismo institucional, programas de diversidade na área educacional com foco na implementação da lei 10.639/03 e até mesmo ações voltadas ao combate às desigualdades raciais no mercado de trabalho. Destaca-se ainda o desenvolvimento de programas e ações voltados à promoção da cultura e da história negra.

Do ponto de vista dos movimentos sociais negros e de sua juventude, começamos o século 21 em preparação para a III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul em 2001, ambiente no qual dezenas de conferências e encontros preparatórios locais, nacionais e regionais, aconteceram e uma das pautas que emergiu com força no cenário nacional foi a reivindicação – consensual do ponto de vista do movimento negro – da adoção de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, ponto relevante na resolução da conferência global da qual o Brasil foi signatário.

Pós-Durban, adensaram-se as mobilizações nacionais em torno da aprovação das cotas raciais nas universidades brasileiras. Ocorreram ocupações de reitoria, marchas em cidades e municípios, manifestos entregues às autoridades competentes, apresentação de projetos de lei, formação de comitês pró-cotas nas



universidades brasileiras e vitórias importantes com a adesão de dezenas de universidades estaduais e federais às políticas afirmativas.

Acriação da Seppirem 2003 e a institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial são marcos político-institucionais fundamentais para que possamos analisar os avanços conquistados e os desafios colocados no nosso horizonte mais próximo.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, a pressão e o diálogo estabelecidos com os movimentos e o compromisso assumido pelo conjunto de forças progressistas que pela primeira vez ascendeu ao poder central do país, começam a produzir resultados: a lei 10639/2003 que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana é sancionada em 09 de janeiro de 2003 e a Seppir pela lei no 10.678/2003 – primeira experiência de secretaria especial com status de ministério destinada a criar, articular e promover políticas de promoção da igualdade racial – é criada em março do mesmo ano junto com o primeiro espaço nacional de participação e controle social das políticas referentes à população negra, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o CNPIR9 (lei 10.678/2003). Chamamos ainda atenção à promulgação do Decreto Presidencial nº 4887 de 20 de

novembro de 2003 que trata da regularização fundiária das terras de quilombos e define responsabilidades dos órgãos governamentais conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988.

Os anos que seguem imediatamente a este conjunto inaugural de legislação e instrumentos normativos se mostram exitosos no sentido de estabelecer os próximos marcos legais, o diálogo institucional e procedimentos administrativos bem como um grande processo de auscultação e participação sociais configurado na I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2005.

Como resultado deste novo momento, ainda em 2003 por meio do decreto 4886/2003 é instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária.

Entre os anos de 2003-2010, período seminal da nascente política de igualdade racial, contabilizamos muitos avanços institucionais com o estabelecimento de marcos legais estruturantes voltados à promoção da igualdade racial, ao enfrentamento do racismo e



à elevação da qualidade de vida da população negra. Pontuamos que ainda neste momento há pouca consistência na implementação de políticas que atendam especificamente às demandas geracionais da juventude negra. Ainda assim cabem os seguintes destaques:

1. *O Decreto 6872 de junho de 2009 que aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como desdobramento das resoluções da I Conapir (2005) e estabelece um conjunto de ações vinculadas aos seguintes eixos, destaco aqui a repercussão da demanda da juventude: educação; saúde; diversidade cultural; direitos humanos e segurança pública; povos e comunidades tradicionais; política internacional; desenvolvimento social e segurança alimentar; infraestrutura; e juventude.*

2. *Em seguida, é aprovada e promulgada após doze infundáveis anos de tramitação no Congresso Nacional, a Lei 12.288 que institui o ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL¹³ que define as principais áreas a serem reconhecidas pelas instituições públicas para a superação das desigualdades raciais e estabelece importantes mecanismos institucionais para a consolidação dessas políticas, como o Sistema Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), o Fórum Interinstitucional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) e as Ouvidorias Permanentes em Defesa da Igualdade Racial.*

Entre 2010 e 2012 dois acontecimentos são fundamentais para elevar um dos pontos cruciais da agenda da juventude negra à condição de política prioritária do Estado Brasileiro. O primeiro diz respeito ao resultado de longa batalha judicial em torno da constitucionalidade das ações afirmativas, mais conhecida como políticas de cotas. É sabido que desde 2002 quando da primeira experiência de adoção de cotas pelas universidades brasileiras, esta ação afirmativa é criticada e combatida por setores contrários, que sempre a questionaram política e judicialmente o que provocou por certo tempo temor de retrocesso na implementação de tão importante medida.

Como resultante de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 impetrada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL)

hoje DEM, o STF procedeu a um julgamento sobre a matéria antecedido de longo debate na sociedade e que gerou grande mobilização social. Ao findar esse processo, em março de 2010, o STF promulga a seguinte sentença FAVORÁVEL à constitucionalidade das Ações Afirmativas rejeitando assim, a ADPF do Partido Democratas.

Decorrente desta vitória de enormes proporções, os movimentos seguiram em mobilização que resultou na aprovação do PL 12.711 - aprovado no Congresso em 2011 e sancionado pela presidenta Dilma, em agosto de 2012 – mais conhecido como a LEI DAS COTAS que regulamenta a reserva de vagas com critérios para estudantes da escola pública, negros e indígenas, definindo em no mínimo 50% o acesso destes às universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio.

3. *O Projeto Farol da Seppir voltado ao desenvolvimento de projetos incluindo jovens negros em situação de vulnerabilidade social e segregação familiar. A iniciativa visava à ampliação do acesso a oportunidades econômicas, sociais, políticas e culturais de jovens com idade entre 15 e 24 anos, em situação infracional ou em conflito com a lei, com baixa escolaridade, expostos à violência doméstica e urbana.*

Ao lado deste seminal processo de implementação de políticas de promoção da igualdade racial, concomitantemente se desenvolveu em assemelhadas circunstâncias históricas, a Política Nacional de Juventude a partir de 2005.

Por meio da lei 11.129/2005 é instituída a Política Nacional de Juventude (PNJ) através da criação de um órgão gestor responsável pela articulação e implementação das ações, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG-PR), um espaço de participação e controle social, o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e um primeiro programa destinado à inclusão social dos jovens mais vulneráveis, o Projovem.

Desde o seu início a PNJ teve por base a visão da juventude como sujeitos de direitos, segundo a seguinte concepção:

“A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade

compreendida entre os 15 e os 29 anos. Sendo tema de interesse público, a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s). Em termos políticos e sociais, os e as jovens são sujeito de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas.” (CONJUVE, 2006.)

A trajetória da política nacional de juventude a partir de 2005 em muito se assemelha à da PNPIR, ou seja, inicia com o estabelecimento de bases/marcos legais para seu funcionamento, institui órgão gestor nacional da política, constitui um conselho nacional, o Conjuve, assimilando a ampla diversidade de temáticas e formas de organização juvenis e realiza amplos processos participativos. Em nossa opinião é esta combinação que possibilita o avanço institucional de ambas as temáticas. No que toca à PNJ precisamos dar relevo e destaque a dois privilegiados espaços de participação social que produziram e continuam a produzir indicações, resoluções, pistas, caminhos e sugestões de estratégias em políticas públicas que venham responder tanto às demandas mais candentes da juventude negra bem como às suas questões mais estratégicas, o Conjuve e as conferências nacionais de juventude.

AS CONFERÊNCIAS E SUAS PRIORIDADES

No bojo desse intenso processo que envolveu a diversidade de coletivos, redes, movimentos e grupos juvenis e não-juvenis, gestores e conselheiros de juventude em todo o Brasil, a juventude negra se organizou, pautou, defendeu, reivindicou, negociou e articulou junto a movimentos e organizações num crescente até que a implementação das resoluções do 1º Enjune fosse votada e aprovada por unanimidade como a prioridade número um da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, conforme texto abaixo:

“Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes.” (CONJUVE, 2008).

Essa aprovação abriu um corredor de

oportunidades e de desafios visando à incorporação definitiva do recorte racial às políticas de juventude bem como do geracional às políticas de promoção da igualdade racial. Vale ressaltar que no período 2003-2010 houve grande contingente da juventude negra organizada no sentido de marcar com essa reivindicação as prioridades definidas por todas as conferências realizadas, especialmente de segurança pública, direitos humanos, educação, saúde, igualdade racial e novamente na 2ª Conferência Nacional de Juventude realizada em dezembro de 2011 em Brasília.

DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE AO PLANO JUVENTUDE VIVA

Tendo por base o grande protagonismo da juventude negra no primeiro e mais amplo processo participativo destinado a debater as políticas a ela relacionadas convocado pelo Governo Brasileiro, Ramos enfatiza que é possível afirmar que o tema da Juventude Negra chega à agenda das políticas públicas de juventude a partir da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em abril de 2008. No momento em que a proposta mais votada entre as 22 prioridades eleitas pelos delegados e delegadas da Conferência foi a implementação das resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (dizia o texto da resolução: “Reconhecimento e aplicação, pelo poder público, transformando em políticas públicas de juventude as resoluções do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE), priorizando as mesmas como diretrizes étnico/raciais de/para/com as juventudes”).

Em sua avaliação, este resultado trouxe impacto positivo para a questão racial no âmbito das políticas públicas de juventude, já que a juventude negra passou a ser a prioridade número um para a principal instância do Governo Federal que trata desta pasta.

Desde então se desencadeou um rico processo de elaboração. Ainda em 2008 o Conjuve constituiu um grupo de trabalho denominado GT Juventude Negra e Políticas Públicas, cuja missão primordial era analisar a resolução número 1 da Conferência e apontar caminhos e mecanismos para sua implementação. Devo admitir que, como coordenadora desse processo à época, isto nos rendeu um trabalho de grande dimensão. Primeiro devido à quantidade e amplitude das resoluções, a saber,



14 eixos e 702 resoluções do I Enjune. Segundo porque sem ter efetivamente um lócus no governo federal responsável por essa interseção “juventude negra” o diálogo se dava constantemente com as presenças da Seppir e SNJ, entretanto dependiam de um conjunto de ministérios nos quais a demanda da juventude negra por políticas públicas se localizava sem que estes necessariamente as considerassem.

Este profícuo trabalho desenvolvido entre os anos de 2008 e 2010, atravessando duas gestões do Conjuve, teve alguns momentos de destacada relevância, dentre os quais a realização do Seminário “Políticas Públicas em Defesa da Vida da Juventude Negra” em 30 de novembro de 2009. Nesta ocasião o Conjuve buscou reunir um número maior de organizações da sociedade em torno do debate de políticas públicas que respondessem à demanda colocada pela 1ª. CNPPJ. O evento debateu o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), o racismo institucional no poder judiciário e serviu como mais um momento de diálogo entre movimentos, conselho e governo bem como o amadurecimento de proposições, sem deixar de lado momentos de tensão e construção de consensos.

O GT Juventude Negra e Políticas Públicas produziu um relatório dos trabalhos com um mapeamento de algumas ações desenvolvidas pelo Governo Federal que apresentavam potencial para atendê-la, propondo uma articulação transversal entre vários ministérios da área social. Destaco deste relatório a indicação da necessidade de implementação emergencial de uma ESTRATÉGIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E GARANTIA DA VIDA E DOS DIREITOS À JUVENTUDE NEGRA, dentro da qual se sobressaiu a urgente necessidade de um PACTO PELA VIDA DA JUVENTUDE NEGRA. Segundo este mesmo relatório esta estratégia precisaria se espelhar no sistema de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes que engloba legislação específica, articulação entre os entes federados delimitando responsabilidades, criação de instrumentos de fiscalização e controle social atuante e orçamento específico para suas ações.

Após o trabalho desenvolvido no âmbito do Conjuve, em setembro de 2010, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) realizou a “Oficina de Combate à mortalidade da juventude negra” contando com a participação de militantes do movimento

de juventude negra, especialistas em direitos humanos, segurança pública, a presença de outros ministérios e organizações parceiras. O objetivo era traçar as diretrizes para a constituição de um Plano de Combate à mortalidade da juventude negra. Esta Oficina reuniu gestores do Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Juventude, além de especialistas em Segurança Pública e Direitos Humanos e militantes do movimento negro.

Um pouco mais tarde, após a realização da I Conferência Nacional de Segurança Pública onde o tema do enfrentamento ao genocídio e extermínio da juventude ganhou relevância e se tornou uma das resoluções prioritárias, em 2011, o Conselho Nacional de Segurança Pública aprovou uma resolução com o tema dos altos índices de morte entre jovens negros, mostrada pelo Mapa da Violência 2011, que apontava que a probabilidade de morte de um jovem negro, entre 15 e 25 anos, é 127,6% maior que a de um branco da mesma faixa etária. A resolução recomendava ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e à Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e à Secretaria de Políticas para as Mulheres a instituição de mecanismos, visando à busca de soluções em relação às políticas públicas de combate a violência letal contra a juventude negra.

Retomando a narrativa de Ramos informamos que no mesmo ano de 2011, sob a gestão da Presidenta Dilma Rousseff, a Secretaria Nacional de Juventude apresentou ao Fórum de Direitos e Cidadania (FDC) a proposta de constituição de uma Sala de Situação de Juventude Negra, com a intenção de construir uma agenda em torno dessa temática.

O referido percurso histórico merece, a meu ver, duas importantes referências. A primeira se deve à estratégia acertada dos movimentos de juventude negra que, ao longo de toda a primeira década dos anos 2000, literalmente ocuparam as ruas e as arenas de debates nas conferências convocadas pelo Governo Federal para aprovar sua pauta dentre as prioridades da ação governamental. Assim aconteceu nas conferências de juventude, direitos humanos, segurança pública, igualdade racial, educação e muitas outras. E a segunda diz respeito ao alargamento e aprofundamento das relações entre a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e o governo federal, nos quais destaco o papel do Conjuve.



Nasce como fruto dessa interlocução inédita a até agora mais vigorosa política pública voltada a reconhecer, identificar e enfrentar o problema da altíssima mortalidade da juventude negra, denominada pelos movimentos como genocídio da juventude negra, o Plano Juventude Viva.

O PLANO JUVENTUDE VIVA E OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Segundo documentos técnicos do próprio plano,

“O Plano Juventude Viva é uma nova iniciativa do Governo Federal para ampliar direitos e prevenir a violência que atinge de forma preocupante a nossa juventude. Com ações de diversos Ministérios, trata-se de uma oportunidade inédita de parceria para municípios e estados se somarem aos esforços de enfrentamento à violência e inclusão social de jovens em territórios atingidos pelos mais altos índices de violência.

Partindo da priorização dos estados com mais altos índices de homicídio de jovens negros, o desenvolvimento do Juventude Viva, a partir do primeiro semestre de 2013, segue estratégia de implementação gradual e progressiva, com o objetivo de atuar de forma coordenada e articulada nos territórios com demandas mais urgentes, por meio de uma ampla pactuação com o poder público e sociedade civil local.”

Com ações, iniciativas e recursos previstos no PPA 2012-2015 o Plano visa atingir as seguintes metas:

- 1) Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência;
- 2) Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra;
- 3) Promover a adesão de todos os estados brasileiros ao Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra;
- 4) Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da Federação.

Assim, em grande consonância com as reivindicações da juventude negra, o Plano articula

programas e ações do Governo Federal e os destina ao público juvenil, em função de sua maior vulnerabilidade, e aos territórios mais afetados pelos altos índices de homicídios. O foco das ações é a criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens nos territórios selecionados; a transformação dos territórios por meio do fortalecimento da presença do Estado com serviços públicos; e o aperfeiçoamento da atuação institucional, a partir do enfrentamento ao racismo nas instituições. Para isso, articula as ações com estados, municípios e sociedade civil e busca firmar parcerias com Judiciário, Ministério Público e Defensorias para a promoção dos direitos da juventude. Atualmente é composto por 44 ações de 11 ministérios.

DESAFIOS

Com este panorama geral da tematização da juventude negra na agenda pública nacional, percebemos que os êxitos contabilizados se devem ao forte protagonismo exercido pela juventude negra na última década bem como ao novo ambiente político descortinado no país consequência da eleição de um conjunto de forças progressistas liderado pelo ex-presidente Lula por duas vezes e por sua sucessora Dilma Roussef.

Contabilizamos um conjunto importante de políticas públicas que tem alterado a vida da juventude negra que, repito, tem se beneficiado do novo momento político e econômico do país por meio da combinação de políticas de crescimento econômico e distribuição de renda, políticas de inclusão social voltadas à parcela mais pobre da população (de maioria negra), aliados às políticas afirmativas de garantia de direitos sociais a uma população comumente invisibilizada pelos poderes públicos. Essa combinação propiciou a retirada de milhões de pessoas da extrema pobreza e a ascensão de expressivas parcelas aos estratos médios da população, e a população negra sobrerrepresentada historicamente na pobreza e miséria foi amplamente beneficiada. As políticas de inclusão no ensino superior a exemplo do Prouni com seus mais de 1,2 milhões de matrículas atenderam a cerca de 49,8% de jovens negros e 52% de mulheres. Data ainda de 2012 a sanção da Lei de Cotas que garante em todas as universidades federais do país a reserva de vagas para estudantes negros na proporção



da população negra e indígena do estado. Ainda no final de 2013 foi aprovada no Congresso e em junho de 2014 sancionada pela Presidenta Dilma a Lei de Cotas no Serviço Público, garantindo a presença mínima de 20% de negros e negras nos concursos públicos convocados a partir desta data.

Acredito que este conjunto de políticas afirmativas ajuda a consolidar uma compreensão coletiva no seio da sociedade sobre a existência de um processo de desenvolvimento desigual que se expressa nos lugares diferentes ocupados pelo diferentes grupos populacionais, a saber, brancos, negros e negras e indígenas e que essa desigualdade precisa ser enfrentada com políticas efetivas a exemplo das ações afirmativas. Ainda que exista uma grita entre a pequena parcela privilegiada (elite) por ter acesso a melhor e maior renda, mais direitos e oportunidades, a maioria da população brasileira hoje é favorável às ações afirmativas e ao enfrentamento às manifestações do racismo cada vez mais visíveis (recentes episódios de racismo no futebol ensejaram a campanha #NãoSomosTodosMacacos, dentre outras) e mais rechaçadas. Todo este ambiente pavimenta uma enorme avenida para a efetivação das leis recentemente aprovadas – em especial o Estatuto da Igualdade Racial, as cotas no ensino superior e nos concursos públicos – e para o aprofundamento de políticas públicas que enfrentem o racismo, promovam a igualdade racial, a cidadania plena à população negra, maioria no Brasil, e com isso garantam à juventude negra uma existência no presente e futuro com acesso aos direitos básicos e elementares.

Entretanto, muitos outros desafios estão postos aos movimentos, sociedade civil organizada, parlamentos, governo e demais poderes públicos, a saber: o de aprofundar as transformações e em outros casos de trazer luz à agenda pública sobre temas e lócus de políticas públicas ainda não enfatizadas, assim como as interseccionalidades que derivam do somatório das discriminações de raça, gênero, classe e geração.

O debate atual sobre as reformas estruturais democráticas que visa promover transformações nos arranjos institucionais das principais instâncias do país precisa ser alçado ao grau de prioridade nacional. É óbvia a insatisfação da maioria da população brasileira com os espaços de representação institucional, não raro completamente alheios às demandas populares e reféns

do interesse privado que se sobrepõem ao interesse público, dado que são estes em grande maioria os que financiam as campanhas e acabam por determinar a composição das casas legislativas e dos cargos executivos em todo o país. Assim, a Reforma Política reveste-se de importância ímpar na restrição da influência do poder econômico nas eleições e a determinação de listas de votação pré-ordenadas por gênero, raça e geração, garantindo uma proporcionalidade de mulheres, negros e jovens nos espaços de representação e decisão política do país. Outra reforma que, devido a sua importância, também ganha relevo e prioridade é a democratização da comunicação com a aprovação de um marco regulatório e de uma lei da mídia democrática que garanta a representação da pluralidade e diversidade das vozes e opiniões brasileiras nos diversos veículos de comunicação bem como desconcentre nossa comunicação que hoje está nas mãos de apenas seis famílias. Outrossim, precisamos combater a visão, em geral estereotipada e estigmatizada, diariamente reproduzida em programas sensacionalistas e de humor, noticiários e novelas que reduzem a humanidade da população negra, criminalizam nossa juventude, deturpam a imagem de homens e mulheres negras e nos aprisionam em lugares subalternizados legitimando toda sorte de violação de direitos à população negra.

Junto às duas reformas citadas somam-se ainda as Reformas Tributária, Urbana, Agrária e da Educação. Todas visando a emergência de transformações profundas que sinalizem para um novo padrão das relações sociais no Brasil, um novo padrão civilizatório onde o bem-estar e a qualidade de vida, garantia de direitos e acesso a oportunidades, justiça social, equidade e distribuição de renda para a maioria da população sejam princípios.

Aproveitando deste espaço privilegiado quero expor uma opinião em defesa da necessidade urgente de a Reforma da Segurança Pública no Brasil ser somada às anteriores, pela emergência do tema e suas consequências diretas no cotidiano de milhares de famílias em todo o país. Dados do Mapa da Violência 2014 corroboram o que há muito foi denunciado pelo Movimento Negro contemporâneo: estamos há cerca de trinta anos ou mais vivendo situações semelhantes a um genocídio da juventude negra no Brasil. Todos os anos são cerca de 56 mil mortos por homicídios no Brasil, destes, aproximadamente 54% são jovens, em sua



O debate atual sobre as reformas estruturais democráticas que visa promover transformações nos arranjos institucionais das principais instâncias do país precisa ser alçado ao grau de prioridade nacional.

maioria (74%) negros e homens (93%).

Esses números exigem tomada de posição imediata por parte de todos os órgãos do Poder Público, mídia e formadores de opinião, movimentos sociais, parlamento e por toda a sociedade, pois sabemos que a indiferença leva à banalização dessas mortes fazendo com que convivamos pacificamente com o dado de que oito aviões caem por mês cheios de jovens negros e isso não gera uma comoção e muito menos uma mobilização nacional para por fim a esta tragédia.

Parte relevante desta tragédia tem assento numa política de segurança pública alimentada por décadas no país que acredita na existência de um inimigo público interno, neste caso o jovem negro, que ademais de sua exclusão do sistema educacional desde as primeiras experiências escolares, a discriminação no acesso ao sistema de saúde, o processo de estereotipia promovido pela mídia, alcança seu ponto máximo no tratamento que lhe confere as forças de segurança do Estado. Via de regra, desconfiança, abordagens violentas, designação como criminoso “em potencial”, perseguições, invasões violentas em comunidades pobres de maioria negra, chegando até mesmo a execuções fora da lei e chacinas são episódios comuns – infelizmente – à trajetória da juventude negra brasileira.

Dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência atestam que para 51% dos entrevistados (as) faz parte de sua trajetória a perda de um familiar ou amigo por meios violentos. Ademais ainda vigora como perverso legado da Ditadura Militar, a denominação “autos de resistência” tornou-se comum para encobrir homicídios praticados

pela PM durante a Ditadura e persiste até a atualidade, sendo usado como justificativa pelas forças de repressão para justificar assassinatos ou lesões corporais de jovens negros ao arripio da lei. Parte das incursões das forças repressivas do Estado nas periferias de todo o país ao contrário de gerar prisões, tem produzido cadáveres aos montes. Em 2011, 42,16% das mortes foram registradas como autos de resistência nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2012 cerca de 540 pessoas foram mortas em confronto com a PM, apenas no estado de São Paulo. Muitas dessas mortes sequer são registradas (gerando altíssimo número de desaparecidos) enquanto outras são registradas como “resistência seguida de mortes” ou “autos de resistência” e nestes casos as mortes sequer são investigadas. Assim, a aprovação do PL 4471/2012 que prevê o fim dos autos de resistência se faz urgente, pois:

- Obriga a preservação da cena do crime;
- Obriga a realização de perícia e coleta de provas imediatas;
- Define a abertura de inquérito para apuração do caso;
- Veta o transporte de vítimas em “confronto” com agentes, que devem chamar socorro especializado; essa medida, já adotada no estado de São Paulo, diminuiu o número de mortes em 39%;
- Substitui os “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte” por “Lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “Morte decorrente de intervenção policial”.

A gravidade dos números acima relatados confere urgência à realização de uma Reforma da Segurança Pública no Brasil alçando a preservação da vida da juventude negra à estatura de prioridade número um do Estado brasileiro e o assento da nossa segurança pública em outras bases. Mudanças institucionais, aprovação de legislação moderna e arrojada, superação do racismo, sexismo e preconceito geracional, formação qualificada e continuada dos profissionais, diminuição da letalidade da polícia, ampliação do seu caráter investigativo, dos investimentos em inteligência e em sistemas de informação, integração das polícias, promoção da segurança preventiva, recuperação da confiabilidade nas instituições, extinção da violência como instrumento de resolução de conflitos, dentre outros objetivos de curto e



médio prazos.

Nem de longe consideramos fáceis as medidas propostas, mas na verdade nada foi fácil até aqui. Propomos uma agenda em parte ousada, porém uma necessidade vital dos nossos tempos. Não podemos perder de vista que precisamos incluir como indicador da nossa recente democracia a preservação de vidas e a garantia de pleno usufruto de suas vidas e construção de trajetórias positivas à juventude negra, até aqui vitimada pelos diversos sistemas políticos e econômicos. Esta é uma condição fundamental para o desenvolvimento do Brasil. Uma vida plena de direitos, no novo Brasil em construção, é possível, também a nós!! Queremos um Brasil desenvolvido, justo e sem racismo!

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: 2003.

BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: 2009.

BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília: 2010.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. Pesquisa Agenda Juventude Brasil, 2013.

CASTRO, Mary. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude; resumo executivo / Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Brasília: RITLA, 2009.

CONJUBE, Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas. Regina Celia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (Orgs). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CONJUBE, Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal. Brasília, 2010. (inédito)

CONJUBE, Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2011.

CONJUBE; SNJ. Caderno de Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho: Juventude em pauta - políticas públicas no Brasil. Peirópolis, 2011.

GUIMARÃES, Ângela. Dilemas da vivência da juventude negra no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho: Juventude em pauta - políticas

públicas no Brasil. Peirópolis, 2011.

NOVAES, Regina; CARA, Daniel; SILVA, Danilo MOREIRA; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs). Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

RAMOS, Paulo. Juventude negra e políticas públicas: uma análise sociológica do histórico das políticas com recorte etário e racial, 2012.

WAISELFISZ, JJ. Mapa da violência 2011. Os jovens do Brasil. Brasília. Instituto Sangari; Ministério da Justiça, 2011.

WAISELFISZ, JJ. Mapa da violência 2014. Os jovens do Brasil. Brasília. Flacso Brasil, 2014.

SITES DE CONSULTA:

MP da Seppir 111/2003
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/111.htm impressao.htm acesso em 20 de maio de 2014.

PNPIR
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm acesso em 28 de maio de 2014.

Decreto do CNPIR
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4885.htm acesso em 31 de março de 2014.

Decreto 4887/2003
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm acesso em 10 de março de 2014.

Decreto da PLANAPIR 6872/2009
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm acesso em 22 de março de 2014.

ESTATUTO IGUALDADE RACIAL
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm acesso em 05 de abril de 2014.

STF
<http://www.stf.jus.br/portal> acesso em 23 de março de 2014.



Intolerância Religiosa e Genocídio da Juventude Negra

RESUMO: Este ensaio se propõe a provocar uma reflexão sobre a violência sistemática e institucionalizada a que está exposta a população negra no Brasil, a partir da análise de dois fatos recentes de violência policial e intolerância religiosa. Essa análise, bastante preliminar, joga luzes no racismo institucional que organiza e opera toda a violência contra o negro brasileiro. Ao final propomos algumas iniciativas para superação do racismo.

Juventude negra. Genocídio. Auto de resistência. Intolerância religiosa.



Temos acompanhado a uma série de barbáries cometidas contra a população negra brasileira nos últimos anos, com um perceptível aumento em 2015. Tem-se a impressão que os ganhos sociais dos últimos anos vieram acompanhados de uma fortíssima reação de um grupo conservador que atua politicamente na desconstrução das conquistas e também no aprisionamento social e mental³ daqueles que são os sujeitos dos avanços conquistados.

Com os direitos sociais fortalecidos na letra da lei, percebe-se uma tentativa da ala conservadora da burguesia de estabelecer um campo de batalha. É como se vivêssemos uma correlação de forças operando surda e mudamente dentro da área da significação, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu⁴.

Em uma breve olhada nos jornais do mês de novembro de 2015, veremos ações de repressão e alijamento sociocultural pululando diante de nossos olhos. Trazemos aqui dois casos paradigmáticos ocorridos em duas importantes cidades brasileiras e representativos da violação sistemática dos direitos humanos da população negra no país.

Um ato de intolerância religiosa materializado com o incêndio criminoso de um templo de religião de matriz africana do Distrito Federal⁵:

Um barracão do templo Axé Oyá Bagan, de religião de matriz africana, foi incendiado na madrugada desta sexta-feira (27/11), no Núcleo Rural Córrego do Tamanduá, entre as regiões do Lago Norte e do Paranoá. O espaço também é conhecido como Casa da Mãe Baiana e fica dentro de uma chácara. As chamas tiveram início por volta das 5h.

Esse é o mais recente caso de ataque a terreiros na região do DF e Entorno. Em setembro, ao menos outros dois templos de religiões afro-brasileiras foram atacados: um em Santo Antônio do Descoberto (GO) e, outro, em Águas Lindas de Goiás (GO). Ambos foram incendiados, sendo que o primeiro já tinha sido alvo de outras ações. (CORREIO BRAZILIENSE, 27/11/2015).

Crimes como este tem sido documentados e denunciados pelo seguimento religioso de matriz africana e por vários movimentos sociais⁶, assim como vem sendo estudado pela academia onde constata-se que grande parte dessas ações são perpetradas por grupos neopentecostais⁷ e se baseiam no mais arcaico fundamentalismo religioso.

Este fundamentalismo está associado à história da formação identitária brasileira, com forte influência da igreja católica em seus

¹ Hamilton Richard Alexandrino Ferreira Dos Santos, **RICHARD SANTOS**, é doutorando em Ciências Sociais no CEPPAC-UNB, mestre em comunicação pela Universidade Católica de Brasília, especialista em História e Cultura no Brasil pela Universidade Gama-Filho, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Metodista de São Paulo. Membro do Observatório Latino-americano da Indústria de Conteúdos Digitais na Universidade Católica de Brasília, diretor da Nação Hip Hop Brasil. No movimento Hip Hop é conhecido como Big Richard.

² **MARIA DO CARMO REBOUÇAS** é Advogada com graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador, Especialização em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia, Especialização em Estado, Governo e Políticas Públicas pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Cursos Complementares pela American University, USA. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da UnB. Foi advogada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em Washington, DC.

³ Ver- Foucault, Michel. Vigiar e punir, 1987.

⁴ Bourdieu, Pierre. Economia das trocas simbólicas, 2013.

⁵ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/11/27/interna_cidadesdf,508302/terreiro-de-candomble-e-incendiado-na-regiao-do-lago-norte.shtml (visualização em 30/11/2015).

⁶ Plataforma Dhesca. <http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/intolerancia-religiosa/>. Dossiê Intolerância Religiosa. <http://intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br/>

⁷ Ver. Rocha, Daniela. "Ganhando o Brasil para Jesus": alguns apontamentos sobre a influência do movimento fundamentalista norte-americano sobre as práticas políticas do

primórdios e nos últimos anos tem sido ressignificado pelos cristãos neopentecostais que por meio de seus cultos, de suas representações políticas e da televisão produzem e massificam conteúdo discriminatório e demonizador do diferente, da identidade contrária à sua, neste caso, os praticantes das religiões de matriz africana⁸.

Este quadro de tensão identitária e de pertencimentos está levando a um processo degenerador do “eu brasileiro” que Amin Maalouf chama de identidades assassinas⁹. Com efeito, o assassinato, o alto risco de morte, o encarceramento e a demonização de sua imagem é algo que tem acompanhado o negro ao longo do processo de construção da história do Brasil. Conforme Fanon¹⁰, a demonização, o imaginário relacionado ao nada, a coisificação do ser humano de origem africana é que parece permitir o assassinato brutal de jovens negros no Brasil, como veremos a seguir.

O segundo caso se relaciona ao genocídio da juventude negra. Conforme notícia publicada pelo jornal Extra do Rio de Janeiro¹¹, no dia 29 de novembro, policiais militares assassinaram cinco jovens negros que saíram para comemorar o primeiro emprego do mais jovem deles, um estudante de 16 anos. Os policiais dispararam mais de 100 tiros contra o carro, todos os jovens morreram. Os policiais alegaram resistência à abordagem policial e tentativa de fuga, caracterizada, desde a época da ditadura, como “auto de resistência”¹².

Policiais fuzilam cinco jovens, desfazem local do crime e tentam registrar ocorrência na DP como auto de resistência. Só este ano houve quatro casos iguaizinhos.

(JORNAL EXTRA, 230/11/2015)

Cinco jovens morreram na noite de sábado após serem baleados no carro em que estavam, na comunidade da Lagartixa, que fica no Complexo da Pedreira, em Costa Barros, na Zona Norte do Rio. De acordo com parentes, as vítimas tinham voltado de um passeio no Parque Madureira e resolveram sair novamente para fazer um lanche, quando foram surpreendidas pelas dezenas de tiros disparados por policiais militares do 41º BPM (Irajá) na Estrada João Paulo. O caso foi registrado na 39ª DP (Pavuna).

(JORNAL EXTRA, 230/11/2015)

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹³, somente naquele Estado, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas pela Polícia Militar em situações formalizadas como auto de resistência. Entre 2009 e 2013, em todo o Brasil, houve 11.197 mortes causadas por intervenções policiais, número maior ao número de pessoas mortas em 30 anos por todas as polícias dos EUA, país com população quase 40% maior que a brasileira.

Dentro deste espectro, dados de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos¹⁴ mostram que as maiores vítimas da violência policial são os jovens. No caso do Estado de São Paulo, 78% das pessoas mortas pela polícia entre 2009 e 2011 tinham de 15 a 29 anos. O Mapa da Violência 2014 esclarece o que já é sabido historicamente pelas famílias negras, o número de negros mortos em decorrência de ações policiais para cada 100 mil habitantes é três vezes maior que o registrado entre a população branca.

A violência a que segue exposta a população negra demonstra que continuamos inseridos dentro de uma

pentecostalismo brasileiro. Revista Horizonte, PUC-Minas, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p.583-604, jul./set. 2011.

⁸ Para um maior aprofundamento deste debate, seria importante consultar o documento produzido por organizações religiosas de vários matizes, contra a intolerância religiosa, e sobre o Estado laico; https://br.boell.org/sites/default/files/fundamentalismo_religioso_e_estado_laico_-_reuniao_ampliada.pdf (visualizado em 30/11/2015).

⁹ MAALOUF, Amin, “Mi identidad, mis pertenencias”, en Identidades asesinas, Alianza Editorial, Madrid, 1999.

¹⁰ Fanon, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

¹¹ Edição do jornal carioca Extra, de 30/11/2015. Leia mais: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/cinco-jovens-sao-fuzilados-dentro-de-carro-na-zona-norte-do-rio-18174696.html#ixzz3tCj6RLZx>

¹² Trancado na Câmara dos deputados desde 2014, o projeto pelo fim dos autos de resistência não avança dentro daquela casa, principalmente por intervenção da bancada da bala, e falta de uma postura determinista do governo em fazê-lo andar, e caminhar para uma possível redução do assassinato de jovens negros no Brasil. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/478917-PROJETO-DO-AUTO-DE-RESISTENCIA-ESTA-PRONTO-PARA-SER-VOTADO-NA-CAMARA.html>

¹³ <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/images/Relatorio%20final%20Autos%20de%20Resist%C3%Aancia.pdf>

¹⁴ http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf



realidade de colonialismo interno, opressor e reprodutor dos signos trazidos pelos antigos (?) colonizadores externos – é a afirmação e continuidade da reprodução dos valores brancos, ocidentais e excludentes. É a afirmação do racismo à brasileira.

A seletividade racial das instituições públicas, as construções simbólicas e discursivas diferenciadas elaboradas em torno das mortes de negros e brancos, os diferentes graus de comoção que as mortes de jovens negros e brancos geram o descaso com relação à intolerância à prática da religião de matriz africana, evidenciam a forte presença do racismo e da discriminação racial na configuração deste triste quadro.

No caso brasileiro, o racismo não é uma questão restrita ao plano individual. O racismo se reproduz no âmbito das instituições, sejam elas públicas, como instituições do Estado ou privadas, como família, igreja, etc.

No âmbito público, o sistema de segurança pública brasileiro reproduz em sua institucionalidade os valores culturais racistas forjados em um passado colonial escravagista. O racismo institucional da polícia brasileira desumaniza os agentes do Estado e extermina o inimigo, que é negro.

Qualquer estratégia que vise garantir a fruição dos direitos humanos dos negros no Brasil deve passar, portanto, pelo combate ao racismo institucional porque é esse racismo que determina qual religião pode ser professada e quem volta pra casa no final do dia. É esse racismo que organiza e opera violência contra negros e negras, suas crenças, valores e cultura.

Nesse sentido, é imperativo que todo o movimento social que luta por direitos humanos se unam à luta do movimento social negro e o de juventude para que se constituam como um grupo de pressão com força suficiente para colocar na agenda política do país o combate à violência sistemática, advinda do racismo institucional, que vem sofrendo a população negra em seu direito à vida, direito de ir e vir e de liberdade religiosa.

Uma proposta de ação dentro de uma estratégia mais ampla seria a de propor ao Governo Federal o

condicionamento de repasse de verba federal para as políticas estaduais de segurança pública, à comprovação de ações efetivas de redução da letalidade de suas polícias. Outra proposta seria de realização de audiência com os Procuradores de Justiça Estaduais para pedir que orientem os promotores a cumprirem a orientação do Conselho Nacional do Ministério Público de combate ao auto de resistência seguido de morte .

Outra possibilidade de atuação seria por meio da internacionalização dos casos de violência sofrida pelos negros brasileiros. Isso poderia ser feito com a formulação sistemática de denúncias junto aos órgãos de supervisão dos direitos humanos como ONU e OEA.

A cada dia que assistimos ao pastor pregando em seus púlpitos eletrônicos (concessões estatais) contra os direitos da maioria minorizada, nos sentimos violentados. A cada ato de violência e intolerância contra os terreiros de matriz africana, nos sentimos violentados. Sempre que um jovem negro morre violentamente devido a ação de um agente público, nos sentimos violentados. A cada vez que as emissoras televisivas reforçam os signos de exclusão, subalternidade e desumanização do ser humano negro, nos tratam como sujeitos invisibilizados , nos sentimos violentados. A cada momento que um desses atos acontece, contribui para o fim do pacto social constitucional que nos reconhece a todos como iguais.

Concluindo, não pretendemos aqui esgotar a discussão sobre a violência contra a população negra nem tínhamos a pretensão de ser exaustivos na proposição de estratégias de superação do racismo no Brasil. O ensaio objetivou uma análise bastante preliminar que deverá ser adensada em outros trabalhos. Consideramos que qualquer proposição de luta para uma verdadeira emancipação social, garantia dos direitos humanos e pelo bem viver da população negra só será possível por meio de coordenação de ações da sociedade civil organizada para cobrar dos entes estatais o cumprimento de seu papel na garantia dos direitos humanos de negros e negras e sejam responsabilizados por suas ações e omissões.

¹⁵ http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf

¹⁶ <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/seguranca-publica-e-dever-de-estado> (visualização em 01/12/2015).

¹⁷ Ver <http://www.cnmp.gov.br/portal/noticia/6446-membros-do-mp-aprovam-projeto-de-combate-ao-autos-de-resistencia?highlight=WyJhdXRvliwiZGUiLCJyZXNpc3RcdTAWZWFuY2lhlwiYXV0byBkZSIsImF1dG8gZGUgcmVzaXN0XHUwMGVhbmNpYSIsImRlIHJlc2lzdFcx1MDBlYW5jaWEiXQ==>

¹⁸ Santos, Richard. Imagem e discurso: uma análise do programa Nova África da TV Brasil. Dissertação. Universidade Católica de Brasília, 2014.

As juventudes no Sistema Único de Saúde: O sonho de um país forte, solidário e saudável

DALMARE ANDERSON BEZERRA DE OLIVEIRA SÁ é Farmacêutico, Especialista Residente em Saúde Mental, Mestrando em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Sergipe, Diretor de Juventude e Direitos Humanos da Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR), Diretor de Saúde da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e Conselheiro Nacional de Saúde pela ANPG

MICHELY RIBEIRO DA SILVA é Secretária Executiva da Rede Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids e Conselheira Nacional de Saúde pela Rede Lai Lai Apejo

Ihictes asinullita dolor at eaque exp.

Em 2015, dois momentos importantes e decisivos para o debate sobre saúde e juventude (ou juventude e saúde) no país, merecem destaque: a 15ª Conferência Nacional de Saúde (de 1 a 4 de dezembro) e a 3ª Conferência Nacional de Juventude (de 16 a 19 de dezembro). Momentos esses, de efetivação da participação social e da construção coletiva em nosso país, que vive o mais longo período de democracia de sua história. É de suma importância que tracemos paralelos destes dois temas a fim de delinear as necessidades da população jovem composta por mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras, cerca de 26% da população total do país e identificar as demandas apresentadas na construção das Conferências de Juventude ocorridas por todo o país e na Conferência Livre de Juventude preparatória para 15ª Conferência Nacional de Saúde (organizada pela Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG, em parceria com a Rede Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids, União Nacional dos Estudantes - UNE e União Brasileira de Estudantes Secundaristas - Ubes, em julho deste ano na cidade de São Carlos).

Para essa análise, teremos como base os seguintes documentos: Documento Orientador de apoio aos debates da 15ª Conferência Nacional de Saúde, Direitos da Juventude Subsídio para o Debate da 3ª Conferência Nacional de Juventude e pela Relatoria da Conferência Livre de Juventude Preparatória para 15ª Conferência Nacional de Saúde: “A juventude por mudanças na Saúde do Brasil, para Cuidar bem das Pessoas”. De formar a traçar dentro dos eixos temáticos da conferência de saúde as pautas da juventude.

EIXO TRANSVERSAL: REFORMAS DEMOCRÁTICAS E POPULARES DO ESTADO

Essa é sem dúvida nenhuma a pauta mais transversal entre todas as conferências que darão vozes as nossas populações. Reafirmar a democracia e o aprofundamento da participação popular no modelo trazido pela Constituição de 1988 são desafios a serem superados no próximo período. Para tal, a Conferência saúde pauta



algumas reformas: política; tributária; do poder judiciário; democratização dos meios de comunicação; reforma urbana e reforma agrária.

A reforma política é sem dúvida a mãe de todas as reformas. As juventudes em junho de 2013 mostraram-se insatisfeitas com os rumos políticos de nosso país. A democracia representativa composta por homens, brancos, empresários, em sua maioria com vários mandatos eletivos e de muitos anos, não representam de fato a pluralidade do povo brasileiro, composto por mais mulheres e homens de todas as etnias, cores, idades, orientações sexuais e religiosas. O sistema político está intimamente ligado ao setor financeiro, barreira superada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, pela ilegalidade da contribuição de empresas em campanhas políticas.

O Reflexo desta situação no Congresso Nacional fez 2014 ser o ano da eleição do congresso conhecido popularmente como “BBB”, composto pelas bancadas da Bíblia, da Bala e do Boi. Representantes dos setores mais conservadores, violentos e ligados ao agronegócio do nosso país, impuseram aos movimentos sociais mobilização constante para barrar a redução da maioria penal, a regulamentação da terceirização em nosso país para atividades fins, a perda de direitos das mulheres historicamente conquistados, bem como de direitos trabalhistas importantes e ameaça sem sombra de dúvida o SUS, com propostas de lei que impõe o retrocesso ao modelo de saúde vigente nos anos 80, no qual pessoas sem carteira de trabalho assinada eram tidas com indigentes, foco da caridade das antigas Santas Casas.

As demais reformas visam diminuir desigualdades históricas de nosso país. Estão intimamente ligadas ao sistema político responsável, não em pensar uma nação forte e soberana que seja para todos, mas em manter o status quo de sociedade desigual. Uma das grandes maneiras de se manter isto é através de uma tributação regressiva onde quem ganha menos paga mais, pois os principais impostos no país se dão no consumo e não na renda. Impostos que corroem o salário dos trabalhadores e trabalhadoras do país. As grandes fortunas, os artigos de luxo, as heranças, possuem taxas irrisórias em nosso país. E a corrupção por sonegação retira bilhões de reais dos cofres públicos que poderiam ser investidos a fim de possuímos serviços públicos de qualidade.

Para manter essa lógica, esse sistema conta ainda com uma mídia conservadora que se coloca contra toda e qualquer conquista do povo, sem a coragem de mostrar um país que se transformou nos últimos 12 anos, que ainda tem

muito para avançar, sem dúvida, mas que dentre suas maiores vitórias saiu do mapa da fome mundial de miséria através do maior programa de distribuição de renda do mundo. Essa mídia se coloca acima do bem e do mal e se disfarça de imparcial, mas alcança um quantitativo de pelo menos 90 milhões de brasileiros e brasileiras. Ela ainda se opõe a formas de comunicação populares, tais como emissoras de tv locais e regionais que não sirvam a seus interesses e rádios difusoras, que poderiam dar cara nova à comunicação da população. Essa mídia arcaica e dominadora, não aceita que governos populares se mantenham a tanto tempo, no Brasil e na América Latina, bem como subestimou e foi surpreendida pelo poder de comunicação provocado pela internet.

A superação destes desafios e a efetivação de um estado democrático solidário e soberano tem interface com as lutas do povo. Saúde, juventude, assistência social, luta das mulheres, movimento negro, LGBT e tantas outras bandeiras devem ser formas de fortalecer os movimentos sociais e suas bases populares. A efetivação de um Brasil para todos depende do entendimento da população dos direitos historicamente alcançados a custa de muitas vidas e muita luta. Somos uma jovem nação democrática, temos um jovem sistema de saúde. Dependemos da JUVENTUDE para sonhar cada vez mais com um BRASIL forte, solidário e saudável.

I. DIREITO À SAÚDE, GARANTIA DE ACESSO E ATENÇÃO DE QUALIDADE

Considerando o Brasil como único país de dimensões continentais com mais de 100 milhões de habitantes a oferecer um sistema universal de saúde, é de fundamental importância que se desconstrua a lógica de segregação para efetivação das políticas de atenção e do cuidado em saúde. É preciso refletir com a comunidade como se dá o acesso e a qualidade dos serviços prestados a fim de melhorar tanto a perspectiva de acesso aos serviços existentes, quanto a distribuição de novos equipamentos sociais, conforme a demanda e necessidades da comunidade, tendo por base evidências.

Faz-se necessária a compreensão de que saúde não é apenas uma oposição a doença, mas um estado de bem-estar social, para entender que a garantia do acesso e atenção de qualidade devem levar em conta as determinações sociais as quais nossa população está sujeita. Inserida neste contexto a nossa juventude, ou melhor, nossas várias juventudes que se diferenciam pelas questões socioeconômicas, étnicas, culturais, de gênero, orientação sexual, diferentes deficiências, e outras especificidades, precisam ter reconhecidas suas demandas



particulares para que tenham acesso igualitário, equânime e digno a saúde.

Como superação deste desafio o fortalecimento de profissionais que trabalham na atenção básica para atuação junto as escolas, comunidades e espaços tradicionais da juventude é de extrema importância. Trazendo ao debate questões sobre sexualidade, tendo em vista o agravamento da epidemia de AIDS entre os mais jovens; problemas relacionados a saúde mental, tais como o uso e abuso de álcool e outras drogas, mas também as dificuldades emocionais que são características desta faixa etária e que vem elevando o número de suicídios cometidos por essa população; é também tema corrente a violência, apresentando índices de 91% dos homicídios ocorridos no ano de 2014 entre a população jovem, masculina, negra e de periferia; entre outros assuntos.

II. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Reside na juventude alguns dos grandes motores propulsores de mudanças da nossa sociedade. A nossa juventude teve participação protagonista em diversos momentos de nossa história: resistência à ditadura militar, Fora Collor, Passeatas de junho de 2013, Aprovação dos 10% do PIB para educação e, mais recentemente são os atores das principais manifestações em defesa da democracia e contrárias aos retrocessos sociais que assombram o país (redução da maioria penal, proibição da pílula do dia seguinte, retirada de direitos das mulheres, etc).

A juventude em junho de 2013 manifestou desejo de mudança, cobrou por serviços públicos de qualidade na saúde, na educação, e na mobilidade urbana, entre outros direitos. No entanto, a juventude ainda não possui pleno conhecimento das formas de participação social criadas na nossa jovem democracia. Mais do que um alerta, essa mensagem é um aviso de que nosso sistema de controle social não agrega os pensamentos dos mais jovens, os conselhos de saúde (municipais, estaduais e nacional) não se esforçam para ter a participação dos diversos movimentos de juventude existentes (estudantil, culturais, entre outros) em seus espaços de deliberação e, muitas vezes não promovem o diálogo sobre questões pertinentes a sua população. O próprio Conselho Nacional de Saúde possui apenas uma cadeira para movimento estudantil que deve representar a pluralidade da juventude, o resultado é que apenas 4 dos 144 conselheiros possuem a faixa etária de 18 a 29 anos.

Ampliar a existência de conselhos populares e trazer as juventudes para estes espaços são desafios do controle social no próximo período, a fim de que a grande força de mobilização e a capacidade de sonhar, inerente as juventudes, nos contribuam

na defesa do Sistema Único de Saúde.

III. VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

O Brasil possui um contingente de cerca de três milhões de trabalhadores e trabalhadoras atuando no setor saúde, este número apesar de expressivo não alcança a totalidade de nossa população devido à alocação desigual dos profissionais de saúde, principalmente nos centros urbanos e em seu entorno. Temos no Brasil, verdadeiros vazios sanitários, que começam a ser superados após a criação do departamento de provisão estratégica de profissionais de saúde e da organização dada pelo Programa Mais Médicos para o Brasil. Contudo, é necessária uma carreira de estado única para saúde, para que jovens profissionais possam ser alocados em áreas com necessidades sociais e possam progredir ao longo de sua vida profissional dentro do setor saúde, de forma organizada e igualitária.

Temos ainda incontáveis cursos de saúde oferecidos à população através das instituições de ensino superior, das escolas de ensino técnico e das residências (em área profissional de saúde e médica). Muitos destes cursos não oferecem a devida qualidade e não compreendem a lógica da inserção no SUS desde os primeiros anos do curso como prioritária para formação dos profissionais de saúde. Devemos formar profissionais que entendam o sistema de saúde e toda sua base de integralidade, equidade e universalidade, bem como devem compreender o modelo de saúde em equipe que procura ver o usuário do SUS de forma plena, e ao mesmo tempo dividir responsabilidades de cuidado através de uma ação multiprofissional. Para superação deste paradigma faz-se necessária a adequação dos cursos às diretrizes profissionais que procurem visualizar esses desafios para fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Outro ponto importante da formação de jovens trabalhadores e trabalhadoras em saúde são as residências, as quais são formas de educação continuada e permanente em saúde, que ocorrem no e para o SUS. Representam hoje importantes programas para efetivação das políticas de saúde e para entrosamento das redes de atenção em saúde em implantação, tais como: psicossocial, saúde da mulher, urgência e emergência. Potencializar esta modalidade de formação é um fator que pode auxiliar no fortalecimento do sistema, mas há de se questionar como está o acompanhamento da inserção destes jovens profissionais nos cenários de prática, se essas pessoas não estão sendo utilizadas como mão-de-obra barata pelos serviços de saúde. Nesse âmbito é importante questionar qual tipo de formação que está sendo oferecida aos mesmos, bem como pensar qual a função do egresso da residência no sistema



de saúde? Tendo em vista o investimento público que é feito no período de dois anos na forma de bolsa.

IV. FINANCIAMENTO DO SUS E RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO

Uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988, foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) universal, integral e que enfrentasse as situações de desigualdades vivenciadas historicamente pelo nosso país. Porém, desde sua criação, o SUS enfrenta dificuldades para sua efetivação devido ao subfinanciamento.

Um dos agravantes para este financiamento inadequado vem da ausência de obrigatoriedade mínima para o financiamento federal, na ocasião da aprovação da Emenda Constitucional 29, em 2000, que fixou valores mínimos de investimento para estados (12%) e municípios (15%), mas que não apresentou o mínimo percentual a ser investido pela união, apresentando apenas que ela deveria investir o mesmo percentual do ano anterior, acrescido crescimento do PIB do ano vigente. Na prática isso significou o “congelamento” dos investimentos em saúde pela união, mesmo que naquele momento existisse a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Criada inicialmente para financiar o SUS, a CPMF teve seus recursos absorvidos pela União, não sendo investidos efetivamente em saúde. Em 2007 quando o governo previu compromisso de redirecionamento de seu investimento para financiar o sistema de saúde, a mesma foi derrubada por setores da sociedade que não tem compromisso o êxito de um sistema de saúde público e equânime no país.

Atualmente o governo federal coloca novamente em pauta a possibilidade da volta de um imposto sobre movimentações financeiras que auxilie o financiamento do Sistema Único de Saúde, chamado então de Contribuição Interfederativa da Saúde. O que além de ampliar o investimento da união também complementaria o investimento de municípios e estados.

Setores conservadores da sociedade já se organizaram para atacar esta proposta que atingirá majoritariamente a população historicamente mais favorecida, que se coloca contra a volta deste imposto. Outros setores, também das classes abastadas, tem defendido a volta de um imposto semelhante para gerar superávit primário.

Estes setores não fazem uma análise real do quanto custa um sistema de saúde do tamanho do proposto para o Brasil e atribuem que os problemas apresentados pelo sistema

se dão apenas devido a má gestão dos recursos existentes. Não levam em conta que países que possuem sistemas robustos de saúde como Inglaterra e Canadá investem mais de 9% de seu PIB em saúde pública, o Brasil investe apenas 3,9% em um sistema que se propõe a ser universal e prestar atendimento integral a sua população e que atende hoje a mais de 150 milhões de brasileiros, que dependem exclusivamente dele. Tal qual assinala o documento “O atual quadro de subfinanciamento do SUS no contexto da Emenda Constitucional nº86 e do ajuste fiscal”, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) na sua reunião plenária de agosto de 2015.

Desta forma, debater novas fontes para o setor para o financiamento adequado, auxiliando o alcance de investimento de 10% do PIB para a saúde pública, tal qual previa o projeto de lei de iniciativa popular Saúde+10 é prioritário e exige de toda a juventude o esforço para realização deste objetivo. Tendo compreensão dos impactos positivos de saúde que a estruturação do SUS pode gerar as populações futuras.

Nesse sentido apresentamos para combater os efeitos negativos do subfinanciamento do SUS curto prazo, devem ter ações no sentido de apoiar a aprovação da Proposta Emenda Consitucional (PEC) 01/2015 – que modifica a Emenda Constitucional nº 86/2015 por meio do aumento do valor da aplicação mínima da União para 19,2% da Receita Corrente Líquida; Defesa a criação de uma contribuição sobre as movimentações financeiras (nos moldes da CPMF) e a taxação sobre grandes fortunas como novas fontes exclusivas para o SUS.

V. GESTÃO DO SUS E MODELOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

A mudança da assistência à saúde de um modelo médico-hospitalar para um centrado no usuário (“paciente”), cuja porta de entrada principal se dá pela atenção básica, que é considerada ordenadora do serviço, ainda não está consolidada. A organização em redes de atenção à saúde que incorporam a linha do cuidado, pensando a integralidade das ações somente surtirá efeito se a atenção primária for organizada a partir das necessidades da comunidade e não como reflexo de ofertas baseadas em interesses econômicos e políticos.

É importante considerar que 70% dos municípios brasileiros são considerados de pequeno porte e que não terão a capacidade de oferecer todos os serviços de saúde necessários ao cuidado integral a população. A organização de redes de saúde dentro de regiões de saúde (cidades circunvizinhas que dividem determinados serviços de saúde), que pensem formas adequadas na integralidade do cuidado é prioridade para efetivação do Sistema. Às cidades menores ficam delegadas



principalmente as ações ligadas a atenção básica, ações de promoção e prevenção a saúde.

Um grande desafio colocado às cidades de pequeno porte é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede que os gestores invistam de forma adequada na mão-de-obra dos trabalhadores da saúde. Para driblar a lei alguns gestores tem optado por métodos de terceirização do SUS, criando Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Públicas e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para ampliar o quadro de funcionários e facilitar o uso do dinheiro público, fugindo da Lei de Licitações. Estes modelos, porém, precarizam os trabalhadores e trabalhadoras do SUS e são portas abertas para corrupção, cobrança de produtividade dentro de um sistema que se propõe a ser “humanizado” e fuga da lógica de superação da desigualdade social na qual o SUS foi concebido. Para além disso, essa precarização afeta diretamente aos usuários e usuárias do Sistema de Saúde, devido a ausência de comprometimento dessas instituições em prover atendimento adequado, ficando mais distantes da fiscalização e participação da comunidade sobre o atendimento que lhe é oferecido.

VI. INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO SUS

O desafio de divulgar de fato o modo de funcionamento do SUS ainda não foi superado, uma das preocupações é que de fato ele nem foi colocado na agenda da sociedade como um todo. Não apenas por falta de interesse dos gestores, mas devido aos constantes ataques nos diversos setores da mídia conservadora, criando um inconsciente coletivo de que o sistema público e universal de saúde, não presta.

Pesquisas demonstram que aqueles que mais duvidam do SUS, não são usuários que utilizam cotidianamente os serviços ofertados. Como chamamos não são “SUSdependentes”. Desses, a maior parte dos usuários estão satisfeitos com seu atendimento, apresentando sugestões para sua melhoria. Se buscarmos por tempo de espera nas filas de planos de saúde e nas filas do sistema de regulação do SUS, iremos nos espantar com a semelhança de tempo entre as duas, sendo que o SUS atende a 75% da população com uma renda per capita de cerca de R\$800, enquanto os planos possuem cerca de R\$ 2000. Vale ressaltar ainda que os atendimentos de alta complexidade são praticamente 100% SUS em nosso país, como a radioterapia, o transplante de órgãos, medicamentos de alto custo.

A efetivação de uma política de comunicação do SUS é urgente, esta política deve dialogar sobretudo com a

infância, de modo a educar as crianças e adolescentes sobre o funcionamento do SUS; bem como evidenciar a importância do diálogo sobre os diversos temas com a juventude, muito além da sexualidade, mas as questões ligadas a alimentação saudável, uso de álcool, tabaco e outras drogas, o funcionamento dos serviços, os mecanismos e as formas de participação social, entre outros.

Criar sistemas que facilitem o diálogo jovem com o sistema bem como seu uso poderá ser um alicerce para consolidação e efetivação de políticas para esta parcela da sociedade, mas também será um passo importante para efetivar uma população ciente de seus direitos e da forma de utilizar o sistema.

VII. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO SUS

O tema é muitas vezes negligenciado dentro da amplitude e complexidade do debate sobre política de saúde, porém é necessário o investimento maciço em ciência e tecnologia nas áreas estratégicas da saúde (produção de medicamentos, desenvolvimento dos componentes humanos do cuidado, entre outras), tendo em vista a importância da temática para soberania nacional e para o bem estar do conjunto da população.

Para consolidação do SUS é necessário o desenvolvimento de tecnologias de ponta para baratear o custo dos insumos utilizados, principalmente os ligados a produção de medicamentos; são necessárias também tecnologias sociais que facilitem as formas de construção de diálogos com a população e que permitam maior difusão das informações necessárias utilização de forma correta do sistema.

Para além disso, estruturar estratégia em Ciência, Tecnologia e Inovação do SUS, devem ser pensado desenvolvimento que acompanhe as necessidades das usuárias e usuários do Sistema, como prioritários para a implantação e implementação de inovações que considerem, também, os saberes populares e as diversidades na multiplicidade da população brasileira, garantindo assim, atendimento de forma igualitária à todas as populações atendidas pelo sistema público de saúde.

Pensar um sistema robusto de ciência e tecnologia para o SUS é pensar no desenvolvimento da indústria nacional e do Brasil como um todo, tendo em vista o valor bilionário gasto pelo setor saúde anualmente. É sem dúvida nenhuma, uma forma de não ficar à mercê do mercado externo que não pensará o bem estar social da nossa população, mas sim o lucro recebido em cima da nossa carga de doenças.

VOCÊ FAZ PARTE DESSA CONSTRUÇÃO.



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**

A CENTRAL SINDICAL QUE MAIS CRESCE NO BRASIL



Quem produz a informação que está na **rede**?

Portais noticiosos e Google controlam 75% do tráfego de internet no Brasil, a resistência a essa concentração passa pela produção de conteúdo independente e pela organização coletiva.

LUANA MENEGUELLI BONONE¹

128 PESSOAS foram assassinadas por um grupo extremista em Paris no último 13 de novembro, causando grande comoção em todo o planeta. De fato foi um fato terrível, digno de indignação por parte de todos os povos. Entretanto, a mesma comoção não ocorreu em 2 de abril, quando mais de 140 quenianos foram mortos em suas moradias universitárias por integrantes do grupo islâmico Al Shabaab (vinculado à Al Qaeda), que faziam apenas uma pergunta antes de fuzilar centenas de jovens: “você é cristão ou muçulmano?”.

Não se trata de medir as emoções ou condenar o sentimento de impotência, tristeza ou indignação diante de tais ataques. A questão é: por que uma informação chega a todo o planeta, com cobertura ao vivo, milhões de artigos, charges e informações detalhadas distribuídas por todos os meios de comunicação, e a outra não? Por que não são divulgados o financiamento de países como Estados Unidos ao surgimento da

Al Qaeda de Bin Laden, ou da Inglaterra e mesmo da França ao surgimento de grupos similares, com armas e recursos destinados grupos caracterizados como “rebeldes” no Oriente Médio? Por qual motivo não recebemos informações sobre os ataques a civis (cidadãos comuns, como eu e você) feitos por drones² militares de países poderosos na Líbia e na Síria?

A resposta é ao mesmo simples e complexa. Simples porque trata-se de uma relação direta entre comunicação e poder, à medida que as grandes empresas de comunicação são empreendimentos bilionários que trabalham com informação e entretenimento, de forma que o conteúdo veiculado está ligado a este aparato de dinheiro e poder de maneira inextricável. E complexa porque apenas o fato de ser uma indústria bilionária não explica o fato das pessoas que trabalham para essas empresas adotarem sua ideologia, sua visão de mundo. Quer dizer, os jornalistas não fazem as matérias como fazem porque são obrigados,



trata-se de uma construção de discurso e de visão profissional bastante sofisticada. As pessoas escolhem dar mais visibilidade a um evento (ou tragédia) do que outro porque estão convencidas de que umas vidas são mais importantes do que outras, em última instância. São redes diversas de relações que se misturam e se complementam em meio à profusão de informações e discursos que invadem a nossa realidade e pulam sobre a tela a cada momento, formando uma visão de mundo em que tudo é consumível e, portanto, descartável – tudo e todos.

NOVAS TECNOLOGIAS

Esta rede é ainda mais complexa nos dias atuais, cheios de dispositivos móveis, aparelhos minúsculos ou com telas imensas que nos apresentam a possibilidade de navegar por qualquer conjunto de informações que desejarmos. Tablets, smartTVs, smartphones, iphones, notebooks, netbooks e mais uma infinidade de novas tecnologias que nos permitem estar conectados a todo instante, tornando obsoleta a ideia de divisão entre real e virtual. O virtual compõe a realidade tanto quanto a tecla do computador onde digito este texto agora. E as possibilidades de busca por informações parecem infinitas neste mundo digitalizado e conectado. Entretanto, não podemos ignorar que para uma informação circular ela precisa ser produzida... alguém precisa ter colocado a informação lá – seja na página da revista, no site ou na rede social.

Cresce o uso da internet no Brasil, inclusive plataformas e aplicativos que permitem ao usuário produzir sua própria informação. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, conduzida pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), 51% dos entrevistados ainda não utilizam a internet, contudo, entre os usuários, a exposição é intensa: 76% das pessoas acessam a internet todos os dias, com uma exposição média diária de 4h59 de 2ª a 6ª-feira e de 4h24 nos finais de semana. O percentual é alto também entre os jovens (até 25 anos): 65% deles acessam internet todos os dias. Essas pessoas estão em busca, principalmente, de informações (67%) – sejam elas notícias sobre temas diversos ou informações

de um modo geral –, de diversão e entretenimento (67%), de uma forma de passar o tempo livre (38%) e de estudo e aprendizagem (24%), de acordo com a pesquisa.

É importante notar que há gargalos para o uso da internet: além da falta de interesse (43%), a falta de habilidade com o computador (41%) – que afeta as pessoas mais velhas e menos escolarizadas –, a falta de necessidade (24%) e os custos que envolvem o uso das novas mídias (14%) – que impacta os mais pobres – estão entre as principais razões pelas quais muitos brasileiros não utilizam as novas mídias. Para ilustrar melhor, cabe ressaltar que, entre os entrevistados com renda familiar mensal de até um salário mínimo (R\$ 724), a proporção dos que acessam a internet pelo menos uma vez por semana é de 20%. Quando a renda familiar é superior a cinco salários mínimos (R\$ 3.620 ou mais), a proporção sobe para 76%.

Entre as redes sociais e os programas de trocas de mensagens instantâneas mais usadas, estão o Facebook (83%), o Whatsa-pp (58%), o Youtube (17%), o Instagram (12%) e o Google+ (8%). O Twitter, popular entre as elites políticas e formadores de opinião, foi mencionado apenas por 5% dos entrevistados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015.

O PODER DA TELEVISÃO NO BRASIL

No Brasil, embora a internet e principalmente as redes sociais tenham se tornado rapidamente parte do cotidiano das famílias, a televisão ainda se mantém como um instrumento poderoso de informação e entretenimento. No ano de 2013, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, revelou a existência de 65,3 milhões de domicílios no Brasil, com a média de 3,1 moradores cada, sendo 85,6% deles em zona urbana (IBGE, 2014). O último Censo havia contabilizado 190.732.694 habitantes, em 5.565 municípios (IBGE, 2010). A televisão aberta está presente em impressionantes 97,2% deles – percentual maior do que o de domicílios com abastecimento de água, por exemplo: 93,5% (IBGE, 2014). Quanto à TV por assinatura, de acordo com os dados da Anatel de maio de 2015, atinge 18.155.003 assinantes em 28.049.183 domicílios, distribuídos em 448 municípios (ANATEL, 2015)

¹ Luana Meneguelli Bonone tem 33 anos, é jornalista, mestra em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e secretária regional adjunta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na área que abrange RJ e ES.

² Drones são veículos aéreos não tripulados. Neste caso, são aviões de guerra que não necessitam de pilotos para levar bombas até o local que se pretende destruir.

– o que representa 8,05% do total.

Embora o acesso a TV por assinatura no Brasil ainda seja muito restrito quando comparado à TV aberta, esse é um mercado em expansão³, um novo modelo de negócio que tem potencial para impactar inclusive a própria TV aberta. No artigo “Nas pegadas da TV digital: como e por que o capital reinventou a televisão”, o professor da UFRJ Marcos Dantas debate o desenvolvimento da TV Digital em diversos países e as disputas políticas e econômicas em torno deste processo. Em suas conclusões, o pesquisador afirma que “a partir dos anos 1980, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, a TV por assinatura começou a tomar audiência da TV aberta por oferecer ‘canais’ segmentados,

política, cultural ou ambas. Os Estudos Culturais conduzidos na América Latina também afirmam a importância dos meios de comunicação de massa nas relações que se estabelecem em uma determinada sociedade. Segundo tal corrente teórica, tendo como referência Stuart Hall (1980), os meios de comunicação de massa oferecem uma representação da realidade social, que influencia e é também influenciada pela opinião pública (WOLF, 2005). As disputas simbólicas são importantes no sentido de resistir a hegemonias que padronizam os indivíduos e subjugam os povos, conforme ilustra o emblemático desenho do uruguaio Torres-García “América invertida”, de 1943, que deslocou o mapa da América do Sul (BRAGANÇA, 2011), reproduzida a seguir.



Legenda: Reprodução da ilustração “América invertida”, de Joaquín Torres-García (1943), exposta no Museu Torres-García, em Montevideu (Uruguai).

Dados fornecidos pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE, 2015) dão conta de que, na TV por assinatura, há maior presença do conteúdo estrangeiro em relação ao conteúdo nacional. A Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que organiza o funcionamento das operadoras de televisão a cabo por assinatura, previu a destinação de um canal para o conteúdo nacional (BRASIL, 1995). O Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1997, regulamentou a Lei do Cabo e determinou que as operadoras ofertassem ao menos um canal exclusivo para obras cinematográficas e audiovisuais de produção independente (BRASIL, 1997).

filmes e séries hollywoodianos, esporte e demais conteúdos de entretenimento”. (DANTAS, 2007, p. 74). Atualmente, a TV por assinatura abocanha cerca de 90% da audiência nos Estados Unidos.

Apenas em 2011 foi aprovada uma lei para regular o conjunto do que se chamou Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)⁴, a TV por assinatura. Trata-se da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Tal legislação é bastante abrangente em termos de regulação, mas chama a atenção uma obrigatoriedade em especial colocada aos órgãos regulados: a veiculação de programação brasileira, incluindo quantidade de horas reservadas em horário nobre,

Além de um grande nicho de negócio que vive um momento importante de disputas em todo o globo, cabe ressaltar que a indústria do entretenimento tem um papel fundamental em termos de disputa de hegemonia, seja

³ Entre 2004 e 2014, a população brasileira aumentou 11% e o número de assinantes de TV, 420% (ANCINE, 2015). Para mais sobre os números da TV por assinatura no Brasil, conferir a página eletrônica da ABTA: <http://www.abta.org.br/dados_do_setor.asp>. Acesso em 20 set 2015.

⁴ Serviço de Acesso Condicionado: serviço de telecomunicações de interesse coletivo prestado no regime privado, cuja recepção é condicionada à contratação remunerada por assinantes e destinado à distribuição de conteúdos audiovisuais na forma de pacotes, de canais nas modalidades avulsa de programação e avulsa de conteúdo programado e de canais de distribuição obrigatória, por meio de tecnologias, processos, meios eletrônicos e protocolos de comunicação quaisquer.

⁵ A Diretiva do Serviço Audiovisual está disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:095:0001:0024:PT:PDF>>.



assim como exigência de que parte desta programação seja de produtoras brasileiras. Além disso, a exigência de que as operadoras ofertem canais brasileiros foi ampliada.

Há alguns exemplos internacionais de proteção ao audiovisual, como o modelo da União Europeia, que define a veiculação de cotas mínimas de conteúdo produzido no bloco, conforme a Diretiva do Serviço Audiovisual⁵, ou o modelo que vigorou nos Estados Unidos de 1970 a 1995 por decisão da Suprema Corte, limitando as horas de programação produzidas pelas próprias redes, de modo a permitir o florescimento de um mercado independente⁶. Mesmo no Brasil, a própria Constituição Federal determina a criação de percentuais que contemplem a presença de conteúdo nacional regional e independente na televisão e em qualquer meio de comunicação social eletrônica, na forma da lei – ainda que este artigo esteja pendente de regulamentação há 27 anos. Entretanto, salvo melhor informação a respeito, não há legislação equivalente à Lei 12.485/2011 em termos de estabelecimento de cotas de programação nacional em TVs pagas. Políticas como essa fomentam a produção nacional e interferem diretamente na conformação deste modelo de negócio no Brasil. Entretanto, outras novidades como vídeo por demanda ainda carecem de regulamentação – o Netflix sequer paga imposto no país ainda. E mesmo atividades muito antigas, como a televisão aberta e o rádio, carecem de um marco regulatório minimamente republicano, afinal, nenhum dos artigos da Constituição de 1988 que tratam de Comunicação foi regulamentado até hoje. Dessa maneira, embora muito positiva e travando uma disputa fundamental, a lei 12.485/11 não passa de uma gota no oceano.

CORONELISMO ELETRÔNICO

É pela ausência de regulação e pela concentração dos meios de comunicação de massas nas mãos de poucas famílias que pesquisadores da UFRJ dão o nome às relações entre mídia e poder no país de “Coronelismo Eletrônico”. O fenômeno diz respeito à posse e utilização política de estações de rádio e de televisão por grupos familiares das elites políticas locais ou regionais. Para que se entenda

melhor do que trata este conceito, é importante apresentar os dados divulgados pela Revista Fórum a respeito do projeto “Donos da Mídia”, que cruzou informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre os anos 1987 e 2008, e levantou que, até 2008, 271 políticos estavam ligados, direta ou indiretamente, em negócios com 324 empresas de comunicação. A pesquisa também atenta para o fato de que o governo José Sarney (1985-1990) foi o campeão de outorgas de rádio e TV: 527 concessões e permissões de emissoras de rádio e TV e, a maior parte das concessões foram para parlamentares que, de acordo com a pesquisa, “posteriormente votaram pela aprovação do quinto ano de seu mandato”⁷.

Embora este termo, “coronelismo” remeta a algo atrasado, obsoleto, antigo (e de fato essa prática política é velha e carcomida), trata-se de algo, ao mesmo tempo, extremamente atual, como o poderio de políticos sobre os meios de comunicação demonstram. Por essas e outras, no texto “A Ditadura da Mídia”, Altamiro Borges, do Centro de Estudos da Mídia Barão de Itararé, demonstra como a concentração de mídia é poderosa no mundo todo, e no Brasil de maneira especial, além de identificar a mídia como um verdadeiro partido político, a que o movimento de blogueiros denomina PIG – Partido da Imprensa Golpista. Bom, mas se o uso da internet cresce e as novas mídias são uma realidade cada vez mais presente, sobretudo entre os jovens, e trazem possibilidade de produção e circulação de informações de maneira independente, por que devemos nos preocupar com a concentração da mídia?

Embora todos sejamos produtores de informação em potencial, é importante observar o fluxo das informações, ou seja, onde elas são produzidas, por onde circulam, que público atingem. Ainda que haja uma febre de vídeos e postagens que viralizam, atingindo grandes contingentes de usuários de diversas redes e meios de comunicação, o grosso da informação que circula no mundo, mesmo pelos blogs, pelo youtube, pelas mídias sociais, pelo whatsapp e por outros instrumentos de produção e circulação de informação, ainda é produzida pelas grandes empresas de entretenimento e informação, conforme divulgou o Blog

Acesso em 14 set 2015.

⁶ Em 1970 a Suprema Corte dos EUA emitiu a decisão Financial Interest and Syndication Rules (Fin-Syn). A medida vigorou até 1995 e incentivou o mercado de produção independente no país.

⁷ Reportagem da Fórum disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/179/coronelismo-eletronico-partidos-contra-regulacao-da-midia-sao-os-campeoes-de-concessao-em-radio-e-tv/>>. Acesso em 27/11/2015.

Jornalismo nas Américas:

A navegação de grande parte dos internautas brasileiros começa pelos portais de notícias, segundo apresentação da agência JWT durante o evento Social Media Week, realizado em São Paulo. Sites como Globo.com, Terra, iG e UOL são responsáveis - ao lado do serviços de busca Google, Orkut e Youtube - por 75% de pageviews no Brasil, informa agência com base em dados levantados pelo instituto de pesquisa (Ibope). Sem as ferramentas do Google, metade do tráfego de usuários brasileiros na web está centralizada em veículos de imprensa⁸.

As mídias sociais integram a indústria do entretenimento e da informação e contribuem cada vez mais para gerar bilhões de dólares aos empresários deste nicho. Assim, toda informação que produzimos ou fazemos circular funciona como trabalho gratuito que ajuda a alimentar tais lucros exorbitantes. Além disso, conforme a citação feita, a maior parte da informação que circula na verdade são reproduções do que é elaborado pelas grandes empresas de comunicação. Dessa forma, a produção de informação permanece bastante concentrada, por mais que tenham se alastrados os instrumentos para que indivíduos e mesmo coletivos possam produzir e colocar em circulação seus projetos, ideias, ações, etc.

Cabe destacar que a tendência é que a TV e o rádio não deixem de existir, mas mudem de função. Para uma referência histórica, quando surgiu o a fotografia, disseram que a pintura deixaria de existir; quando nasceu o cinema, houve quem anunciasse a morte da fotografia; uma vez inventada a televisão, logo surgiram vozes para decretar o fim do rádio... e no entanto todos esses meios de comunicação perduram, cada um com sua função e principalmente sua linguagem. As empresas que se destacam são justamente as que conseguem compreender a mudança das linguagens e adequar seus produtos. Ocorre que, desta maneira, acabam por pautar a maneira como as pessoas utilizam os meios de comunicação, assim mantém a concentração da produção de informação ao mesmo tempo em que renovam a sua credibilidade, pautando valores e moldando a forma como as pessoas se relacionam. Ou seja, a forma de produção e circulação da informação e do entretenimento tem impacto direto sobre as relações

sociais. Por isso os centros de produção de informação e entretenimento tendem a continuar concentrados (como indústria), ainda que se multiplique a produção e reprodução gratuita e/ou voluntária que nós praticamos com o uso cotidiano das mídias sociais.

Controle e resistência

Por fim, vale lembrar que há cada vez mais instrumentos de controle e direcionamento nos monitorando. Se resolvemos dar uma olhada naquele tênis que estamos com vontade de comprar, só para saber o preço, o anúncio deste mesmo tênis nos perseguirá a cada clique, em cada aplicativo e mídia social que utilizarmos. A mesma lógica é adotada nas buscas que fazemos, enfim, em tudo o que utilizamos na internet... nossos comportamentos tornam-se algoritmos que geram lucro.

Bom, diante de cenário tão monstruoso de lucro, poder e controle, cabe-nos resistir. A juventude é normalmente identificada como a principal beneficiária da revolução tecnológica que vivemos. Mas é importante perceber também que será a mais atingida, visto que as novas tecnologias afetam nossa percepção de mundo e as relações sociais, como já dito. Diante deste cenário, é importante buscar uma leitura crítica da realidade e fortalecer a organização coletiva. Há diversos movimentos internacionais que visam resistir às restrições de uso da internet que se avizinham, como a ameaça à neutralidade da rede. Mobilizam-se contra medidas de governos dos países centrais do capitalismo que tendem a favorecer a lógica de consumo e atacam o uso livre da das mídias. Grupos de hackers se organizam para quebrar códigos e abrir tecnologias. Há também uma preocupação com a concentração da mídia. Até mesmo a Unesco tem feito esta discussão, diante da ameaça que tal concentração representa para a democracia.

Também no Brasil há diversos movimentos que se organizam em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, como o Centro de Estudos da Mídia Barão de Itararé, o Intervozes, o Mídia Ninja, o Núcleo Piratininga de Comunicação, Jornalistas Livres, entre outros. Procure um coletivo e participe desta luta, seja um midialivista e contribua para o movimento de resistência ao monopólio e de produção de informação independente.

⁸ Matéria disponível em: <<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/portais-noticiosos-e-google-controlam-75-do-trafego-de-internet-no-brasil>>.

Acesso em 27/11/2015.

Políticas de esporte e lazer para a juventude: “para além do capital”

Alexandre Machado Rosa¹

1. Recomendações para uma Política Pública de Juventude e de Esporte e Lazer extraídas do documento intitulado “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude (2003-2010)” publicado pelo Conjuve (Conselho Nacional de Juventude)

a) Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto política de Estado, tais como, os programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Bolsa Atleta e Segundo Tempo, com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes.

b) Garantir mecanismos de democracia direta nos processos de elaboração das políticas públicas esportivas, incentivando a participação efetiva dos jovens e potencializando o acesso da juventude aos espaços participativos, com vistas a inseri-la no Sistema Nacional de Esporte e Lazer e na Conferência Nacional do Esporte, além de criar espaços para a juventude em conselhos de esporte e lazer.

c) Adotar o protagonismo juvenil como filosofia norteadora das políticas públicas

“É estranho falar dessas coisas, porque parece que falamos de utopias ou de desejos vazios. O que sinto é que a luta hoje não é mais produto apenas da necessidade e da miséria, mas também do desejo, do afeto, da alegria e conquistar coisas novas...”

Antonio Negri, filósofo, em entrevista à Folha de S.Paulo

¹ Alexandre Machado Rosa é Mestre em Educação Física (Fef/Unicamp) com graduação em licenciatura plena em Educação Física pela FMU-SP. É consultor em promoção da saúde tendo atuado pela Organização Panamericana de Saúde junto ao Ministério da Saúde. Foi docente no curso de graduação em Educação Física no Centro Universitário UniFMU;

esportivas para a juventude, incorporando-a desde a elaboração até as etapas de implementação e avaliação dessas políticas.

(Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude).

1.1 As Conferências de esporte e lazer e a políticas para juventude

Os programas no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidos pelo Ministério do Esporte contemplam, direta ou indiretamente, o público jovem. Em sua maioria, são iniciativas desenvolvidas que abrangem principalmente os três eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte: (1) a inclusão social pelo esporte; (2) o desenvolvimento do esporte de rendimento e (3) a infraestrutura esportiva. Os programas e ações com foco em juventude se apresentam, em sua maioria, voltados à democratização do acesso ao esporte e acontecem, com mais força, vinculados ao ambiente escolar, exemplo do Programa Segundo Tempo e Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) que funciona como uma variação do Programa de Esporte e Lazer na Cidade (Pelc) e é desenvolvido de maneira intersetorial com o Ministério da Justiça.

Embora se percebam melhorias, ainda é preciso avançar na formulação de diretrizes para as políticas públicas de esporte e lazer para a juventude.

É possível constatar a ausência de diagnósticos nacionais sobre o esporte e o lazer para a identificação de demandas e para a avaliação da efetividade e adequação das políticas públicas existentes em relação à juventude. Essa problemática não está circunscrita à temática juvenil, mas ao esporte como um todo. (Conjuve, 2011)

O Pronasci / Pelc é destinado aos jovens entre 15 e 24 anos, egressos do sistema prisional, bem como suas famílias e comunidades, que vivem em situações

de vulnerabilidade social e econômica. Situações essas reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão sociais que esses jovens estão submetidos. O Programa visa à melhoria da qualidade de vida e ao reencontro com a autoestima. São previstas atividades específicas para esse público, como oficina de skate, hip hop, música (de acordo com a cultura local), danças, grafiteagem, parkour, cinema, teatro e eventos de esporte recreativo e de lazer organizados coletivamente como: mostras, passeios ciclísticos, festivais, encontros temáticos, sessões de cinema e outros.

Já o Programa Segundo Tempo tem como público-alvo crianças, adolescentes e os jovens expostos a riscos sociais. Seu objetivo geral é democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de modo a promover o desenvolvimento integral desses sujeitos, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Entretanto, em uma trajetória de dez anos, os debates sobre o desenvolvimento do esporte e do lazer, no Brasil, foram deslocados para realização dos megaeventos esportivos. Com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, as expectativas sobre novas políticas públicas de esporte e lazer cresceram e ganharam corpo com a realização de três Conferências Nacionais de Esporte, realizadas nos anos 2004, 2006 e 2010.

As conferências mobilizaram a comunidade acadêmica, as entidades de gestão do esporte, atletas, a gestão pública, comunidades vinculadas a ONGs, entidades científicas além das três esferas de governo. A democratização do acesso ao esporte e o direito ao lazer, o financiamento e a profissionalização da gestão nas três dimensões do esporte (educacional, de participação comunitária e de alto rendimento) foram temas que ganharam destaque neste momento. Ao defender o caráter do esporte como uma política pública intersetorial com profundos impactos para as políticas educacionais, culturais e econômicas legitimaram e deram às conferências uma dimensão histórica, que sinalizava com a possibilidade real de formulação de uma política de esporte e lazer capaz de romper com uma tradição patrimonialista e elitizada que sempre impediu o seu desenvolvimento efetivo na sociedade brasileira. No entanto, houve, na realidade, a interrupção deste projeto como veremos mais adiante.

Os debates sobre o desenvolvimento do esporte e do lazer, no Brasil, foram deslocados para realização dos megaeventos esportivos



A I Conferência Nacional de Esporte (I CNE) aconteceu na cidade de Brasília em junho de 2004 precedida por etapas municipais, regionais e estaduais. Teve como tema central o lema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. O Ministério do Esporte celebrou a sua realização afirmando seu caráter democrático e popular,

Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira, avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes e de uma política diferenciada para o desenvolvimento de regiões menos favorecidas. (BRASIL, 2004, p.9).

Já a II Conferência Nacional de Esporte (II CNE) ocorreu em maio de 2006 em Brasília e teve como tema “A Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. O texto oriundo da II CNE assegurava que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer teria por princípio a gestão

As conferências mobilizaram a comunidade acadêmica, as entidades de gestão do esporte, atletas, a gestão pública, comunidades vinculadas a ONGs

democrática da esfera pública, valorizando:

- a) A transparência na gestão dos recursos financeiros e a priorização de sua utilização em políticas sociais e inclusivas. [...]
- c) As gestões que se dão por meio de Conselhos, Conferências, Fóruns e Câmaras Setoriais, entre outros, garantindo, assim, a participação popular. (BRASIL, 2009b, p.57).

Rompendo o caráter de continuidade da 1ª e 2ª edições, a III CNE somente ocorreu em junho de 2010, quatro anos depois da segunda. Ela teve como slogan “Por um time chamado Brasil” e o tema o “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

É importante lembrar as intenções emitidas pelo

Ministério do Esporte em documentos oficiais, a partir da II CNE, que reafirmavam os compromissos com a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer delegados à III CNE:

definir o projeto do Sistema Nacional de Esporte e Lazer [...] que promova a inclusão social, garanta a democratização do acesso ao esporte e ao lazer rumo a sua universalização e que assegure, assim, um novo patamar para o esporte brasileiro. (BRASIL, 2009b p.104).

No entanto, a partir de 2007, uma alteração de rumos fez uma mudança radical: o Brasil conquistou o direito de sediar a Copa Fifa de 2014. E, no ano seguinte, 2008, foi a vez de trazer os Jogos Olímpico de 2016.

A partir de então, o debate reduziu-se aos que eram contra e aos que defendiam e defendem a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil. Na realidade, o debate não é ser contra ou a favor dos maiores eventos culturais do Planeta, mas é sobre os gastos, os formatos e os objetivos que ao longo do século 20 se transformaram e foram reduzidos ao marketing, ao branding, ao negócio e à homogeneização da cultura esportiva ao formato televisivo.

2. A tentativa de construir uma política pública de esporte e lazer a partir dos Megaeventos

A trajetória dos megaeventos no Rio de Janeiro foi retomada desde a gestão de César Maia em 1998 e a edição do Plano Estratégico da Cidade 2001-2004, passando pelo dossiê da candidatura para cidade-sede do Pan 2007, que já contava com a parceria do Ministério do Esporte durante o governo Lula (2003-2010). Neste mesmo período, São Paulo, a maior cidade do Brasil, foi derrotada pelo Rio de Janeiro em escolha interna do Comitê Olímpico Brasileiro para a candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos de 2012, realizados em Londres.

Uma nova candidatura do Rio de Janeiro para sediar os jogos de 2016 foi lançada, agora sem concorrência interna. O novo projeto de candidatura construiu um discurso afinado junto às três esferas de governo: municipal, estadual e federal. A estratégia escolhida foi a de projetar para o mundo uma cidade imaginária e “maravilhosa”. No discurso surgem a baía da Guanabara despoluída, um Novo sistema viário, o BRT Transcarioca, Transoeste, o Complexo Esportivo em Deodoro, o Porto



Maravilha, e de quebra o mais importante: “a alegria do carioca, que explode no Carnaval pelas ruas da cidade e é conhecida em todo o mundo, além, é claro, paixão do brasileiro pelo esporte”.

Na visão abstrata e alienada do mundo da vida cotidiana, os Jogos Olímpicos criam ou atualizam o “imaginário” sobre a cidade a partir das estratégias de branding, buscando gerar vantagem competitiva e criar vínculos emocionais com o público. A invenção de uma narrativa positiva e oficial sobre a cidade sede faz parte de uma gestão de comunicação que se relaciona com as marcas que se envolvem no negócio, afinal, quanto mais branding, melhor.

O enredo deve contar as belezas da cidade, afinal ninguém vai falar que a cidade é violenta, que o transporte público é ineficiente e de baixa qualidade. Trazer uma ressignificação do passado, do lugar, criar uma ‘cidade temporária’ para um suposto “legado permanente” são estratégias calculadas pelos especialistas em vender as cidades para negócios.

É neste cenário, um ambiente de negócios, que as cidades aparecem como cidade-sede. O lugar onde vivem as pessoas é alugado. Leis locais e problemas reais nos territórios se flexibilizam para possibilitar a construção da infraestrutura necessária para que o megaevento esportivo ocorra conforme o planejado pelos executivos da Fifa e do Comitê Olímpico Internacional (COI) e dos Comitês Executivos Locais, mesmo que seja necessário um chute no traseiro do país anfitrião.

3. A ideia de legado ganha força como argumento legitimador

A ideia de legado encontra distinção entre alguns autores nos estudos sobre megaeventos. De acordo Tavares (2011) citado por Luiz Fernandes, então secretário executivo do Ministério do Esporte durante a realização da Copa do Mundo de 2014, há diferenças entre o conceito de “legados” e “impactos”, de modo a acomodar no segundo possíveis efeitos negativos dos megaeventos esportivos. Ainda de acordo com Preuss (2007) citado por Fernandes, que define legados como “todas as estruturas, independentemente de seu tempo de produção e espaço, planejadas ou não, positivas ou negativas, tangíveis ou intangíveis, criadas para um evento esportivo que permaneçam por mais tempo que

o evento em si mesmo”. Fernandes ainda cita Chappelet e Junot (2006), que compreendem que legados representam “os efeitos materiais e não-materiais produzidos direta ou indiretamente pelo evento esportivo, planejados ou não, que transformam de forma duradoura a região que o hospeda de uma maneira objetiva ou subjetiva, positiva ou negativa”.

A Fifa define “legados” como “o conjunto de benefícios que impactam um país direta ou indiretamente, econômica ou socialmente, resultante de ações vinculadas ao futebol e seus eventos, como a Copa do Mundo”. Já o Comitê Olímpico Internacional (COI), os define como “impactos positivos, com efeito de longa duração, e que influenciam na vida e na cultura de um país e de sua população”.

Fernandes (2013) identifica algumas ideias “força” que são comuns nas conceituações de “legados” e se relacionam com seus benefícios e impactos e com a herança que deixam e as mudanças que provocam:

- Benefícios (diretos e indiretos; econômicos e sociais; resultantes de políticas e ações; nacionais e regionais)
- Impactos (positivos; de longa duração; influência na vida e na cultura)
- Herança (duradoura; positiva ou negativa; gerada pelo impacto de políticas e ações)
- Mudanças (estruturais; planejadas ou não; positivas ou negativas; tangíveis ou intangíveis; permanentes pós-evento)

Mas, então o que aconteceu em junho de 2013? A cidade imaginária parece ter ganhado vida e saído dos filmes publicitários e das peças de branding, explodindo nas ruas durante a realização da Copa das Confederações, com pessoas reais em carne, osso e muita energia.

4. O que ficará para a juventude, como legados dos megaeventos esportivos?

Que tal estudar, praticar esportes ou até mesmo tomar banho de piscina no mesmo local onde campeões Olímpicos e Paraolímpicos foram consagrados? Está é a pergunta que inicia a discussão do sobre os legados que o Comitê Organizador Rio16 promete deixar, ao apresentar o Parque Radical de Deodoro - uma área de lazer e serviços para a juventude carioca. A página oficial Rio 16, afirma que “além do esporte em alto rendimento, a região de competição mais radical dos Jogos deixará de legado para os cariocas com ofertas de serviços sociais e diversas



área de convivência e lazer”. E vai além prometendo que “Enquanto a pista de canoagem slalom dará origem a um lago recreativo aberto à população, trilhas, churrasqueiras e mirantes espalhados pelo Parque vão diversificar ainda mais a opção de diversão para os cariocas” (RIO2016).

Esperamos que a cidade imaginária dê lugar a uma cidade real e que os legados prometidos durante a campanha para sediar os jogos sejam capazes de minimizar os efeitos perversos causados para algumas comunidades. É necessário que o esporte possa, efetivamente, significar ganhos permanentes principalmente para a juventude brasileira.

A crítica aos megaeventos esportivos não é quanto a sua importância como símbolo de superação de limites, da construção de heróis e ídolos, da emoção e da alegria, mas do negócio que não vê limites para a obtenção de lucros e ganhos, mesmo que ilícitos, como os que têm vindo à luz envolvendo dirigentes e executivos da Fifa.

É preciso ir além do capital e oferecer oportunidades de desenvolvimento humano às gerações futuras. Os cerca de 50 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos esperam que os legados possam de fato se tornarem benefícios sociais permanentes e positivos para todos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. I Conferência Nacional do Esporte – Texto Básico. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004.

_____. Caderno 2: Construindo o Sistema nacional de Esporte e Lazer. In: Coletânea

Esporte e Lazer: Política de Estado. Brasília, Ministério do Esporte, 2009 b.

_____. III Conferência Nacional de Esporte - Resoluções. Brasília: Governo Federal,

Ministério do Esporte, 2010 a.

FERNANDES, Luis. Enfrentar o Debate, Ganhar a Copa e Olimpíadas para quem? O legado dos grandes eventos para o desenvolvimento do Brasil. Revista Princípios, número 127, São Paulo, 2013.

HOBBSAWM, E. e. . A invenção das tradições. Londres: Ed. Paz e Terra. 1984

JAURÉS, P. L. Idealismo e Materialismo na concepção da História. Lisboa: Centelha. 1974

HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

MASCARENHAS, F. A Copa no Brasil é um sonho ou pesadelo? Há insatisfação dos brasileiros em relação ao evento? Disponível em: <<http://blogdomasca.blogspot.com.br/2012/12/yes-we-can.html>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A Metamorfose do Futebol. Unicamp, 2000

SAUTCHUK, J. (2001). Os descaminhos do Futebol. Brasília - DF: Verano Editora e Comunicação Ltda.

Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. SOUSA, Eustáquia Salvadora de... [et al.]. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

NEGRI, Antonio. Brasil errou ao atrair Copa e Olimpíada, afirma filósofo marxista, <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1464004-brasil-errou-ao-atrair-copa-e-olimpiada-afirma-filosofo-marxista.shtml>, em 10 de outubro de 2015

http://www.aberje.com.br/acervo_not_ver.asp?ID_NOTICIA=12589&EDITORIA=Cap%EDtulo%20Rio, em 11 de outubro de 2015

<http://www.portal2014.org.br/o-futebol-brasileiro/>, (Consulta em 13 de outubro de 2015)

Parques Olímpico e Radical vão compartilhar esporte e lazer após os Jogos, in <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/parques-olimpico-e-radical-vaocompartilhar-esporte-e-lazer-apos-os-jogos> (consulta em 22/10/2015)

Sustentabilidade Ambiental, Juventude e Responsabilidade Social: Contribuições ao Debate

PEDRO LUIZ TEIXEIRA DE CAMARGO (Peixe),
Biólogo Especialista em Gestão Ambiental, Mestre
em Sustentabilidade e Doutorando em Geologia
Ambiental pela UFOP.

O final do século XX e início do século XXI trouxe um novo elemento nos debates políticos e acadêmicos: a preocupação com o Meio Ambiente. Para ser exato, pode-se pensar que o grande marco mundial para tal temática foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de 1992 (ECO 92).

Segundo esta,

“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...” (Declaração da ONU, 1992)

Outra definição que se destacou a partir de então, foi o que veio a ser chamado “Desenvolvimento Sustentável”. Para a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), seria: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades. Milaré (2000) foi além e colocou como parte deste conceito o processo capaz de conciliar desenvolvimento, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida.

O entendimento da expressão “desenvolvimento sustentável” passa-se a ser, então a busca por um novo modelo desenvolvimentista, oposto àquele que reinou durante a segunda metade do século XX, modelo que, segundo o físico Henry Kendall estava levando os seres humanos e a natureza a uma provável colisão (ISEE, 1994).

Uma proposta economicamente sustentável, precisa entender que as ações humanas e naturais não podem ser antagônicas, depende do necessário entendimento do homem ao compreender este contexto e contribuir para a preservação dos





ecossistemas (BOECHAT, 2007). Apesar de tal comparação (ações humanas e naturais) não ser simples de ser feita, haja vista que ao se fazer isso, não se leva em conta as mudanças qualitativas que a própria economia é capaz de fazer (GEORGESCU-ROEGEN, 1974), não se pode negar a necessidade de se achar um denominador comum dentro desta relação homem-natureza.

Neste viés de desenvolvimento econômico com impactos ambientais reduzidos, Lima (1998) mostra o que deveria ser o modelo ideal a ser colocado em prática: aquele capaz de fundir viabilidade econômica, prudência ecológica e justiça social. Para se buscar este modelo ideal, diversas propostas surgiram, como os defensores do crescimento zero, os santuaristas e também os defensores de uma economia responsável.

Quando se pensa em preservação ambiental, pensa-se em floresta. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2012), estas representam 30% do território mundial, sendo que o Brasil fica em primeiro lugar quando se faz o recorte somente das Florestas Tropicais. Nosso país, portanto, tem papel preponderante para a preservação de tal bioma no planeta.

OS JOVENS SE PREOCUPAM MAIS COMO MEIO AMBIENTE

Desde seu início a causa ambiental chamou mais atenção dos mais jovens, desde aqueles que cresceram na década de 90, até os dos anos 2000, denominados recentemente como geração Y. De maneira a se buscar algo diferente das maneiras clássicas de organização social, parte destes migrou sua participação dos tradicionais representantes dos movimentos sociais como sindicatos, DCE's e grêmios e passaram a atuar em Organizações Não Governamentais (ONGs), muitas delas de movimento pela preservação do meio ambiente. As ONGs podem ser definidas como: "organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e que tem como missão a resolução de algum problema da sociedade, seja ele econômico, racial, ambiental etc., ou ainda a reivindicação de direitos e melhorias e fiscalização do poder público" (CAMARGO, 2014, pg. 39).

A explosão destas organizações não se deu neste período histórico por acaso, a política neoliberal, representada de maneira substancial pelos EUA, começou a ganhar mais espaço, tanto economicamente, como politicamente, pelo fim da URSS em 1991, país que até

então apresentava uma contrapartida ideológica ao modelo econômico neoclássico liderado pelos norte-americanos. É claro que no período recente houve novas articulações, linguagens e maneiras de se organizar. Há ONGs que efetivamente se identificam como movimento social, outras que cumprem papel de instituições do Estado – à medida que o próprio Estado não faz. Mas é importante debater a natureza desta forma de organização porque cabe, dentro de um movimento histórico, indicar quais narrativas dominam o debate sobre este tema na atualidade.

Dentro da lógica neoliberal, o Estado, detentor de riqueza, deveria ter três funções básicas: proteção à sua sociedade tanto da violência quanto da agressão de outras, proteger todos os seus membros de injustiça e opressão e ainda fazer e conservar obras públicas (SMITH, 1981). Ou seja, a regulação econômica, ficaria a critério do próprio mercado financeiro.

Aqui cabe uma pergunta: o que a política econômica neoclássica implantada pelo estado neoliberal brasileiro (Anos FHC) tem a ver com o aumento de ONGs (principalmente ambientais) e conseqüentemente na participação da juventude nestas?

Esta é exatamente a pergunta que este pequeno artigo busca entender. Ao fazer esta rápida retrospectiva histórica, vimos como a causa ambiental entrou na pauta de reivindicação social. Observou-se também a desresponsabilização do estado nacional em quase tudo, ou seja: onde antes havia a presença estatal para, por exemplo, se diminuir a pobreza, passou-se a usar este capital público para o financiamento deste serviço por organizações sem "vínculo lucrativo": as ONGs. A perversidade disso está na lógica de um Estado que não impulsiona o desenvolvimento e não oferece as condições de justiça social à população, mas repassa esta responsabilidade a entes de direito privado, que podem realizar um excelente trabalho, mas que não tem as mesmas obrigações legais e políticas que as instituições públicas (embora muitas vezes sejam até mais comprometidas com o desenvolvimento social que muitos agentes públicos).

Como presente em sua definição, a maior parte dessas entidades civis possuem pautas imediatistas, sem levar em conta o debate profundo acerca do que leva a um determinado problema social. Tomemos como exemplo a destruição ambiental. Se plantarmos árvores, fizermos oficinas de educação ambiental e vencermos editais



de alguma ONG internacional simplesmente levou as sementes da planta no bolso e através de engenharia genética passou a produzir a fruta no outro lado do planeta. E há ONGs constituídas basicamente para entrar em territórios abandonados (como este exemplo). Talvez não seja a maioria (e provavelmente não são), mas as de maior alcance global são justamente as mais financiadas pelo capital financeiro. Como diria o poeta, “desconfiai do mais trivial na aparência singela”...!

Saber os riscos que as ONGs sem responsabilidade social podem oferecer para a soberania nacional é importante para que tenhamos maior fiscalização em cima destas e para que o debate ambiental seja feito de maneira séria e responsável. Muitos jovens veem na participação voluntária uma maneira real de transformação social, e de fato é, entretanto, somente tal participação não soluciona os imensos problemas que nosso país possui no que tange aos aspectos ambientais. É importante participar nas distintas organizações sociais, mas é fundamental que a cobrança sobre o Estado seja efetiva.

A biodiversidade brasileira é única e assim como o pré-sal, tem muitos interesses econômicos e políticos em jogo, não é por acaso que existe uma base militar norte americana na Colômbia, ao lado da parte colombiana da selva, também não é a toa tantas ONGs estrangeiras presentes no território amazônico, onde nem se fala português direito, mas se fala francês ou inglês muito bem!

Ter sede de mudanças é normal para qualquer jovem, mas saber por onde passa cada coisa e como estas de fato funcionam, é fundamental, até mesmo para não ser massa de manobra nas mãos de “gringos” interesseiros.

Defender o meio ambiente é fundamental, aliás, é importantíssimo, mas entender que a juventude precisa defender a Amazônia brasileira é mais importante ainda e que a plena sustentabilidade ambiental só vai ser possível em outro sistema econômico mais ainda, do contrário, as ações locais jamais terão repercussão global capazes de frear nosso insustentável modo de produção capitalista.

Pense bem, plantar árvores, defender o verde e proteger os animais são ações que demonstram muito do caráter do indivíduo, mas sozinhas, servem apenas para tranquilizar a consciência pesada de alguém que almeja o perdão divino, e não a transformação social capaz de garantir o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS:

BOECHAT, C. B. Sustentabilidade no Brasil. HSM Management, n. 63, jul-ago. 2007.

BRASIL. Lei Nº Lei 11.675 de 23 de Julho de 2008 (Lei do Cupuaçu) Disponível em: < <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2008/07/23/lei-protege-patente-do-cupuacu>> Acesso em Novembro de 2015.

CAMARGO, P. L. T, Economia Ambiental. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG). Editora ETFOP. 60 pg. 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Energy and economic myths. In: BURCH, W. & BORMAN, F. H. (orgs.). Limits to growth: the equilibrium state and human society. São Francisco, Freeman. 1974.

ISEE (International Society for Ecological Economics). Ecosystem health & medicine: integrating science, policy, and management. Newsletter, v. 5, nº 3, julho, 1994.

LIMA, G. F. C. Consciência ecológica: emergência, obstáculos e desafios. Revista Eletrônica „Política e Trabalho” - Setembro 1998 / p. 139-154. Disponível em: < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/ecologiacritica.html>>. Acesso em fev. 2013.

MILARÉ, É. Direito do meio ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo:Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

ONU. Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92>> Acesso em Fevereiro de 2012.

SMITH, A. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund [reimpressão em fac-símile do volume II de “The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1979]. 1981.



Sobre a Invisibilidade Social das Juventudes Rurais

Nilson Weisheimer

NILSON WEISHEIMER é Doutor em Sociologia (UFRGS). Pós-Doutor em Sociologia (USP). Professor Adjunto do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB). Coordenador do Núcleo de Estudos em Agriculture Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e do Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). Vencedor do Prêmio Capes de Teses 2010. E-mail: weisheimer@pq.cnpq.br.

Artigo originalmente publicado na Revista: Desidades: Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude. Nº 1. Anoº1. Dez. 2013. Disponível em: <http://desidades.ufjf.br/editorial/editorial-ed-1/>. Acesso em novembro de 2015.

Observamos nas últimas décadas significativos avanços no debate público em torno do tema da “juventude” no Brasil e América Latina. A relevância crescente desta categoria social pode ser verificada tanto pela renovação do interesse e conseqüente ampliação de estudos, pesquisas e publicações no campo das Ciências Humanas, quanto pela ampliação das iniciativas destinadas a este segmento por parte de diversos atores governamentais e da sociedade civil em nosso continente. Esta ampliação do interesse também se faz notar sobre temas relacionados aos jovens rurais, porém com menor intensidade. No caso destes últimos, dois aspectos foram importantes para impulsionar inicialmente o debate: a) as estatísticas dos processos migratórios demonstraram que o êxodo rural nas últimas décadas foi protagonizado principalmente por jovens, entre os quais as mulheres constituíram a maioria. Tal fenômeno contribuiu para um ecentuado processo de envelhecimento e masculinização das populações rurais. Outro aspecto, menos explícito, porém não menos importante, tem sido a persistência de uma certa situação de invisibilidade social a que estão submetidos os jovens no meio rural. Este artigo tem como objetivo problematizar este segundo processo. Pretende-se situar o leitor no que consiste a invisibilidade social. Em seguida demonstrar como esta invisibilidade social se processa no âmbito dos estudos acadêmicos. Visamos ainda elencar alguns hipóteses para o desinteresse acadêmico sobre o tema. Por fim argumentaremos que a superação desta situação passa pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno juvenil no campo, o que daria vasão a percepção da existências de diversas juventudes rurais.

1. DEFININDO O PROBLEMA DA INVISIBILIDADE SOCIAL

A invisibilidade consiste na característica de um objeto não ser visível aos observadores porque não absorvem nem refletem luz. Ao acrescentarmos o termo social estamos nos referindo a situações em que determinados sujeitos se encontram imperceptíveis nas relações sociais. Trata-se portanto de uma ação social que implica em não ver o outro, não enxergar sua existência social e tudo que decorre deste fato. Ou seja, por invisibilidade social entendemos todo um processo de não reconhecimento e indiferença em relação a sujeitos subalternos da sociedade. Esta invisibilidade social se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que se nega ao outro o direito ao reconhecimento e a identidade social. Ela se manifesta na vida cotidiana, opera de modo intersubjetivo e objetiva-se nas práticas do censo comum e do campo científico. Particularmente em relação a produção do conhecimento científico, esta invisibilidade se processa quando este não abrange estes sujeitos, não reflete sobre eles, não lhes reconhece a existência e nem lhes atribui capacidades reflexivas.

Entre todos os excluídas e marginalizadas de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social ao qual estão submetidos estes jovens consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto a juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se tem são “estados de coisas”: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (Rua, 1998). O atual “estado de coisas” implica em negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. Esse segmento sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão. Não é exagero dizer que os jovens rurais não gozam do direito à cidadania quando se trata



de admiti-los como sujeitos ou atores políticos, com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não reconhecimento, preconceitos, estigma, marginalidade e exclusão.

2. A INVISIBILIDADE DOS JOVENS RURAIS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS RECENTES

Ao considerarmos o conjunto da produção acadêmica sobre juventude rural nas duas últimas décadas verificamos um pequeno crescimento do interesse pelo tema. Os levantamentos bibliográficos realizados por Weisheimer (2005) e Sposito (2009) indicam que se esta lentamente processando uma superação desta invisibilidade social.

Em 2004, a pedido do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tive a oportunidade de mapear e sistematizar a produção acadêmica sobre juventude rural realizada no Brasil no período de 1990 a 2004. Foram analisadas a produção de pós graduação, publicação de artigos em periódicos científicos e de livros. Na ocasião identificamos 50 trabalhos realizados por 36 pesquisadores. Verificamos que esta produção se concentrava principalmente nas regiões Sul e Sudeste, seguindo-se de Nordeste e Norte do Brasil com participação residual. No entanto destacava que as pesquisas e publicações apresentavam um crescimento significativo a partir dos anos 2000, o que apontava para ampliação e consolidação deste campo de estudos (Weisheimer, 2005).

A pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) Marília Sposito (2009) realizou um levantamento da produção discente da pós graduação sobre o tema da juventude no Brasil. Foram identificados 1.427 trabalhos defendidos em



programas de pós graduação nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Deste total apenas 52 trabalhos se ocupam dos jovens do meio rural, ou seja aproximadamente 4% de tudo que se estuda sobre juventude no Brasil se refere aos jovens rurais. Conforme salienta a autora

Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementariedade e das tensões existentes entre cidade e campo, muitas vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana (Sposito, 2009, p.24).

Este mapeamento demonstra categoricamente o desinteresse dos pesquisadores brasileiros sobre os modos de vidas e os dilemas que afetam os jovens do campo. A questão que fica posta é porque isto ocorre. Seria o fato de vivermos sociedades altamente urbanizadas fator explicativo suficiente para justificar esta visão urbanocêntrica sobre o fenômeno social da juventude?

3. ALGUMAS HIPÓTESES PARA O DESINTERESSE DOS PESQUISADORES SOBRE OS JOVENS RURAIS

Na tentativa de compreender a ocorrência da persistência da invisibilidade social que afetam as juventudes rurais no âmbito acadêmico somos levados a considerar ao menos três hipóteses: a) a subestimação da existência da juventude no meio rural marcada principalmente pelas relações de trabalho agrícola; b) a subestimação da importância do meio rural, uma vez que nossas sociedades seriam predominantemente urbanas; c) a incompatibilidade entre os termos juventude e rural. Detemo-nos brevemente sobre cada uma destas possibilidades.

Num período ainda recente, os sociólogos acreditavam que a inserção no universo produtivo conduzia superação da condição juvenil e da própria existência da juventude no chamado modo de produção camponês. Um exemplo desta posição pode ser encontrada no trabalho do sociólogo José Tavares dos Santos (1984, p. 46), segundo o qual no meio rural “os processos de socialização primária e secundária se confundiam num único momento, visto que ocorrem no âmbito das relações familiares”. Com base nisto, acreditava-se que não haveria jovens no campo “pois de crianças passam diretamente à condição de adultos”.

(Tavares dos Santos, 1984, p. 46). De minha parte entendo que essa percepção não corresponde aos processos sociais que configuram a situação juvenil na agricultura familiar. Isto porque, embora os jovens exerçam um papel produtivo importante no âmbito do trabalho familiar, isto não chega a configurar a superação da condição juvenil, uma vez que eles permanecem subordinados à autoridade dos pais, não tendo sido superada a sua posição subalterna na hierarquia familiar.

Outra possível razão para o desinteresse pela vida dos jovens rurais residiria na constatação de que o Brasil seria 84% urbano, segundo o senso do IBGE de 2010. Desta maneira os territórios rurais seriam um mero resíduo do passado prestes a desaparecer. Porém se considerarmos o índice de pressão antrópica como faz Jose Eli da Veiga (2003) reconheceremos que o Brasil é mais rural do que se imagina chegando a comportar 30% da população em municípios rurais. Conforme este autor “para efeitos analíticos não se deveria considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20.000 habitantes” (Veiga, 2003, p. 23). Sem considerar o efeito antrópico na distinção entre o rural e o urbano, continuaremos vivendo em “cidades imaginárias”. Além disto, como demonstra este autor, ao superar a confusão reinante entre rural (noção espacial) e atividade agropecuária (relações sociais de produção) veremos que nem todo rural é agrícola e que nos territórios rurais existem muitos processo de inserção social nos quais os jovens participam que merecem a atenção dos pesquisadores da juventude.

Por fim, o dilema da invisibilidade social deve-se em parte à desatenção dos cientistas sociais. Yanko Gonzáles Cangas (2003) sugere que isto estaria relacionado ao fato de que a juventude e o rural, enquanto construtos teóricos, aparecem como contraditórios e irreconhecíveis nos estudos que dominaram a pautas destes temas ao longo do século XX. A juventude aparece como uma expressão da modernidade que tem no meio urbano e nas classes altas as matrizes de sua caracterização, atribuindo-lhe uma ligação aos processos de transformação e ao futuro na forma de uma sucessão de gerações. Por sua vez a carga semântico-teórica acerca do “rural”, estabelecida também desde o ponto de vista da modernização, impôs a este um significado de conservação e passado, algo que precisaria necessariamente ser superado (Cangas, 2003). Entendemos que a reconciliação entre estes termos passa justamente por reconhecer nos jovens os elementos dinâmicos da sociedade com grande potencial para



serem os construtores de mudanças sociais significativas. Com efeito os jovens rurais figuram como agentes estratégicos para qualquer projeto de desenvolvimento rural, principalmente se este se orientar por princípios de sustentabilidade, o que envolve necessariamente importantes relações intergeracionais.

4. A DIVERSIDADE DAS JUVENTUDES RURAIS

Conhecer um fenômeno é diferenciá-lo dos demais e perceber sua complexidade interna. Conseqüentemente, para superar a situação de invisibilidade não basta desenvolver estudos que tenham nos jovens os sujeitos investigados. É preciso antes problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais os jovens se inserem e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa. Com efeito, fazem-se necessárias não apenas uma teoria sobre a juventude e outra sobre os diversos processos sociais agrários, mas também, construtos teóricos que sintetizem a complexidade de suas implicações recíprocas. Mas como podemos definir a especificidade dos jovens que nos dedicamos a conhecer?

Entendemos que a especificidade dos jovens resulta dos processos de socialização nos quais eles estão inseridos. Ou seja, em termos sociológicos é a socialização que define o jovem, ou de qual jovem falamos. Com efeito, para conferir maior precisão analítica à juventude como categoria social e aos jovens como sujeitos históricos é importante considerar os processos de socialização nos quais eles se inserem buscando identificar a agência socializadora predominante, o que lhe confere uma posição determinada no espaço social. Este posicionamento, categorizar os jovens por sua socialização, rompe com as definições de caráter substancialista sobre a juventude possibilitando construir a categoria analítica de modo relacional. Isto é, em termos de sua posição num espaço de relações sociais. Com efeito, a reconstrução sociológica da situação juvenil, com base no processo de socialização confere maior coerência à proposta de privilegiar as noções de juventudes e jovens no plural.

Entendemos que a superação da invisibilidade social das juventudes rurais não se efetivará por meio da reprodução dos recortes demográficos ou critérios normativos que demarcam os limites etários. Tão pouco pela aplicação, sem por à prova, das categorias pré-estabelecidas a partir da dicotomia rural-urbano, mesmo que fixadas no senso comum, nos discursos políticos ou no campo

acadêmico. Este é o caso da categoria “juventude rural”, que é forjada a partir de uma ótica urbana que percebe o rural como um espaço da precariedade social, reforçando, mesmo que involuntariamente, o estigma sobre este segmento. Desta maneira, a homogeneização das diferenças no interior de uma categoria mais ampla, como a de “juventude rural”, acaba contribuindo para perpetuar a invisibilidade sobre a diversidade dos modos de vida e dos processos de socialização no campo e que produzem categorias juvenis diversas no meio rural. Isto porque, tal procedimento dificulta o reconhecimento das especificidades que emergem de diferentes situações juvenis no meio rural gerando tipos sociais distintos, tais como os jovens agricultores familiares, os jovens assalariados rurais, os jovens quilombolas, os jovens extrativistas, jovens pescadores, jovens indígenas e outros. Ou seja, queremos chamar a atenção para o fato de que não existe uma juventude rural, mas, muitas juventudes rurais. Superar a invisibilidade das juventudes rurais implica em reconhecer que ela não é simplesmente um elemento da diversidade, mas que contém, ela mesma, toda uma diversidade de tipos sócias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cangas, Yanco Gonzáles. Juventud Rural: trayectorias teóricas y dilemas identitários. *Revista Nueva Antropología*, v. 19, n. 63, pags. 153-75. México: UCM, 2003. Disponível em: <http://www.iica.org.ur/redlat/index.html>. Acesso em 4 de junho de 2006.
- Rua, Maria da Graça. Políticas Públicas e Juventude nos anos 90. Em: CNPD (org.) *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. V2. Pags. 731-752. Brasília: CNPD, 1998.
- Sposito, Marília. A Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). Em: Sposito, Marília. (Coord.) *O estado da arte sobre juventude: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais*. (1999 – 2006) Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- Tavares dos Santos, José-Vicente. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- Veiga, José Eli da. *Cidades Imaginárias. O Brasil é mais rural do que calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2003.
- Weisheimer, Nilson. *Juventudes Rurais: mapas de estudos recentes*. Brasília: MDA, 2005.
- (Palavras Chaves: juventudes rurais, invisibilidade social, pesquisas acadêmicas)



*Por mais que eu cutuque,
minha caneta não dá conta
de remover tanta lama.
Choro barro, Mariana.*

Do Caos à Lama

Toni C¹

Os meios de comunicação não param de bombardear notícias a todo momento dos trágicos atentados em Paris: "ATAQUE TERRORISTA" em letras garrafais, ardem na tela de modo tão persistente que é possível ler mesmo com o televisor desligado.

Justo. Os ataques daquela macabra sexta-feira 13, com 130 vítimas fatais, lançaram a era das trevas à eterna Cidade Luz.

Correndo o risco de parecer piegas, a comoção me força a parafrasear um chapa, "Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no

mundo, então somos companheiros." (Chê Guevara).

Oito dias antes de homens acorrentados a explosivos cintos, se lançar a multidão disparando suas metralhadoras, uma outra explosão aconteceu no interior do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco criou um Tsunami de lama tóxica. Destroços de casas, carros, muito entulho e animais em decomposição se fundem no Vesúvio de barro. O número de mortos ainda é desconhecido, sabemos, no entanto, que entre os encontrados sem vida está o Rio Doce, com mais de 850 km de extensão, o Wikipédia me ensina que seu curso representa a mais importante bacia

¹ Toni C. - é biógrafo do rapper Sabotage - Um Bom Lugar, autor do romance "O Hip-Hop Está Morto!" - A História do Hip-Hop no Brasil, diretor do documentário É Tudo Nosso! O Hip-Hop Fazendo História, editor da TV Vermelho e criador do coletivo literário LiteraRUA. Secretário Cultural da Orpas, Diretor Nacional da Nação Hip-Hop Brasil, Conselheiro Nacional de Cultura do Ministério da Cultura no setorial de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, ganhador do prêmio Tuxauá como uma das pessoas mais influentes da cultura brasileira.



hidrográfica totalmente incluída na Região Sudeste, um dos 100 maiores rios do mundo, está morto.

Novamente piegas, "Se a natureza fosse um banco, já teria sido salva." (Eduardo Galeano).

Amargo, o rio morto pela ganância tem como seu algoz justamente a subsidiária da empresa privada que leva seu nome: Vale do Rio Doce. Irônico né tiu, vai vendo...

NOSSOS TERRORISTAS SÃO INVISÍVEIS

Longe da vista dos enviados internacionais, as quebradas, por vezes, se tornam campo de guerra.

Era véspera de feriado do aniversário de São Paulo, na Vila Jacuí um soldado guiava sua moto em dia de folga quando foi assassinado a tiros. Como represália, na semana seguinte dois jovens conversavam em uma praça quando foram assassinados por homens encapuzados, uma menina com apenas 10 meses foi morta dentro de casa ao ser atingida por uma das balas perdidas, esta foi apenas a primeira chacina do ano.

No mesmo dia da morte do policial, cinco pessoas foram executadas em Mogi das Cruzes.

No outro extremo da cidade, o roteiro é idêntico, no Parque Santo Antônio o soldado Fernando foi baleado em patrulhamento, ele chegou a ser internado, mas não resistiu aos ferimentos e morreu após uma semana. No dia de sua missa de sétimo dia, cinco pessoas foram executadas na região.

Na madrugada de 6 fevereiro na Estrada das Barreiras no bairro do Cabula, em Salvador, treze pessoas foram assassinadas e cinco ficaram feridas.

No Jaçanã zona norte de São Paulo, um cabo da polícia é morto no dia 22 de março, dois dias depois, quatro feridos e uma vítima fatal são as consequências.

Próximo dali no Tremembé, no dia 5 de abril um soldado foi executado dentro de sua casa. Quatro dias depois, adivinhe, quatro pessoas foram mortas.

Em Sobral no interior do estado do Ceará uma chacina fez seis mortos em 13 de abril.

Dois dias depois em São Paulo um cabo foi morto em frente a casa onde morava no bairro de Parelheiros. Nesta mesma noite quatro corpos foram encontrados num raio de 500 metros.

Passado três dias, três pessoas armadas entraram na sede da torcida organizada do Corinthians (Pavilhão 9), havia 12 pessoas que ainda estavam no local após um churrasco, quatro fugiram, os demais, foram obrigados a se ajoelhar e a deitar no chão, todos foram executados. Um soldado foi identificado como um dos prováveis autores da chacina.

Neste mesmo mês, um PM reformado foi baleado em assalto em Suzano e um soldado foi encontrado morto, com as mãos amarradas, no quilômetro 22 da Rodovia Ayrton Senna. Como represaria, seis pessoas foram assassinadas e duas ficaram feridas.

Em Limoeiro do Norte, interior do Ceará no dia 16 de maio quatro homens assassinaram quatro vítimas indefesas.

Em Embu das Artes na Grande São Paulo, um soldado foi assassinado no dia 21 de junho, os matadores em fuga abandonaram o veículo usado no crime no bairro do Capão Redondo. Sete dias depois seis pessoas foram mortas na região.

Quatro homens foram mortos na chacina no dia 4 de julho em Queimados no Rio de Janeiro.

Outros quatro foram mortos e uma criança de seis anos foi baleada em um bar no bairro de Nova Brasília de Valéria em Salvador no dia 25 do mesmo mês.

Na comunidade da Estiva em Fortaleza no dia 12 de agosto, cinco pessoas foram assassinadas por quatro homens fortemente armados.

No último dia do mês de agosto, no Beco do Cinquentinha na capital do Ceará, um grupo de sete pessoas em dois carros assassinou quatro, utilizando pistolas, escopetas e um fuzil.

Novamente em São Paulo, agora em Carapicuíba, onde assaltantes roubaram uma mulher na cidade, seria mais um assalto, caso a vítima não fosse esposa de um policial



militar. Na madrugada do dia 19 de setembro, quatro jovens entregadores de pizza com idades entre 16 e 19 anos foram mortos em frente a pizzaria ao sair do trabalho. As vítimas foram encontradas de bruços com tiros predominantemente na região da cabeça. Nenhum dos jovens tinha passagem pela polícia.

Em Feira de Santana no Estado da Bahia na noite de 7 de outubro quatro pessoas foram assassinadas em uma chacina ocorrida em Humildes. Outras quatro pessoas foram encontradas mortas dentro de um veículo em São Caetano, distrito de Salvador.

Três dias depois sete pessoas morreram em uma chacina na zona oeste do Rio de Janeiro. As vítimas foram executadas com tiros de fuzil. Outros três homens foram assassinados a tiros na madrugada de sábado 17 de outubro em Porto Real no sul do Rio de Janeiro.

Mas nenhuma dessas chacinas teve a proporção do que estava por vir... Em plena hora do almoço daquele 7 de agosto um policial a paisana reagiu a uma tentativa de assalto em um posto de gasolina na cidade de Osasco, o policial acabou morto com sua própria arma. As consequências iniciaram seis horas depois. Três pessoas conversavam sentadas numa calçada na cidade de Itapevi, quando um veículo se aproximou disparando tiros, as vítimas foram alvejadas na cabeça, braços e pernas.

Uma hora depois, na rua Jacinto José de Souza, outras cinco pessoas foram mortas em Osasco. No dia seguinte, houve mais uma morte na cidade.

Cinco dias depois, um guarda civil foi assassinado numa tentativa de roubo. Os criminosos fugiram. Na mesma madrugada começaram as ondas de execuções: oito pessoas foram executadas em um bar de Osasco, outras dez pessoas foram assassinadas em pontos diferentes de Osasco e Barueri e ainda outras 7 ficaram feridas. Entre as vítimas uma jovem de 15 anos caminhava pela calçada com uma amiga quando foi alvejada. Durante o tempo que ficou internada contou a seus familiares que seus assassinos riam no momento em que atiraram nela, ela não resistiu aos ferimentos e morreu.

"A única coisa que eu ouvi, que a polícia disse para mim, é que meu parente estava no local errado na hora errada." desabafa uma das vítimas.

Para a professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Maria Stela Grossi Porto, o aumento no número de mortes acende um sinal de alerta por indicar a busca de soluções extralegais para conflitos.

No dia que antecedeu aos atentados na França, a

mais de 7 mil quilômetros de Paris, na grande Messejana, 11 pessoas foram mortas na maior chacina da história de Fortaleza, totalizando 30 mortes em chacinas no Ceará neste ano.

PARIS É AQUI

A ouvidoria da polícia do Estado de São Paulo registrou em boletins de ocorrência neste ano, entre chacinas e crimes sem autoria conhecida, 182 assassinatos. O modus operandi é sempre o mesmo: tiro no rosto, no tórax, na cabeça. Temos uma "Paris" sangrando nas periferias de São Paulo.

Por aqui assassinos são chamados de "justiceiros", enquanto os de lá são "terroristas". Somente em São Paulo foram 15 chacinas neste ano com índices de letalidade de 4,7 mortes por ataque, ao menos em 11 policiais militares estão entre os suspeitos. Os nossos terroristas são pagos pelo Estado, 185 pessoas foram mortas por policiais militares em serviço apenas nos três primeiros meses deste ano, neste período, 4 policiais foram mortos e 43 ficaram feridos durante o trabalho, a constatação é vergonhosa: o Estado de São Paulo mata mais que o Estado Islâmico. Seja lá, seja cá, ou busquemos um Estado de Direito para todos ou só teremos o medo nas zonas privilegiadas e a dor da perda nas regiões segregadas.

A radiografia do Instituto Sou da Paz indica o perfil das vítimas dessas chacinas, são jovens com idade entre 15 e 19 anos, do sexo masculino, moradores de periferia, negros, e todos sem exceção eram pobres, o mesmo perfil de pessoas paradas nas revistas policiais nas ruas.

Enquanto Mariana e cidades vizinhas se tingiam de lodo amarelo, e o vermelho sangue escorre das calçadas nas periferias, o Cristo se iluminou com as cores branco, azul e vermelho. Não se trata de uma competição para eleger qual dor é maior. Vítimas que não falam francês, também são vítimas. Oui, monsieur.

Será que as vidas sufocadas pela lama, as vidas interrompidas pelas balas estúpidas dos massacres nas bordas das grandes cidades brasileiras, valem menos que de um europeu, branco e bem estudado? As vidas daqui não vale nada?

Vale!?

Reflexões no mês da consciência negra.

PAZ!

MEIA-ENTRADA VOLTOU A SER MEIA DE VERDADE.

**Novo Documento Nacional do Estudante.
Seu direito por inteiro.**

Por falta de controle, a meia-entrada estava sendo usada por muita gente que não tinha esse direito. Mas isso mudou. Segundo a lei 12.933 de 2013, desde o dia 01/12 a única maneira de alguém comprovar que é de fato um estudante passou a ser o novo Documento do Estudante, padronizado nacionalmente pelas entidades UNE/UBES/ANPG. Com isso, a meia-entrada voltou a ser meia de verdade.

Se você é estudante, acesse www.documentodoestudante.com.br e faça já a sua.

